

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O desemprego juvenil no Brasil no século XXI

Gustavo Abreu Almeida Pamato Demetri

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais,

Orientador:

Doutor Paulo Jorge Marques Alves, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

O desemprego juvenil no Brasil no século XXI

Gustavo Abreu Almeida Pamato Demetri

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais,

Orientador:

Doutor Paulo Jorge Marques Alves, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

*Trabalhar menos,
Trabalhar todos,
produzir o necessário e
redistribuir tudo.*

Agradecimentos

Não tenho dúvida que este trabalho tomou muito tempo. Foi fruto de intensas inquietações e discussões, não exclusivamente minhas, mas, principalmente, daqueles à minha volta. Por isso vejo a contribuição de muitos e aproveito este espaço para tentar manifestar todo meu carinho.

Sou muito grato à Luísa, minha parceira para toda vida, que teve uma participação descomunal neste trabalho e em toda minha trajetória acadêmica. Estou certo de que não conseguiria ter terminado esta dissertação sem o seu apoio. Suas ideias enriqueceram o trabalho e sua presença tornou tudo mais leve. Luísa é peça fundamental neste trabalho e sua coerência me motiva a evoluir em todos os sentidos.

Agradeço à minha mãe Anélia, ao meu pai Marco e ao meu irmão Guilherme que sempre reforçaram a importância dos estudos. Suas influências estão presentes em mim e constantemente me ajudam em minha caminhada. Agradeço também à família Abreu-Almeida, Pamato-Demetri e Moreira pelo carinho e afeto.

Meu muito obrigado aos meus amigos André, Pedro e Raphael, que há mais de uma década marcam presença em minha vida com muita camaradagem e alegrias sinceras. Meus amigos Gabriel e Rodrigo, com quem divido inúmeras memórias dos tempos da faculdade e que estão comigo fortemente até hoje. Não posso deixar de falar de Ana, Carla, Hugo, Jéssica, João, José António, Leandro e Marcelo que estiveram juntos comigo no Mestrado.

Agradeço aos servidores e professores do ISCTE, em especial ao professor Paulo Alves pela orientação e direcionamento durante as aulas, o estágio e a dissertação. Também agradeço a professora Ana Lana por ter me ajudado a iniciar este debate quando estava na graduação na UFF.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os jovens que aceitaram participar da entrevista.

Resumo

O desemprego é um fenômeno complexo que acompanha a sociedade capitalista. Nos últimos anos a taxa de desemprego tem crescido no Brasil, atingindo milhões de pessoas. O tema do desemprego juvenil ganhou espaço nas últimas décadas, em virtude da crise do emprego e de suas implicações na vida dos jovens. Esta pesquisa tem como objetivos compreender o desemprego juvenil no Brasil no século XXI em suas dimensões quantitativas e qualitativas, assim como discorrer sobre elementos que provocam este fenômeno e os efeitos para os jovens. Para isso, recorre-se à Teoria Marxista da Dependência, à sociologia da juventude, do trabalho e do desemprego e aos dados estatísticos oficiais sobre o mercado de trabalho brasileiro entre 1990 e 2021. A hipótese levantada relaciona as trajetórias de trabalho dos jovens com suas percepções em relação ao futuro. Foram entrevistados nove jovens residentes no Estado do Rio de Janeiro com aporte de metodologia qualitativa como forma de compreender as trajetórias juvenis no mercado de trabalho, suas percepções sobre o desemprego e perspectivas em relação ao futuro. A partir do referencial teórico e das verificações empíricas, discute-se o impacto das transformações produtivas no mundo do trabalho e aponta-se a existência de uma relação entre o trânsito intenso e aleatório entre as situações ocupacionais e a falta de perspectiva.

Palavras-chave: dependência, imperialismo, neoliberalismo, desemprego e desemprego juvenil.

Abstract

Unemployment is a complex phenomenon that follows capitalist society. Lately, its rates have been rising in Brazil, reaching millions of people. The subject of youth unemployment has gained attention in recent decades, due to the employment crisis and its implications on the lives of young people. This research aims to understand youth unemployment in Brazil in the 21st century, in its quantitative and qualitative dimensions, as well as to discuss the elements that cause this phenomenon and its effects on young people. To this end, Marxist Theory of Dependency, the sociology of youth, labor and unemployment and official statistical data on the Brazilian labor market between 1990 and 2021 are used. The hypothesis relates the work trajectories of young people with their perceptions of the future. Nine young residents of the State of Rio de Janeiro were interviewed, using qualitative methodology as a way of understanding the trajectories of young people in the labor market, their perceptions of unemployment and their perspectives for the future. Based on the theoretical framework and empirical verifications, the impact of productive transformations in the world of work is discussed and the existence of a relationship between the intense and unpredictability transit between occupational situations and the lack of perspective is pointed out.

Keywords: dependency, imperialism, neoliberalism, unemployment and youth unemployment.

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Glossário	xv
Introdução	1
Capítulo 1 - Dependência e Trabalho no Brasil	5
1.1 - Herança Colonial e Superexploração no Brasil	5
1.2 - Do Imperialismo Total à Crise Estrutural do Capital	12
Capítulo 2 - (Des)emprego e Juventude	21
2.1 - O Trabalho e a Juventude	21
2.2 - Sociologia do Desemprego	27
Capítulo 3 - O Jovem e o Mercado de Trabalho Brasileiro	39
3.1 - O Desemprego Juvenil nos Anos 90	41
3.2 - O Desemprego Juvenil nos Anos 2000	46
Capítulo 4 - Metodologia	61
Capítulo 5 - Análise e Interpretação dos Resultados	67
5.1 - Trajetória no Mercado de Trabalho	67
5.2 - Percepção sobre o Desemprego	73
5.3 - Perspectiva em Relação ao Futuro	79
Conclusão	83
Bibliografia	88
Anexo A – Guião de Entrevista	96
Anexo B – Grelha de Análise das Entrevistas	99

Índice de Quadros

Quadro 3.1 - Dados do mercado de trabalho brasileiro em 1989 e 1999 (mil) / (%).....	43
Quadro 3.2 - Evolução da composição ocupacional dos jovens entre 10 e 24 anos no Brasil em 1989 e 1996 (mil) / (%)	44
Quadro 3.3 - Crescimento acumulado do PIB no Brasil ao longo da década de 1950 e 1990 (%).....	46
Quadro 3.4 - Taxa anual de crescimento do PIB no Brasil entre 1994 e 2008 (%)	46
Quadro 3.5 - Dados do mercado de trabalho no Brasil em 1999 e 2011 (mil) / (%)	48
Quadro 3.6 - Dados do mercado de trabalho no Brasil em 2012 e 2021 (mil) / (%)	50
Quadro 3.7 - Taxa de desocupação por grupo etário no Brasil a cada 10 anos (1989-2019) (%).....	50

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Taxa de desemprego aberto no Brasil entre 1981 e 1999* (%).....	43
Figura 3.2 - Comparativo da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil em 1989 e 1999 (%).....	44
Figura 3.3 - Evolução da taxa de desocupação no Brasil entre 1999 e 2011* (%).....	47
Figura 3.4 - Comparativo da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil em 1999 e 2011 (%).....	48
Figura 3.5 - Evolução da taxa de desemprego no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	49
Figura 3.6 - Taxa de desocupação por faixa etária no Brasil entre 2012 e 2021 (%)	51
Figura 3.7 - Evolução do desemprego de longa duração e desalento entre jovens de 14 a 24 anos no Brasil entre 2012 e 2021 (mil)	52
Figura 3.8 - Medidas de subutilização do trabalho no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	53
Figura 3.9 - Taxa combinada de subutilização do trabalho (desocupados e subocupados) no Brasil entre 2012 e 2020 (%).....	54
Figura 3.10 - Taxa combinada de subutilização do trabalho (desocupados e força de trabalho potencial) no Brasil entre 2012 e 2020 (%)	54
Figura 3.11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho ampliada no Brasil entre 2012 e 2020 (%)	55
Figura 3.12 - Taxa de desocupação juvenil por região no Brasil entre 2012 e 2021 (%)	56
Figura 3.13 - Taxa de desocupação juvenil por situação de domicílio no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	56
Figura 3.14 - Taxa de desocupação juvenil por sexo no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	57
Figura 3.15 - Taxa de desocupação juvenil por cor no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	57
Figura 3.16 - Taxa de desocupação juvenil por nível de escolaridade no Brasil entre 2012 e 2021 (%).....	58

Glossário

CIET – Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MP – Medida Provisória

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios

PNADC – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

Introdução

O desemprego é um fenômeno complexo que tem sido conceitualizado de diferentes maneiras ao longo do tempo e tem adquirido grandezas variadas pelo mundo. Seu impacto diverge em cada faixa etária, podendo assumir um caráter definitivo na posição social do indivíduo, bem como marcar uma perspectiva de futuro mais ou menos favorável a depender das circunstâncias (duração, situação, mecanismos de compensação, conjuntura econômica, características sociodemográficas etc.).

Nas últimas décadas, ampliou-se o debate sobre o desemprego juvenil, suas causas e consequências. A Organização Internacional do Trabalho publicou um relatório intitulado “A crise do emprego jovem: tempo de agir” em que descreve a situação como “uma crise do emprego jovem de proporções sem precedentes” (OIT, 2012, p. 1). O documento aponta uma tendência drástica do desemprego caso o problema não seja solucionado. A tensão a qual passam os jovens não se restringe apenas ao desemprego em suas formas e duração, mas também afeta o emprego, uma vez que a qualidade na ocupação está em declínio e a precarização do trabalho e a informalidade aumentam. Para além das manifestações desta crise, é importante perceber se essa questão social é apenas fruto do resultado da crise econômica e, por isso, passageira, ou se será uma tendência estrutural do sistema em caso de ausência de intervenção política.

Com base no relatório de 2008 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Dornelles, et al. (2016) mostram dados que indicam um alcance de proporções únicas do desemprego jovem para o continente latino-americano. Dos 106 milhões de jovens entre 15 e 24 anos na região, apenas 58 milhões integram a força de trabalho¹, pouco mais da metade, e destes, 10 milhões são desocupados e 30 milhões estão na informalidade. Se for somado os números dos jovens inativos (48 milhões) com os desempregados e informais, a parcela da população jovem considerada como força de trabalho potencial² supera em muito o total dos jovens ocupados. O Brasil parece não fugir ao padrão continental; pelo contrário, o último resultado levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra uma taxa de

¹ Entende-se por força de trabalho os indivíduos que estão em idade para trabalhar (acima de 14 anos) e estão ocupados ou desocupados.

² A força de trabalho potencial é composta pelas pessoas em idade para trabalhar e que estão fora da força de trabalho, mas que poderiam integrá-la, como o caso das pessoas desalentadas ou aquelas que estão disponíveis, mas não procuram trabalho ou que procuram trabalho, mas não estão disponíveis.

desemprego de 14,1% no segundo trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de pessoas, entre elas pouco mais de 5 milhões são jovens de 14 a 25 anos.

Por trás disso, a condução político-econômica assumida no Brasil, que há décadas segue os parâmetros neoliberais, promove ondas de flexibilização do mercado de trabalho. À título de exemplo, foi aprovada recentemente na Câmara dos Deputados a Medida Provisória 1405 que adicionou uma minirreforma trabalhista às prerrogativas originais do texto que permitiam a suspensão dos contratos de trabalhos e redução de jornada e salários mediante pagamento de benefício emergencial aos trabalhadores. A contrarreforma apresentada é um ataque direto à Consolidação das Leis do Trabalho que garantem direitos trabalhistas e previdenciários à classe trabalhadora. Na prática, a MP 1405 cria programas de contratação de trabalhadores que substitui os vínculos formais de emprego por relações precárias com menor remuneração e sem direitos. As medidas afetam principalmente a população jovem em busca do primeiro emprego³ (Cardoso, 2021).

Parafraseando Nadya Guimarães, o foco sobre o desemprego jovem no Brasil se justifica por algumas razões:

(...) seja pela rapidez com que alterações na dinâmica econômica e nas políticas públicas se refletem nas chances ocupacionais e na qualidade das oportunidades abertas aos jovens, seja pelo efeito mais alargado que tais impactos deixam para a dinâmica das famílias e dos domicílios, vistas as transições de natureza demográfica e educacional em jogo nesse momento do ciclo de vida, seja ainda pelo resultado desses processos para as expectativas, representações, chances e modos de vida dos próprios jovens (Guimarães, 2020, p. 465).

Diante deste quadro grave, as seguintes perguntas nortearam a pesquisa: Qual a configuração do desemprego juvenil no Brasil nos anos 2000? Em que medida a política econômica implementada no país se relaciona com a taxa de desemprego jovem e a condição social da juventude? Isto posto, o objetivo principal desta dissertação é compreender o desemprego juvenil no Brasil no século XXI em suas dimensões quantitativas e qualitativas, assim como discorrer sobre elementos que provocam este fenômeno e os efeitos para a população jovem. O recorte temporal definido nesta pesquisa foca nos dois decênios deste século, mas isto não implica no abandono dos resultados em períodos anteriores. Além do referencial teórico, serão utilizados dados estatísticos oficiais para melhor compreensão dos números do desemprego e informações qualitativas para analisar a vivência e as perspectivas deste grupo.

³ A MP 1405 foi rejeitada no Senado Federal em 01 de setembro de 2021 muito em virtude da mobilização da oposição que rejeitou os temas polêmicos e a investida na surdina para passar numerosas alterações na legislação trabalhista sem que houvesse um grande debate público.

Para responder tais perguntas e acompanhar o objetivo traçado foram estipulados três eixos de abordagem: o primeiro explora os conceitos de subdesenvolvimento e superexploração do trabalho presentes na Teoria Marxista da Dependência e sua importância para a análise da realidade econômica-social brasileira; o segundo articula questões acerca do elo entre trabalho e juventude e avança sobre o debate em torno da categoria do desemprego; e o terceiro introduz os dados estatísticos oficiais do período delimitado e os principais aspectos econômicos e políticos que os cercam. Cada ponto é tratado individualmente em capítulos próprios, nomeadamente “Dependência e Trabalho no Brasil”, “(Des)emprego e Juventude e “O Jovem Brasileiro e o Mercado de Trabalho”.

O desenvolvimento do quadro teórico permite a base analítica para a aplicação da metodologia de investigação. O trabalho segue sua investigação com a adoção de métodos e técnicas qualitativas a fim de encontrar uma verificação empírica. Por fim, o capítulo “Análise e Interpretação dos Resultados” realiza a análise e interpretação das informações obtidas nos procedimentos de verificação em sintonia com a exposição realizada nos primeiros três capítulos. A “Conclusão” fecha a discussão proposta neste trabalho com a tentativa de ampliar o debate em torno do desemprego juvenil e da sociedade brasileira.

Capítulo 1 - Dependência e Trabalho no Brasil

A Teoria Marxista da Dependência oferece um aporte fundamental para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana em geral a partir do ponto de vista de uma relação de dependência para com os países centrais do capitalismo, responsáveis pelo estágio de desenvolvimento nacional e condução dos interesses das classes dominantes da região (Martins & Filgueiras, 2018). Desenvolvida a partir das contribuições da crítica à economia política de Karl Marx, esta teoria incorpora ideias anti-imperialistas para propor um pensamento latino-americano original em que a premissa principal é de que o processo de subdesenvolvimento destes países apenas pode ser entendido no contexto das relações econômicas com os países desenvolvidos ao longo de um processo histórico, assumindo características particulares e dissonantes ao centro hegemônico e que sua superação exige um movimento revolucionário de cunho socialista (Kay, 2018).

Não se deve confundir com a ideia de que todo o processo de desenvolvimento econômico e social responde à uma lógica de evolução ou por uma sucessão de estágios capitalistas. Tampouco se deve observar o estágio de qualquer país e interpretá-lo como um estado isolado ou como produto de suas próprias características e elementos nacionais. O mercantilismo e o capitalismo como sistemas econômicos predominantes formam e moldam as experiências internacionais. A reprodução interna desses sistemas como projeto de desenvolvimento também se torna falha na medida que este é um processo que atende aos interesses externos (Frank, 1966).

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina (Marini, 2013, p. 47).

1.1 - Herança Colonial e Superexploração no Brasil

A formação social brasileira contemporânea emerge a partir de dois processos histórico-sociais (Fernandes, 1975). Primeiro, como produto da expansão do Ocidente após a colonização portuguesa – onde, vale ressaltar, a imposição sociocultural se manifestou de forma avessa às transformações em curso na Europa com a crise do mundo medieval. A combinação entre

grande plantação, trabalho escravo e expropriação territorial do empreendimento colonial português não poderia ser concebida sem a revitalização do regime estamental, ou seja, as tendências histórico-sociais características do fim da Idade Média não se aplicavam à extensão das colônias. Nas palavras de Ruy Mauro Marini, “... a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros europeus (...) foram assentadas sobre o trabalho escravo” (Marini, 2013, p. 334). Segundo, pela construção de um Estado nacional independente que manteve a organização da economia e da sociedade colonial, como explica Florestan Fernandes: “Os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos” (Fernandes, 2008, p. 24).

A expansão do Ocidente funciona como um “tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático” (Fernandes, 1975, p. 11). Isto quer dizer que a história econômica e social brasileira carrega consigo o imperativo da dominação externa. Se o sistema básico de dominação externa foi construído sob o antigo sistema colonial, a perpetuação deste padrão de dominação se deve à evolução do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos e da subsequente incapacidade dos países latino-americanos em resistir ao quadro de dependência econômica, cultural e política imposta pelos países capitalistas.

Ao todo, Florestan Fernandes (1975) cita quatro fases de dominação externa: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o imperialismo total. A gênese desta relação ocorreu, como já mencionado, com a colonização portuguesa no início do século XVI. Durante todo o período colonial, que durou quase três séculos, constituiu-se no Brasil uma sociedade estratificada a partir dos interesses da Coroa Portuguesa e dos colonizadores – que deviam lealdade e obediência à Realeza. Para garantia deste projeto legitimou-se, sob um aparato político e legal, um tipo de dominação centrado na exploração ilimitada da terra e da condição humana baseada na escravidão de povos indígenas, africanos e mestiços.

O empreendimento agrícola implementado nas terras brasileiras foi altamente lucrativo para Portugal, muito em virtude da forma de exploração da força de trabalho, e garantiu aos portugueses a continuidade da exploração das terras e o monopólio do comércio açucareiro. As alianças com as potências centrais da Europa, em um primeiro momento com a Holanda e posteriormente com a Inglaterra, também foram fundamentais para seu êxito. Sem o apoio financeiro, comercial e político destes dois países não seria possível sustentar os entraves da economia colonial. Contudo, foi a Inglaterra o principal país que se aproveitou deste modelo, reiterando sua posição como potência no mercado mundial (Furtado, 2000).

A ruptura deste sistema ocorre por uma sucessão de diversos acontecimentos de natureza econômica, política, comercial e geográfica. Discorrer sobre tantos aspectos não é tão significativo para este trabalho, mas é imprescindível comentar um dos pontos principais para o encerramento da etapa colonial dentro de seu contexto histórico. No início do século XVIII, com a desorganização do mercado de açúcar e o fim do acordo luso-holandês, Portugal – que já havia perdido seu monopólio – se viu obrigado a estabelecer um vínculo com a Inglaterra a fim de manter seus interesses sobre a terra e a produção intactos. Contudo, as garantias recebidas não foram suficientes para reverter a decadência da colônia, o que levou à desvalorização monetária e a necessidade de revisão da política econômica (Furtado, 2000).

Assim deu-se início a produção aurífera e logo a colônia tornou-se próspera. O novo empreendimento permitiu à Inglaterra o acúmulo e a concentração de reservas suficientes para tornar seu sistema bancário o principal centro financeiro da Europa, além de trazer um grande estímulo ao desenvolvimento manufatureiro e ampliar sua capacidade de importação. Para Portugal, a economia do ouro não trouxe mais do que a manutenção da Realeza dando a ela uma aparência de riqueza. No entanto, esse movimento perdurou apenas até o último quarto do século XVIII. À esta altura, a Inglaterra estava em plena Revolução Industrial e reconsiderando seus princípios protecionistas e eliminando as amarras mercantilistas, abrindo caminho para as manufaturas em rápido processo de mecanização (Furtado, 2000).

Do ponto de vista sociológico, Florestan Fernandes (1975) destaca três fatores decisivos para a crise deste tipo de dominação. Primeiro, como resultado da distribuição dos lucros derivados das atividades de exploração colonial entre as partes privilegiadas. Os agentes coloniais, insatisfeitos com a repartição com a Coroa e os mercados estrangeiros, direcionaram um movimento de emancipação a fim de ter maior autonomia econômica. O segundo fator diz respeito à disputa pelo controle econômico das colônias latino-americanas, fragmentadas entre as potências europeias, haja vista as mudanças nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Europa ao fim do século XVIII e começo do século seguinte. Por último, considera-se também o interesse de alguns setores populares das colônias pela nativização do poder e na destruição do antigo sistema colonial.

Com efeito da Independência do Brasil e a desagregação do antigo sistema colonial em 1822 surge o neocolonialismo como segundo tipo de dominação externa. Esse movimento tem como característica a predominância da Inglaterra sobre o controle das operações comerciais e financeiras da produção econômica. Com o controle de mercado dos processos econômicos na posse dos países dominantes, a dominação passa de um sistema jurídico-político para um formato puramente econômico (Fernandes, 1975). A título de exemplo, em 1810, o Tratado de

Comércio e Navegação transformou a Inglaterra em uma potência privilegiada com direitos de extraterritorialidade e gozo de tarifas extremamente baixas em relação aos outros países. Em 1827, após a Independência, um novo tratado é assinado com a Inglaterra reafirmando seus privilégios até 1844. Como salienta Celso Furtado: “... os privilégios concedidos à Inglaterra constituíram uma consequência natural da forma como se processou a independência, sem maiores desgastes de recursos, mas devendo a antiga colônia assumir a responsabilidade de parte do passivo que contraíra Portugal para sobreviver como potência colonial” (Furtado, 2000, pp. 99-100).

Duas consequências surgem deste processo que levou o colonialismo ao neocolonialismo das nações emergentes latino-americanas: em um nível político, eliminou o caráter legal das formas preexistentes de expropriação colonial, reorganizou o fluxo interno do excedente econômico, regulando-o a partir de dentro, e transferiu o poder político institucionalizado para as elites nativas; já no nível econômico, foram mantidas as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial para atender as necessidades das elites nativas ou do mercado mundial com novas instituições econômicas próprias do capitalismo comercial sendo montadas e dirigidas, diretamente ou a distância, por interesses e organizações estrangeiras (Fernandes, 2008).

A herança colonial deixou para o novo governo o passivo colonial dos acordos internacionais, uma crise financeira decorrente da volatilidade do comércio do açúcar e da decadência do ouro e grande instabilidade política interna fruto deste processo de empobrecimento e de dificuldades econômicas que acometeram as províncias e as camadas populares. As únicas estruturas que se mantinham favoráveis aos interesses dos grandes agricultores foram os benefícios comerciais adquiridos com a eliminação do entreposto português e a manutenção da escravidão. A relação de dependência se nota também na medida que a renovação política não representou uma transformação para um sistema autônomo; pelo contrário, sendo o território nacional uma grande plantação de produtos tropicais sua economia estava totalmente vinculada à Europa, da qual dependia exclusivamente (Furtado, 2000).

O imperialismo, a terceira forma de dominação externa, veio em consequência da Revolução Industrial na Europa, que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e influenciou de modo contundente o processo de desenvolvimento do Brasil da quarta ou quinta década do século XIX ao final do século. Vale ressaltar que as fases anteriores foram de suma importância para o desenvolvimento industrial europeu, pois assim foi possível a acumulação de capital suficiente para ampliar os mercados internos nacionais e desenvolver seu potencial tecnológico (Fernandes, 1975; Marini, 2017). Nesta fase imperialista, o caráter de dominação ganhou contornos mais profundos, influenciando todas as esferas da economia,

sociedade e cultura, não apenas por via de mecanismos indiretos do mercado mundial como antes, mas através da incorporação de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento social, como o investimento em infraestrutura econômica, a especulação imobiliária e a diferenciação ou a expansão de sistemas comerciais (Fernandes, 1975).

O sinal de integração dinâmica das antigas colônias no mercado mundial fortaleceu uma lógica de exportação de matérias-primas dos países com infraestruturas econômica relativamente prontas para atender a alta demanda internacional que se formara na Europa e levou a um aumento das importações de bens de consumo não-duráveis a partir dos créditos ingleses, criando as primeiras condições para a organização de um mercado interno mais complexo. Paralelamente na Europa, sobretudo na Inglaterra, ampliou-se o desenvolvimento da indústria pesada e, logo, formaram-se os primeiros monopólios. Tal complexo industrial impôs ao capital a necessidade de buscar campos além dos espaços nacionais para aplicação e encontrou nas ex-colônias latino-americanas espaço para conceder empréstimos, financiamentos e investimentos diretos (Marini, 2013).

Esta capitalização tinha interesse diferente dos créditos compensatórios que eram ofertados no período colonial, como bem coloca Marini: “... a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista” (Marini, 2013, p. 49)⁴. Como consequência, dois problemas surgem do capitalismo dependente que se formou no Brasil: a preservação do esquema de exportação-importação, baseado na produção de matéria-prima e de bens primários e a contínua negligência de integração nacional das economias dependentes, isto é, a perpetuação de um modelo de transferências de excedente econômico para os países hegemônicos (Fernandes, 1975; Marini, 2017).

O trecho de Ruy Mauro Marini a seguir é fundamental para compreender a formalização desta dinâmica:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior na região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de

⁴ Conceito de mais-valia elaborado por Karl Marx é fundamental para a compreensão da relação de trabalho na sociedade capitalista, bem como dos aspectos da divisão internacional do trabalho discutidos a seguir. O termo faz jus ao tempo excedente de trabalho que o trabalhador assalariado realiza quando atinge o tempo de trabalho necessário relativo à sua remuneração, fazendo com que todo o valor do sobretrabalho seja apropriado integralmente pelo capitalista.

subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2017, p. 327).

O vínculo exportação-importação torna-se um elemento fundamental de dependência na economia brasileira e latino-americana como um todo. Sendo assim, por mais que o Brasil tenha tido ganhos significativos de exportação no período, este ainda era financiado por investimento estrangeiro e como o fluxo de importação advindo da Europa cresceu, grande parte da taxa de mais-valia obtida nas atividades de exportação era destinada ao mercado estrangeiro. Mesmo que uma economia atingisse níveis autônomos e de controle sobre as atividades exportadoras e decisões de investimentos ainda havia condicionamento pelas forças dominantes da seguinte forma: tendo em conta as tendências à monocultura do setor agrícola brasileiro, justifica-se que o excedente era aplicado no setor mais rentável da economia, no entanto, parte dele ainda precisava ser direcionado para o mercado interno, seja para atender o consumo da população sem acesso aos bens importados ou para a contenção de danos causados pelas crises cíclicas das economias centrais.

Quando a atividade de exportação era controlada pelo capital estrangeiro, a mais-valia obtida pertencia majoritariamente ao detentor da atividade, restando à economia nacional as taxas de tributos e impostos pagas ao Estado. Ao serem redistribuídas às classes dominantes locais, investia-se em bens importados, reduzindo quaisquer possibilidades de investimento interno. Do mesmo modo, os ganhos concentrados nos capitais estrangeiros só retornavam como investimentos em condições específicas, quando voltavam (Furtado, 2000). Em suma, independente do grau de autonomia de cada país latino-americano, cria-se um mecanismo que amplia o potencial imperialista das nações centrais do capitalismo e mantém os países periféricos em situações de dependência constante como economias exportadoras de poucos bens primários e de potencial tecnológico limitado por todo século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte.

Como grande parte da mais-valia produzida era retida por conta da estrutura de preços, das práticas financeiras impostas, da balança comercial desfavorável ou mesmo por investimentos estrangeiros diretos na produção, as classes dominantes locais buscavam aumentar o valor absoluto da mais-valia produzida pelos trabalhadores, submetendo-os a um processo de superexploração do trabalho. Mais que os fatores que caracterizam a economia dependente, a superexploração do trabalho traduz-se, neste ponto em diante, como princípio fundamental da economia subdesenvolvida (Marini, 2013).

É preciso lembrar que por todo século XIX ainda existe uma massa de trabalhadores com grande presença de escravos e ex-escravos e por mais que as limitações impostas com a proibição do tráfico de escravos em 1850 e, finalmente, com a abolição da escravatura em 1888 tenha contribuído para sua diminuição, as leis abolicionistas não geraram transformações radicais na forma de organização da produção e distribuição da renda. Portanto, a transição para o trabalho assalariado não foi um processo de proletarização completa; pelo contrário, foi um processo de exclusão de força de trabalho potencial brasileira que priorizou importação e valorização de trabalhadores estrangeiros. Com efeito, forma-se uma classe trabalhadora heterogênea e desigual composta por escravos e ex-escravos, indígenas, trabalhadores livres e assalariados e trabalhadores estrangeiros (Mattos, 2008).

Marini (2017) elabora que as transferências de valor a partir da integração da periferia ao mercado mundial leva à uma troca desigual que, por sua vez, provoca nos mercados internos um mecanismo de compensação da taxa de mais-valia baseado na superexploração do trabalho. E como a produção é voltada para o comércio externo, o consumo que alimenta o ciclo da produção não se completa internamente, sendo suprimida pelas importações, facilitando o aumento da exploração do trabalho por quanto tempo dure a elasticidade da força de trabalho. Ou, como sintetiza Osorio (2018), há três condições objetivas e particulares do capitalismo dependente para a concepção da superexploração como mecanismo fundamental de exploração: a cisão do ciclo do capital, isto é, o desatrelamento do ciclo de produção, circulação e realização de mercadorias do mercado interno, a perda de valor decorrente das trocas desiguais do comércio internacional e pela presença de uma extensa superpopulação relativa. Voltando a Marini:

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (Marini, 2017, p. 338).

Embora em toda economia vinculada ao comércio mundial capitalista, incluindo as dos países centrais, se produza mais-valia absoluta⁵ ou mais-valia relativa⁶, não é possível afirmar que as formas de extração da componente trabalho sejam similares em todo o mundo e

⁵ A mais-valia absoluta se dá pela maior extração de mais-valia em razão do prolongamento da jornada de trabalho ou da intensidade do trabalho.

⁶ A mais-valia relativa acontece quando as transformações das condições técnicas de produção proporcionam barateamento das mercadorias que por sua vez levam a uma diminuição relativa do valor da força de trabalho.

produzam os mesmos resultados (Osorio, 2018). A presença da indústria pesada na Europa, em especial na Inglaterra, facilitada pela posição hegemônica no comércio internacional, permitiu através do desenvolvimento extraordinário da produtividade o abandono da produção por mais-valia absoluta, dando lugar a mais-valia relativa nas indústrias europeias, ou seja, a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que pela exploração do trabalhador. Para isso, simultaneamente assume-se nos países dependentes a mais-valia absoluta como modo de maior exploração do trabalho de maneira que “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais valia relativa nos países industriais” (Marini, 2017, p. 328).

1.2 - Do Imperialismo Total à Crise Estrutural do Capital

O curso do imperialismo passa por grandes desafios no século XX, como a guerra da partilha colonial em 1914, as consequências do colapso do mercado na crise de 1929 e a disputa pela hegemonia mundial durante a Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939. Com o fim da segunda guerra, em 1945, os Estados Unidos da América despontam como centro hegemônico do poder e impulsionam a etapa de integração dos sistemas de produção com um ímpeto mais feroz do que o período anterior. Há duas grandes razões para a integração dos sistemas de produção nos países periféricos: a primeira diz respeito à concentração de capital em escala mundial nas grandes companhias internacionais e a segunda ao grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais e elevado progresso tecnológico (Marini, 2013).

Olhando para a periferia do sistema, a crise do capitalismo na segunda década do século XX impôs uma mudança de paradigma para estes países. A crise do setor externo reduziu o fluxo comercial com a América Latina e diante das restrições às exportações e dos mercados internos fragilizados, devido as dificuldades nas importações, modificou a economia primário-exportadora, iniciando um processo de industrialização, ainda que leve, a fim de substituir os bens de consumo não-duráveis importados. Esse fenômeno aconteceu em todo continente, embora haja variação conforme o grau de desenvolvimento alcançado nas etapas anteriores. O Brasil, a Argentina e o México são alguns países que conseguiram ampliar seu setor industrial durante 1920 e 1950 de modo a satisfazer as necessidades internas quanto aos bens de consumo não-duráveis (Marini, 2013).

A partir destes pressupostos foram pautados os governos nacional-desenvolvimentistas na região. A teoria cepalina de Raúl Prebisch teve bastante influência nesse sentido. Para o autor, a substituição de importações era fundamental para ultrapassar o estágio de subdesenvolvimento

derivado da deterioração dos termos de troca das relações comerciais centro-periferia. Neste ponto, Pebrish diverge da teoria da dependência quando afirma que as relações comerciais não são necessariamente negativas para a periferia, mas sim que os frutos da troca favorecem mais o centro. Para tal, o Estado deve assumir um papel ativo na economia a favor do mercado interno, promovendo a industrialização por diferentes vias, como protecionismo, subsídios à indústria e investimentos em infraestrutura para novos campos industriais, além de reformas econômicas na estrutura socioeconômica. De fato, houve elevado crescimento econômico entre as décadas de 1950 e 1970 na região, mas não se pode dizer que a relação de dependência foi superada ou próximo disso; pelo contrário, o desenvolvimentismo foi se constituindo de forma dependente e associado ao capital estrangeiro. O impacto do desenvolvimento também se mostrou negativo nos índices sociais na medida que a proletarização das massas rurais levou a população à marginalização, desemprego e informalidade (Campos & Campos, 2014; Kay, 2018).

A retração do mercado de exportação e o desenvolvimento do setor industrial vinculado ao mercado interno nas economias satélites atraiu o capital estrangeiro em busca de investimento. As economias centrais também encontraram uma oportunidade de exportar seus equipamentos e máquinas, em grande parte em processo de obsolescência, para estes países que estavam em processo de industrialização. Com efeito, o plano de desenvolvimento autônomo idealizado pelas burguesias nacionais sofre embargos da ofensiva imperialista, que no final significou a causa do seu fracasso (Marini, 2013). A ilusão do desenvolvimento autônomo idealizado nos países latino-americanos como primeira solução para a relação de dependência culmina, portanto, na reprodução da dependência tendo como fator a “dependência tecnológica” (Kay, 2018, p. 456). A década de 50 marca o surgimento do quarto tipo de dominação externa – o imperialismo total – a partir da expansão das grandes empresas internacionais no mercado interno latino-americano, a maioria no setor de indústrias, mas também em partes do setor de serviços, comerciais e financeiros. Através dos novos processos produtivos introduzidos pelas empresas, expandiu-se o controle interno das economias dependentes pelos interesses externos (Fernandes, 1975).

Em síntese, Florestan Fernandes (1975) discorre sobre três pontos importantes acerca do imperialismo total. Primeiro, a dominação externa é organizada a partir de dentro e alcança todos os níveis da ordem social, “desde o controle da natalidade, a comunicação de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra ou superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.”. A posição de soberania também se relaciona neste tópico, com destaque aos

Estados Unidos como superpotência e outros países europeus e o Japão como parceiros menores, mas com poder hegemônico. Esta divisão já supera o “imperialismo restrito” de fases anteriores. Segundo, a realidade dos países latino-americanos, independentemente dos níveis de desenvolvimento, impossibilita a criação de bases autônomas para o crescimento econômico, cultural e social. À exemplo das fases anteriores, o desenvolvimento é financiado pelo capital e tecnologia estrangeira sob o respaldo de seus interesses. Terceiro, que as economias dependentes e suas classes burguesas não possuem condições estruturais e dinâmicas para ultrapassar o estágio do subdesenvolvimento e suas consequências, isto porque os interesses internos estão sobrepostos aos interesses externos, como pode ser visto nos diversos golpes e contrarrevoluções apoiadas pela burguesia nacional na história política do continente (Fernandes, 1975, p. 18).

Sendo assim, a dominação externa mantida secularmente no Brasil serve como fonte de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas em um processo cíclico que se renova em cada fase capitalista. Os principais efeitos deste processo para a economia brasileira são a concentração de renda e do poder em grupos sociais que atendam os interesses externos, a coexistência de superestruturas organizadas para a exploração externa e a manutenção da dependência e, conseqüentemente, a exclusão de ampla parcela da população nacional nos âmbitos econômico, social e político. Como produto trágico final do desenvolvimento capitalista integrado e a aliança entre os interesses dos agentes privilegiados intensifica-se a superexploração do trabalho da população e a negação pelo direito ao trabalho, seja na forma do desemprego ou nas mais diversas precarizações do labor, além do crescimento de uma população marginalizada nos centros urbanos, aglomeradas em condições precárias em favelas e periferias (Fernandes, 1975; Marini, 2013).

Mas um novo paradigma surge com a crise do capitalismo dos anos 1970 que gerou nas economias centrais redução das taxas de lucro e superprodução de capital. Para o primeiro problema, na medida que os investimentos não eram expandidos por conta da baixa lucratividade, buscou-se uma recomposição do capital em três frentes: i) redução dos custos salariais; ii) redução da tributação sobre o lucro; e iii) reestruturação produtiva de modo a acelerar o tempo de rotação do capital, isto é, elevar a taxa de lucro mediante a diminuição do intervalo entre o tempo de produção e o tempo de circulação do capital. Em relação ao segundo ponto da crise, o cenário de ociosidade do capital excedente por falta de mecanismos de valorização no comércio mundial abriu caminho para o processo de financeirização, ou seja, a expansão do capital fictício na sociedade e na produção de capital. Em suma, pode-se dizer que a saída para a crise do capitalismo se resume em quatro pontos: i) recuperação da lucratividade

dos investimentos; ii) redução no tempo de rotação de capital; iii) transferência de recursos da periferia; e iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro de acumulação mundial (Carcanholo, 2008).

Nesse cenário de desaceleração de acumulação de capital os ideais neoliberais ganharam maior relevância no campo político e entre nações. O neoliberalismo, como ideologia, surgiu na Europa a partir das teses de liberdade econômica propostas por Friedrich Von Hayek em meados da década de 1940 e logo ganhou força nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial como um receituário teórico e político de reajustes do intervencionismo estatal na economia e das políticas de bem-estar social, vistas como empecilhos para a liberdade de mercado e, conseqüentemente, uma ameaça as liberdades individuais. Milton Friedman contribuiu para os avanços destas ideias nos Estados Unidos com um toque ainda mais radical. O autor era contrário a qualquer intervenção do Estado na economia, inclusive às políticas de emprego promovidas no período. Outro ponto que concerne à questão do desemprego pela perspectiva neoliberal proposta por Friedman é o da necessidade de uma taxa natural do desemprego para o bom funcionamento da economia. Assim, o pleno emprego é compreendido como um fator inflacionário que provoca instabilidade e recessão econômica. De tal forma, vê-se o desemprego como um fenômeno necessário, determinado pelo mercado e socialmente justo (Campos & Campos, 2014).

A primeira experiência deste tipo ocorreu em 1973 no Chile durante a ditadura de Pinochet⁷. Nas economias desenvolvidas surge a partir de Thatcher em 1979 na Inglaterra e em 1982 com Reagan nos Estados Unidos e Kohl na Alemanha. No entanto, para estes últimos, as ideias se restringiram apenas a reestruturação produtiva e privatização de bens públicos, mantendo as estruturas protetivas de seus mercados internos. Com grande apelo dos institutos financeiros internacionais que promoviam a propaganda neoliberal como única saída para a crise na região, o projeto neoliberal seguiu com apoio dos governos democráticos de Salinas no México em 1988, em 1989 com Menen e Collor na Argentina e no Brasil, respectivamente, e em 1990 com a eleição de Fujimori no Peru. Os efeitos foram devastadores para o mercado de trabalho e a economia apresentou resultados de baixo crescimento, além de problemas sociais como a explosão do desemprego e o aumento da desigualdade e da pobreza (Campos & Campos, 2014; Kay, 2018).

⁷ Vale ressaltar que o governo de Salvador Allende, eleito democraticamente em 1970 com bases marxistas, foi impedido após golpe militar liderado por Augusto Pinochet e com apoio econômico e logístico dos Estados Unidos. A ação teve como fim a morte do presidente eleito e 16 anos de uma terrível ditadura chilena.

Na verdade, a década de 1990, sob as leis neoliberais, aprofundou a condição de dependência dos países latino-americanos frente às economias centrais (Carcanholo, 2008). Com a reestruturação produtiva do capital sob o receituário neoliberal, profundas transformações ocorreram nas relações de trabalho no Brasil, como a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho. Como reflexo, as mutações nos processos produtivos e na organização do controle social do trabalho provocaram aumento da superexploração da força de trabalho, somatizados a desvalorização da remuneração e instabilidade do emprego. Nas palavras de Ricardo Antunes:

A globalização neoliberal rompeu com o curso do emprego e da proteção social ampliada, instalada em várias nações do mundo. Mesmo na periferia do capitalismo, que jamais registrou um patamar de conquista dos trabalhadores equivalente ao das economias avançadas, houve melhorias importantes em relação ao começo do século XX. Atualmente, contudo, a situação se inverteu, com a piora nas condições e relações de trabalho, inclusive no centro do capitalismo. Na periferia, a destruição dos direitos do trabalho tornou-se uma ação quase que contínua, especialmente nos governos dóceis à globalização neoliberal (Antunes, 2011, p. 124).

Na passagem para o século XXI, em resposta à crise da globalização neoliberal que levou muitos países periféricos à barbárie social, surge um novo tipo de capitalismo na América Latina. No Brasil, este novo projeto político-econômico de ordem burguesa se traduziu no plano neodesenvolvimentista liderado por Luiz Inácio “Lula” da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Sob este novo modelo, a condução do governo deixa de se orientar pelos parâmetros neoliberais, mas não os abandona totalmente, mantendo sinais claros ao mercado de uma mera reorganização do capitalismo (Alves, 2013a). A agenda neodesenvolvimentista pode ser resumida em três grandes programas: i) de incentivo estatal a oligopolização da economia (com grande apoio do BNDES); ii) de investimentos públicos em infraestrutura – com ou sem parceria público-privada (vide Programa de Aceleração do Crescimento); iii) de transferências de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando a valorização do mercado interno. Em suma, Giovanni Alves caracteriza o projeto lulista da seguinte forma:

(...) utilização do fundo público no financiamento e investimento exigidos pelo capital, visando o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira de acordo com os interesses dos oligopólios privados industriais, agroindustriais e financeiros; e na medida em que ocorre a acumulação de riqueza capitalista, a utilização do gasto público para programas de combate a pobreza e transferências de renda às famílias mais pobres, como a elevação do salário-mínimo e expansão da Bolsa Família (Alves, 2013b, para. 4).

O compromisso com a redução da desigualdade, formalização da estrutura salarial e elevação do consumo das famílias atende o princípio capitalista de que o aumento da demanda proporciona ampliação do investimento, criando assim um ciclo favorável ao desenvolvimento

da economia e sociedade brasileira. No entanto, é no próprio neodesenvolvimentismo que se encontram seus limites. A crise estrutural do capitalismo impede a reconstituição de qualquer aparato progressista do campo social ou dos direitos sem que afete a taxa de lucratividade do capital. Por isso, o único alcance possível do neodesenvolvimentismo – e de certo modo sua função por si – seria combater a pobreza gerada pelo próprio capitalismo e ampliar o mercado interno para retroalimentar o capital. Pelas próprias condições da crise estrutural o capitalismo e distante dos objetivos socialistas, a realidade produzida pelo neodesenvolvimentismo não é mais do que a manutenção da posição de subordinação aos interesses externos. E, por mais que se construa avanços sociais a partir de políticas redistributivas, o consumo está longe de ser uma via emancipatória da condição de superexploração do trabalho; pelo contrário, imerso nas contradições capitalistas, gera novas formas de caracterização do sujeito que (não) trabalha no século XXI (Alves, 2013b).

A crise do neodesenvolvimentismo tem como ponto principal a retomada ofensiva do neoliberalismo ortodoxo, cujo objetivo é iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil. É importante deixar claro que as manifestações populares, embora elementos importantes dessa virada política, não representam o componente principal. A expressão maior da crise se dá pela disputa pelo controle da política econômica, política social e da política externa do Estado brasileiro. De um lado está a “frente neodesenvolvimentista” que contempla a grande burguesia interna e, de maneira periférica, atende algumas reivindicações da classe trabalhadora e que é representada pelos governos apoiados no PT. E do outro lado o campo neoliberal ortodoxo formado pelo grande capital internacional, pela burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe representado pelos governos apoiados no PSDB (Boito Jr., 2016, p. 156).

Durante a crise política e econômica que se intensificou no Brasil após 2013, os conflitos internos da frente neodesenvolvimentista minaram a unidade que mantinha coesa as contradições dadas pelos interesses dissonantes de cada parte. Com resultado da degradação da situação econômica, da ofensiva do capital internacional e do recuo da política econômica e social do governo Dilma Rouseff, segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista se fragmentaram, uns tendendo a neutralidade, outros ao discurso neoliberal ortodoxo; ambos os movimentos contribuíram para enfraquecer a sustentabilidade do governo (Boito Jr., 2016).

Outro ponto relevante a se destacar sobre este período político é a instabilidade do presidencialismo brasileiro e a instabilidade da democracia burguesa vigente no Brasil. A instabilidade institucional é vista no esvaziamento da função legislativa e representativa do

Congresso Nacional, após derrota da base governista na eleição à presidência da Câmara dos Deputados, vinculada à ofensiva neoliberal e outras forças, como a conservadora e religiosa. Já a instabilidade democrática é percebida no Brasil de diferentes maneiras, como a inexistência de liberdade de organização sindical, aos aparelhos repressivos do Estado, a existência de uma mídia concentrada e desregulamentada etc. (Boito Jr., 2016).

Com efeito, a alternativa viável das frações burguesas, incapazes de ganhar nas urnas o pleito eleitoral de 2014, foi viabilizar um golpe parlamentar para impedir o governo Dilma. E assim foi feito o golpe em 31 de agosto de 2016, com o impeachment da Presidenta, recorrendo tanto à judicialização da política quanto à politização da justiça. Mas não sem o apoio das grandes corporações midiáticas e do PMDB, partido que até então compunha a base governista. O governo Temer logo assume uma nova fase da contrarrevolução preventiva do capital, sob um tipo ainda mais feroz, de modelo ultraneoliberal, cujos fins são: finalizar o processo de privatização do Estado e demolir completamente os direitos do trabalho no Brasil, enquanto preserva os grandes interesses dominantes (Antunes, 2018).

O que vem a seguir é “(...) uma variante, a mais drástica até agora, do autoritarismo gestado no seio da crise estrutural do capital que penetra a sociedade periférica e dependente”. Um programa econômico ultraneoliberal e uma política moral conservantista-reacionária combinada com a ascensão da extrema-direita mundo à fora. O bolsonarismo surge dos escombros das forças reacionárias, que jamais tiveram seu fim na recente democracia burguesa liberal brasileira, e do bojo da escalada neoliberal que impulsionou a judicialização/policialização da política brasileira e conduziu as inúmeras mobilizações e polarizações políticas na sociedade (Firmiano, 2020, p. 35).

Côrtes (2021) observa no período que sucede os governos petistas um movimento acelerado de transferência dos custos da crise para a classe trabalhadora. “Disso, tem-se a instauração de um quadro de agressiva ofensiva sobre o trabalho, expressão de uma maior brutalidade na retração dos direitos trabalhistas e sociais, conquistados historicamente” (Côrtes, 2021, p. 62). As inúmeras contrarreformas implantadas no período atacam diretamente os direitos sociais e trabalhistas e terminam por se constituir em processos de expropriação⁸ da classe trabalhadora. Estes processos têm se dado principalmente pela asfixia do orçamento fiscal. A Proposta de Emenda à Constituição 31/2016, por exemplo, prorrogou até 2023 a Desvinculação das

⁸ A expropriação é um conceito concebido por Marx que o descreve enquanto “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” na passagem do mercantilismo ao capitalismo. Deve-se entendê-lo como um requisito para a valorização e acumulação de capital, portanto, é imanente e intrínseco ao modo de produção capitalista e se intensifica em contexto de crise (Marx, 2013, p. 961, como citado em Côrtes, 2021, p. 64).

Receitas da União e aumentou de 20 para 30% o uso livre dos recursos da seguridade social para a formação do superávit primário e realocação do saldo para pagamento dos juros, amortizações, encargos e dívida pública. Outro saque dos recursos públicos é a Emenda Constitucional nº 95 que congelou por 20 anos o gasto público primário ao aumento da inflação do ano anterior, ou seja, sem aumentos reais do investimento público por duas décadas. Em 2020, tem-se o orçamento mais restritivo da história, sendo que a maior parte deste orçamento foi destinada para o pagamento da dívida pública. Ao mesmo tempo que os recursos destinados aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social e moradia, diminuíram significativamente por conta do teto de gastos restritivos.

A expropriação também ocorre pelo rebaixamento das condições de trabalho. Neste ponto, diversas medidas foram implementadas nestes últimos 5 anos, como a Reforma Trabalhista, a extinção do Ministério do Trabalho, a “Minirreforma Trabalhista”, a instituição da “Carteira Verde e Amarela” e da Reforma da Previdência. Em suma, trabalhou-se para promover uma total flexibilização das leis trabalhistas, na ampliação da terceirização (inclusive de atividades-fim), na contratação de formas atípicas, como trabalho intermitente, na restrição ao acesso à justiça do trabalho, pela precarização do trabalho jovem e aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria. Dito isso, ambos os governos agiram pelo desfinanciamento das políticas sociais, da flexibilização das leis trabalhistas e da privatização dos ativos do Estado (Côrtes, 2021).

A ofensiva restauradora neoliberal e as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro constroem uma sociedade cada vez mais mercantilizada e como consequência torna a classe trabalhadora mais expropriada, criando um ciclo de valorização, circulação e acumulação do capital. Em primeiro lugar, cria-se um cenário favorável para a ampliação da extração de mais-valia absoluta e relativa, uma vez que se observa um quadro de desemprego estrutural que intensifica os processos de exploração e rebaixamento do valor da força de trabalho e do custo do trabalho. Em segundo, desloca parte substancial do fundo público para o capital financeiro em detrimento do fomento em políticas sociais, ao priorizar o superávit primário e o pagamento da dívida pública. E terceiro, dado o sucateamento dos serviços públicos, obriga a classe trabalhadora a dispende de parte dos salários na compra de bens e serviços no mercado, contribuindo assim para abrir novos mercados para o capital internacional superacumulado (Côrtes, 2021). Estratégias que ampliam a superexploração da classe trabalhadora brasileira.

Capítulo 2 - (Des)emprego e Juventude

Dois pontos que envolvem o desemprego e a juventude brasileira nos dias de hoje valem ao debate. O primeiro refere-se à centralidade do trabalho na sociedade e o segundo à compreensão do desemprego como uma categoria social. Aprofundar o estudo entre estes dois elos que complementam o exercício do labor no sistema capitalista é um passo importante para prosseguir sobre os processos e sentimentos que circundam a vida dos jovens e o mundo do trabalho.

2.1 - O Trabalho e a Juventude

Assim se refere Marx sobre a relação entre o homem e o trabalho: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2017, p. 255). É o ato de construir sua própria realidade, por uma ideia pré-concebida orientada a um fim, sua necessidade, que o homem se destaca dos demais seres da natureza. E ao mesmo tempo que transforma a natureza, transforma-se a si próprio. Antunes (2009) recorre à ontologia do ser social de György Lukács para discorrer sobre os elementos fundantes deste elo. Pelo pensamento lucácsiano, o pôr teleológico é a chave que possibilita o salto do estado puramente biológico do ser ao ser social. Portanto, manifesta-se como essência humana e via para as interações entre os homens e dos homens com a realidade. Em suma, o trabalho está no centro do processo de humanização do homem.

Uma vez entrelaçados a essência humana e o sentido mais puro do trabalho, torna-se evidente que a noção moderna de trabalho, ressignificada pela dialética capital-trabalho, põe o indivíduo que trabalha diante de uma nova posição. Por mais que a dinâmica do processo de trabalho não seja alterada pela simples aquisição do capitalista, dois novos fenômenos ocorrem: o trabalhador labora sobre o controle e vigilância do capitalista e o produto vira propriedade do capitalista, não mais pertence ao seu produtor. Mas, diferentemente dos modos de produção anteriores, a lógica de produção capitalista se distancia do sentido originário do labor, que se orientava em torno das necessidades de autorreprodução humana, pra voltar-se a valorização do capital. Assim, a configuração do processo de trabalho em processo de valorização torna o trabalhador em força de trabalho, em mercadoria e meio de produção para subordinação de

valor de uso em valor de troca e, conseqüentemente, obtenção de mais-valia (Antunes, 2009; Marx, 2017).

Esta viragem histórica promovida pelo capital interessa tanto à compreensão do jovem no mundo do trabalho, quanto da discussão em torno da centralidade do trabalho na sociedade moderna. De antemão, é preciso abandonar a ideia de que os limites da juventude obedecem à um regimento biológico e natural. Por exemplo, nas sociedades primitivas a passagem da infância à fase adulta era conferida de forma curta e quase imediata, uma vez que a maturidade física e a maturidade social se coincidiam. O prolongamento desta transição acontece com o avanço da industrialização e a subsequente complexificação das funções sociais e das necessidades de escolarização e qualificação ocupacional da população. Assim, a juventude como conhecemos hoje é uma categoria recente e exclusiva das sociedades modernas. Na realidade, trata-se de uma construção social e histórica que conduz uma parcela da população à uma “condição social” específica (Cruz et al., 1984, p. 285).

Conforme apontam Cruz, et al. (1984) ser jovem é situar entre a total dependência social e a emancipação que se alcança com o estatuto de adulto. É estar em uma circunstância transitória e temporária, cuja maturidade é alcançada por condições sociais definidas que se originam, fundamentalmente, com o ingresso na vida ativa da sociedade, ou seja, mediante uma ocupação profissional. Na história da sociedade moderna, portanto, a estrutura etária é determinada pela crescente divisão social do trabalho. Isso quer dizer que os limites etários, tanto a juventude quanto a velhice, são definidos pela capacidade produtiva, a qual pode ser referida como divisão etária do trabalho.

Para Guimarães, “o debate sobre a transição para a vida adulta tem uma das suas âncoras mais importantes nos processos que transcorrem no âmbito do trabalho” (Guimarães, 2006, p. 171). É a partir da inserção do mercado de trabalho que os jovens conseguem dar início ao seu processo de autonomização, seja em relação à família ou à aquisição de status. Novaes (2007), por sua vez, compreende a juventude como uma etapa da vida em que se constrói uma identidade ao passo que se definem projetos de futuro, enquanto se está subordinado à família e à sociedade até a conquista de sua emancipação. Esta última, por sinal, se vê refém de fatores históricos, estruturais e conjunturais de uma época que determinam suas vulnerabilidades e potencialidades, assim como são moduladas pelas referências culturais e regras socialmente construídas em cada civilização.

Guimarães (2006) faz um balanço em quatro convergências da literatura que analisam o elo entre juventude e trabalho. A primeira, como referimos acima, reconhece que este é socialmente construído. Essa construção social se inicia na Europa no final do século XIX, quando se costura

a ideia de uma passagem entre dois estatutos – de aluno para trabalhador, possível em virtude de legislações a favor da extensão da escolarização obrigatória a todos. Até então, os filhos dos camponeses, artesãos e operários estavam integrados ao ambiente produtivo desde tenra idade. Já no século XX, precisamente no período pós-Guerra, com a constituição dos Estados de Bem-Estar Social na Europa, essa transição escola-trabalho acontecia de modo quase imediato, não apenas pela expansão dos empregos, mas principalmente por um “efeito societal” que articula o modo de prover, a formação da classe trabalhadora, a organização produtiva e a regulação e negociação das relações de trabalho (Guimarães, 2006, p. 175).

Essa transição, a qual Claude Dubar definiu como uma “passagem pré-programada”, se dilui na década de 1970 durante a crise estrutural do capitalismo em três alterações importantes do mercado de trabalho: a equivalência entre trabalho e emprego se rompe, a configuração do trabalho permanente e à tempo completo é fragmentada em formas alternativas de emprego e os vínculos de contratos de longa duração se dissolvem. Por conseguinte, as novas gerações vivem uma “situação aleatória” de inserção, conforme descreve o autor, marcada por intensas transições entre situações ocupacionais. Essa transformação, segundo Claus Offe, torna o trabalho “objetivamente disforme” dos padrões preestabelecidos (Guimarães, 2006, p. 175).

De um modo geral, embora essa tendência atinja a todos no mercado de trabalho, se observa maior impacto entre os jovens. No caso dos países subdesenvolvidos, particularmente os latino-americanos, o prolongamento do período de inserção no mercado de trabalho se dá por diversos fatores como, por exemplo, a recorrência da informalidade e passagens frequentes entre a atividade e a inatividade, o acúmulo entre a jornada estudantil e laboral e a inserção precoce no mercado de trabalho ante a conclusão da formação educacional que se alinham à oferta insuficiente de formação vocacional, ao prolongamento do ciclo de vida e das etapas que a permeiam e as desigualdades de gênero nas trajetórias (Guimarães et al., 2020).

Esses dois últimos pontos levam a uma outra questão bastante discutida que é o prolongamento da juventude, assim como pelo prolongamento geral entre as fases da vida. O prolongamento da vida, observado nas últimas décadas, é um dos fatores demográficos que contribuem para fundar essa hipótese. Outro é o alongamento do tempo passado na escola. Entre todos os eventos que circundam as fases da vida considerados pelas autoras é possível observar que muitos afetam a passagem à vida adulta, como a frequência à escola, a participação no mercado de trabalho, a saída do domicílio de origem ou constituição do próprio, a nupcialidade, a maternidade e até a mesmo a morte. Além disso, assumem que diversos fatores influenciam tal trajetória, como por exemplo, o sexo, a cor/etnia, a região demográfica e a renda (Camarano et al., 2006).

Camarano, et al. ao compararem os Censos de 1980 e 2000 observam que as trajetórias de vida atuais estão mais erráticas do que no passado. Um exemplo disso é a possibilidade de retorno dos jovens à casa dos pais após seu momento de emancipação. Outro comportamento dessa condição é a dos jovens que estabelecem família no domicílio de origem ou aqueles que constituem nova residência, porém continuam recebendo auxílio familiar. “Em síntese, muitas possibilidades de transições para as várias fases da vida parecem abrir-se na atualidade, embora o modelo tradicional ainda predomine” (Camarano et al., 2006, p. 58).

A segunda convergência parte justamente do desajuste entre o destino socialmente esperado e a impossibilidade de alcançá-lo em direção a uma aquisição de um novo sentido do trabalho por parte da juventude. Nesse cenário de incerteza, instabilidade e de exílio do trabalho, os jovens teriam antecipado uma mutação cultural que anunciaria o fim da centralidade do trabalho (Guimarães, 2006). As transformações produtivas que atravessaram o mundo do trabalho nas últimas décadas levantaram a hipótese de que o trabalho – em crise – não estaria mais no centro da sociabilidade e da construção identitária da juventude. Ao contrário do que esta ideia indica, Guimarães (2004) aponta que o elo entre trabalho e juventude permanece central no imaginário dos jovens brasileiros e Bajoit e Franssen sublinham que “o trabalho continua sendo fonte importante de normatividade e experiência central de socialização” (Bajoit & Franssen, 2007, p. 98).

Em oposição à ideia de descentralização do trabalho, Bajoit e Franssen percebem na verdade uma crise de sentido. A crise do modelo tradicional do trabalho, forjado na “sociedade salarial” e pautado pela ética que o qualifica como um dever moral e social e fonte para a autorrealização, tornou impraticável a reprodução das normas e aspirações antes destinadas às gerações anteriores. Impedidos de gozarem uma estabilidade “prometida” e diante de uma inserção no mercado de trabalho cada vez mais aleatória e precarizada, este novo padrão propicia uma sociabilização inédita e o surgimento de novas referências e orientações em relação ao trabalho entre os jovens. Nas palavras dos autores: “trata-se, por certo, de uma lógica de crise no sentido de que a impraticabilidade das normas adquiridas é vivida dolorosamente e dá lugar a diversas estratégias de compensação e de racionalização, sem alternativa positiva” (Bajoit & Franssen, 2007, p. 101).

Também contrário à ideia do fim do trabalho, Antunes argumenta que, na verdade, as transformações produtivas tornaram o trabalho mais heterogêneo, complexo e fragmentado. Para o autor, a hipótese sobre a supressão do trabalho sob o capitalismo carece de fundamentação empírica e analítica, sobretudo porque se observa, para além do fenômeno da desproletarização, uma subproletarização do trabalho, presente nas formas precárias de

contratação, especialmente nos países subdesenvolvidos onde se concentra 2/3 da massa trabalhadora. Além do mais, prever o fim do trabalho – ou o fim da classe trabalhadora – implica em desconsiderar que a lógica capitalista requer o trabalho vivo, isto é, o trabalhador é parte fundamental para o processo de valorização do capital. Por esses motivos o trabalho tem “ainda enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea” (Antunes, 2009, p. 214).

Outro efeito da reestruturação do mercado de trabalho é a relevância do sistema educacional, como estrutura institucionalizada, na facilitação da transição do aluno ao trabalhador. As diversidades desses conteúdos educacionais em diferentes sociedades possibilitam a terceira convergência analítica do debate (Guimarães, 2006). Fagiani e Previtali sintetizam bem essa reorientação da educação em alinhamento ao sistema produtivo: “A educação é posta em evidência como condição para o crescimento econômico, inclusão e mobilidade social, responsável por possibilitar o ingresso, sobretudo dos países periféricos, na economia globalizada” (Fagiani & Previtali, 2019, p. 347).

No caso brasileiro, as reformas educacionais desenvolvidas na década de 1990 estiverem alinhadas com as políticas neoliberais de modo a organizar o sistema educativo, e diretamente os potenciais trabalhadores, às exigências do mercado. Na prática, o incentivo ao ensino médio técnico, preocupado em uma formação profissional prática e específica desvinculada de um pensamento crítico e de uma abordagem técnica mais abrangente, e a liberalização do sistema educacional brasileiro promove um ensino paralelo que corrobora para ampliar uma desigualdade social, em que a maioria percorre um percurso educacional curto e uma minoria, que frequenta o ensino privado, se beneficia de uma trajetória escolar longa. A consequência direta desta política educacional é encaminhar os jovens de baixa renda à um caminho direto das formas de ocupação precárias, contribuindo para a manutenção e reprodução da desigualdade social e econômica (Fagiani & Previtali, 2019).

Propondo um paralelo entre a estrutura educativa e a superexploração da classe trabalhadora, Fagiani e Previtali concluem que:

Essa estratégia político-educacional, apresentada pelo discurso dominante como mais atrativa e facilitadora de maior empregabilidade, esconde um real propósito, qual seja: o descompromisso com a formação humanística e crítica do jovem trabalhador para a manutenção de uma estrutura social classista, fundada na superexploração do trabalho (Fagiani & Previtali, 2019, p. 361).

A realidade socioeducativa dos jovens brasileiros possui outras duas características marcantes que influem sobre a transição à vida adulta: a primeira diz respeito ao ingresso precoce no mercado de trabalho por razões econômicas e sociais que muitas vezes levam os jovens à uma jornada dupla de educação e trabalho ou até mesmo à evasão escolar e a segunda

remete à recente universalização do ensino básico e médio na sociedade brasileira. Além dos efeitos negativos da reestruturação do mercado de trabalho, a sobreposição das esferas de socialização dos jovens os coloca em uma situação de vulnerabilidade social. Essa realidade contradiz o que seria a quarta convergência, que se organiza a partir da ideia de que a etapa escolar e a laboral são fenômenos adjacentes em que o ingresso no mercado de trabalho continua uma específica formação escolar, considerada socialmente mínima e compulsória (Guimarães, 2006).

Como coloca Camarano:

Acredita-se que aceitar a ideia do prolongamento da juventude significa assumir uma sequência linear dos eventos, em que qualquer alteração possa implicar mudanças no calendário, o que não parece ser verdade. Foi visto (...) que o aumento da frequência à escola estava ocorrendo simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implicasse mudanças no calendário da transição como um todo. Ou seja, com base nesses resultados, mais do que num prolongamento da juventude, pode-se pensar em novas modalidades de transição para a vida adulta provocadas por uma menor sincronia na sequência de eventos, uma simultaneidade de participação nos vários eventos, bem como uma delimitação mais tênue entre as várias fases da vida (Camarano, 2006, p. 332).

É importante então compreender a transição à vida adulta como um processo aberto e influenciado por conjuntura política e econômica e aspectos sociodemográficos de uma população jovem altamente plural. Nesse caminho, Guimarães introduz o conceito de “múltiplas juventudes” para se referir às variedades de “modos de viver e de representar o vivido” entre os jovens. Idade, cor ou raça/etnia, escolaridade, naturalidade, característica do domicílio são variáveis que “desigualam os destinos do indivíduo, mesmo sob contexto de expansão econômica e de significativa ampliação de direitos”. O que leva ao entendimento da possibilidade de haver no país “múltiplas juventudes” (Guimarães, 2006, p. 181; Guimarães et al., 2020, p. 478).

Bourdieu nos lembra que as divisões entre as idades são arbitrárias e um objeto de disputa em todas as sociedades pela divisão do poder – ou pela manutenção de uma hierarquia ou tradição. Logo, “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” e “o facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação”, além de um “formidável abuso de linguagem” (Bourdieu, 2003, p. 153). Para o autor, faz-se necessário analisar as diferenças entre as juventudes ou, como põe o autor, pelo menos em duas: na diferença básica entre os jovens que estudam e os que trabalham, da classe burguesa e da classe operária. Se levar em consideração as condições de existência, o mercado de trabalho, os recursos, a organização do tempo, as

famílias etc. tudo indica diferenças cruciais em todos os domínios existenciais, tornando-os incomuns.

Vale ressaltar que centralidade do trabalho não significa que os jovens compartilham experiências e sentidos unívocos em relação ao trabalho; pelo contrário, percebe-se uma pluralidade de vivências e significados (Bajoit & Franssen, 2007; Guimarães, 2004). Novaes (2007) compreende ainda que os eventos que permeiam o cotidiano do jovem do século XXI, afetados pelas transformações socioprodutivas do capital e de frequentes problemas sociais como a violência e a pobreza, provocam experiências e sentimentos inéditos nesta geração. Entre eles, destaca-se o medo de sobrar. A autora identifica que os jovens hoje, conscientes da dificuldade de encontrar o primeiro emprego e do alto desemprego, expressam inseguranças e angústias ao falar de suas perspectivas profissionais, seja no presente ou no futuro. O medo de sobrar vem justamente da percepção do risco de exclusão trazido pela precarização e flexibilização do trabalho e do emprego.

Com base em uma pesquisa que entrevistou uma amostra 3.501 jovens brasileiros, de 15 a 24 anos, distribuídos em 198 municípios entre 25 estados da União, Guimarães (2004) identifica que o trabalho está presente na vida dos jovens tanto como um valor ético, mas também como uma necessidade e um direito fundamental. Nestas bases, principalmente nas duas últimas, o desemprego surge como um dos principais pontos de preocupação e urgência destacado pelos jovens. Do significado subjetivo do trabalho, este assume diversos sentidos: 39% dos jovens entrevistados o veem como uma necessidade, 26% como uma fonte de independência, 22% como uma forma de crescimento e 11% como uma fonte de autorrealização e 2% como fruto de exploração. Em suma, as respostas indicam, não só a centralidade do trabalho dentro da perspectiva dos jovens, mas também uma pluralidade de significados e de realidades coexistentes.

2.2 - Sociologia do Desemprego

A definição de desemprego adotada internacionalmente hoje é produto da articulação e influência de diversos atores interessados no tema, como economistas, sociólogos, legisladores etc. É um fenômeno social, econômico e político e sua construção obedece a uma lógica de pensamento (Oshiro & Marques, 2017).

O pensamento balizador desta estrutura é que o desemprego é uma categoria criada no capitalismo (...) Como grupos humanos, já foram caracterizados e classificados pela caridade patronal organizada. Acreditou-se que eles eram frutos de fenômenos passageiros, superáveis pelo crescimento econômico, pelo controle dos riscos sociais,

pelo acúmulo de riqueza, pela repressão ou banimento. Entretanto, nunca se conseguiu erradicá-los e nem foi possível ignorá-los. Se nos “trinta anos gloriosos” pareceu que eles eram poucos, hoje seu número é surpreendentemente grande, de forma que o desemprego já não é mais visto como o resultado de uma má conjuntura, e sim um problema estrutural do capitalismo (Oshiro & Marques, 2017, p. 76).

Por muito tempo, os sociólogos se debruçaram sobre a análise da vivência do desempregado como um meio de complementar a noção estatística do desemprego, esta, por sua vez, reservada aos economistas e com enorme influência sobre a categorização social do desempregado e pela elaboração de políticas de intervenção. Para Demazière (2008), este direcionamento dos sociólogos serviu para uma análise mais racional sobre a problemática em questão, mas sem um olhar crítico voltado ao enfrentamento do problema, afastando as pesquisas sociológicas dos problemas da categorização social e, portanto, negando a construção de uma sociologia do desemprego. Para além destes problemas, que vão desde os limites das noções estatísticas à dificuldade do autorreconhecimento por parte do sujeito, hoje há um consenso entre os sociólogos de que o fenômeno é uma construção social, ou seja, o desemprego é uma condição socialmente definida. O enquadramento histórico elaborado por Jérôme Gauthier (1998) compreende o desemprego como um conceito construído historicamente, formado e moldado pelo capitalismo em dois grandes períodos: sua “invenção” que se relaciona à ascensão de uma construção social, estatística e jurídica em torno da pobreza a partir do final do século XIX e durante os anos 1930 e sua “desconstrução” que surge a partir dos anos 1960 pelo próprio desmonte de tal estrutura.

O uso do termo “questão social”, revivido por Robert Castel (1997), ilustra o desemprego como um problema crítico da sociedade moderna e o período que precede sua invenção. O termo foi utilizado pela primeira vez na década de 1830 em menção ao pauperismo da classe trabalhadora que se instala nas sociedades europeias em consequência da Revolução Industrial (Gauthier, 1998, p. 68). As péssimas condições de vida submetidas aos proletários no processo de industrialização instaurado nos centros urbanos se transformaram em uma ameaça ao ordenamento político e moral da sociedade capitalista – seja pela violência revolucionária, seja pelos riscos à coesão social. Mais do que tomar consciência da calamidade da pauperização, era necessário encontrar uma solução definitiva para o problema (Castel, 1997).

É justamente o risco da fratura social causada pela própria contradição capitalista que elucida a questão social e a emergência por uma intervenção. Tal formulação é fundamental para a compreensão dos processos que deram início ao desemprego na transição para o século XX. Nesse sentido, Gauthier (1998) aponta a sucessão de duas problematizações da questão social anteriores ao desemprego: o avanço da pobreza nas sociedades pré-industriais no século XIV

ao fim do século XVIII e o pauperismo presente nas sociedades industriais da Europa do século XIX.

A primeira problemática corresponde ao fim da Idade Média e remete ao lugar do pobre na sociedade feudal, que tem sua representação maior na figura do vagabundo, pessoa desprovida de terra e ocupação. Embora a existência da vagabundagem tenha se notado de forma residual durante o feudalismo, só se tornou uma ameaça ao ordenamento vigente no início do século XIV com o aumento de suas proporções pelas consequências da Peste Bubônica que assolou o continente europeu, dizimando quase que um terço de sua população. Com efeito, surgem políticas de intervenção focadas na pobreza, que podem ser sintetizadas em três dimensões: a assistência e a repressão como formas de tratamento da pobreza e do pobre em si e a fundamentação de um cariz produtivista por trás de cada tratativa (Gautié, 1998).

A assistência, assegurada por um sentido religioso, oferece alívio aos inválidos pela esmola doada pelos caridosos, por sua vez presenteados com a graça cristã. É notável neste ponto o primeiro passo para uma classificação do sujeito como o objeto de intervenção. Aos inválidos (*bons pobres*), que são as crianças e os idosos impossibilitados de desempenhar qualquer função produtiva, é ofertado a assistência, enquanto aos pobres válidos (*maus pobres*), como os vagabundos, destina-se a repressão. As medidas repressivas foram ganhando mais notoriedade com o tempo, como exemplo o édito real inglês de 1349 que impunha limites à vagabundagem e as *poor laws* – que vigoraram na Inglaterra a partir do início do século XVII (Gautié, 1998). A lei dos pobres foi instituída em 1601 sob quatro princípios: a) a obrigação do socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e d) a responsabilização das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho. Em 1634, já inserida sobre uma lógica burguesa, a lei foi alterada para uma maior repressão sobre os pobres considerados aptos ao trabalho. São instituídas e proliferadas as *workhouses* – casas de trabalho – como novos abrigos e último recurso de “assistência”, mas que se caracterizavam como espaços repressivos (Engels, 2010). Sendo assim, o trabalho compulsório se estende ao limite da existência humana.

Assim Friedrich Engels descreveu as casas de trabalho:

De fato, as casas de trabalho são prisões: quem não realiza sua cota de trabalho, não recebe alimentação; quem quiser sair depende da permissão do diretor, que pode negá-la pela conduta do internado ou com base em seu juízo arbitrário; o tabaco está proibido, assim como a recepção de doações de parentes e amigos externos à casa; os internados são obrigados a usar uniforme e não dispõem de nenhuma proteção em face do arbítrio do diretor. Para que não se faça concorrência à indústria privada, os trabalhos realizados nas casas são especialmente inúteis: os homens quebram pedras, “tantas quanto um homem robusto pode quebrar num exaustivo dia de trabalho”; as mulheres, as crianças

e os velhos desfiavam cordames de navio, já não me lembro com que objetivo insignificante. A fim de que os “supérfluos” não se multipliquem, ou que os pais “moralmente degradados” não influam sobre seus filhos, as famílias são separadas: o homem vai para uma ala, a mulher para outra e os filhos para uma terceira, de modo que só se possam encontrar em períodos determinados e raramente – e, mesmo assim, se se comportarem bem, segundo o juízo dos funcionários. E, para isolar completamente do mundo externo os germes contagiosos da pobreza extrema trancados nessas bastilhas, os internados só podem receber visitas no parlatório, sob a vigilância dos funcionários e, de modo geral, não podem se corresponder com o exterior sem sua autorização ou sua censura (Engels, 2010, pp. 318-319).

Gautié apresenta a mesma realidade sombria das *workhouses* inglesas na França também na segunda metade do século XVII. Citando Foucault, os hospitais de caridade franceses eram como “manufatura-prisões”, responsáveis pelo “grande enclausuramento” e do trabalho forçado da população marginalizada (Gautié, 1998, p. 71). Para o célebre filósofo francês, assim como Engels, a emergência deste tipo de trabalho atende as exigências mercantis da época, portanto, cumprem objetivo de integração dos corpos à ordem capitalista. Tem-se, portanto, como consequência direta da intervenção no período pré-industrial, regulada pela dialética entre assistência e repressão e tendo a produtividade como principal fundamento, a institucionalização do trabalho forçado mediante a categorização da pobreza.

Os ideais liberais que ecoaram na Europa a partir do século XVIII como resultados da Revolução Francesa e da Revolução Industrial modificaram a concepção em torno da pobreza no continente. Em consequência de tais transformações do campo político e econômico europeu forma-se um mercado de trabalho pautado pelas formulações iluministas sobre o direito do homem e regulado pelas teorias econômicas liberais. Isto é, o problema da pobreza deve ser resolvido por meio da inserção laboral, mas sem intervenção do Estado, sendo necessário apenas assegurar o livre mercado. No entanto, a pobreza não é solucionada com o decorrer do processo de industrialização; pelo contrário, percebe-se o aumento da miséria (Gautié, 1998). A partir de então, como mencionado anteriormente, surge no século XIX o termo “questão social” para tratar o problema da pauperização. Conforme Gautié: “À pobreza clássica, ‘resíduo’ composto dos desafiados da ordem tradicional, vai suceder uma miséria maciça, rapidamente percebida como a consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico: a fábrica produzindo dois artigos, conforme uma *boutade* inglesa, ‘algodão e pobres’” (Gautié, 1998, p. 73).

É de se notar que a centralidade do trabalho já ocupava um papel importante na classificação e controle dos indivíduos nesses dois momentos, mas foi apenas no fim do século XIX com a transformação progressiva da “relação salarial” e concepção em torno do direito do trabalho que se institui o emprego como “inscrição social e jurídica da participação dos

indivíduos na produção das riquezas”. É neste momento que se dá o processo de invenção do desemprego, como a face oposta do emprego. Outro aspecto influente é a racionalização do funcionamento do mercado de trabalho no sentido de agir sobre os problemas sociais ao mesmo tempo que organiza e assegura força de trabalho estável e ativa para atender as exigências da indústria (Gautié, 1998, p. 75). Observa-se o que Castel chamou de “processo de transformação do trabalho em emprego” que levou o proletário a uma maior integração na sociedade mediante a posição que este ocupa no salariado. Para o autor acontece o início da formação de uma “sociedade salarial” nos países centrais europeus cujos processos passaram a integrar relativamente a classe operária na sociedade de modo que as bases salariais, de proteção e estabilidade, que integram o complexo de seguridade social europeu, elevam o status, a segurança e a identidade das pessoas (Castel, 2000, pp. 241-243).

A contribuição de Topalov (1990) para a compreensão da relação salarial nos mostra que este processo de transformação se dá em termos muito conflituosos. Apoiado em Marx, Foucault e E.P. Thompson, percebe que em todo o processo de industrialização há muitas formas de resistência à lei do trabalho assalariado, desde o papel essencial do uso da violência para arrancar a população do campo em função das manufaturas nascentes nas cidades, passando por técnicas de poder mais complexas e radicais a partir do século XIX e posteriormente com novas práticas de trabalho que regulam o tempo e o espaço de trabalho em nome de uma certa produtividade. Para o autor, as formas de resistência ao assalariamento são problemas intrínsecos de toda transição capitalista e quanto esta é concluída, surge uma nova reação: a dos conflitos internos da relação capital-trabalho.

Eis aqui um ponto interessante para pensar o sentido da classe trabalhadora em formação na Europa. O conflito inseparável da contradição da relação capital-trabalho impõe a necessidade de reprodução e reprodução de alegorias de submissão ao regime assalariado na sociedade como um todo, seja entre aqueles que compõem a classe trabalhadora ou até mesmo aqueles que estão fora dos setores de produção. Como afirma Topalov, a partir das elaborações de Marx:

(...) é preciso que as condições de manutenção do exército industrial de reserva, além de permitir uma mobilização eficaz deste exército quando a produção assim o necessitar, não conduzam à desmoralização do exército ativo, nem a deserções. A dominação de classe precisa, pois, ultrapassar a empresa, atingir os não-assalariados, estender-se a toda a vida cotidiana. Ela usa então de subterfúgios em que não se manifesta mais como tal e pode até assumir a forma de conquistas operárias: é a base das políticas reformistas e das contradições que as permeiam (Topalov, 1990, p. 382).

Na busca pelo controle – dos assalariados aos com potencial de sê-los – os reformadores, especialistas e administradores elaboram os métodos de intervenção que vêm a categorizar o

desemprego no final do século XIX. Do tratamento administrativo que se dá aos pobres na passagem do século se suscitam novas classificações. Por isso se trata de uma invenção e não de uma descoberta (Topalov, 1990). Para o autor: “É na dialética das mudanças industriais e das políticas sociais, da experiência operária e da ação reformadora sobre o povo das cidades, que vai nascer, com dificuldade, o desemprego moderno” (Topalov, 1990, pp. 384-385).

Sobre as classificações que se separam na transição para o século XX, Topalov diz:

A noção de pauperismo nasce da cidade, do bairro popular; a de desemprego nasce da profissão. O pobre, o indigente, o pauper é observado pelas classes dominantes, que tentam tratá-lo lá onde ele estagna, reproduz-se, mantém focos de insalubridades e pede auxílios aos filantropos ou às autoridades locais. O desempregado, ao contrário, é um operário de ofício periodicamente rejeitado pela indústria, que vê sua situação reconhecida como tal pelos auxílios-desemprego, *out-of-work benefits*, que sua associação profissional lhe concede. A distinção entre pobres e desempregados constrói-se sobre essa experiência real (Topalov, 1990, p. 403).

No entanto, a diferença entre os pobres pauperizados e os trabalhadores sem emprego não é tão perceptível. Para, justamente diferenciá-los, os reformadores, na passagem do século, buscaram institucionalizar os dispositivos sindicais, compreendidos por eles como seguros contra o desemprego involuntário. Deste ponto convém explicitar melhor o modo de vida operário na virada do século. Para o autor, a relação do operariado com o emprego pode ser resumida em duas situações: a instabilidade ocupacional ou a intermitência do emprego assalariado e a resistência à mobilidade profissional e geográfica. Isto quer dizer o seguinte: a classe operária, nesta época, já experimentava a ausência de trabalho – ou folgas – e, diante disto, optava por estabelecer um vínculo geográfico nas cidades em oposição ao movimento pendular da busca por trabalho. Para contornar esta grave realidade da sociedade industrial, a classe operária se organizava em torno de mecanismos de solidariedade, tais como as redes de segurança presentes nas comunidades pobres, o trabalho das mulheres na economia informal das cidades que, mesmo à margem do regime assalariado, trabalhavam em casa, nas ruas e nos bairros populares dando sobrevida à família e, não menos importante, os benefícios sindicais, como os auxílios-desempregos, *secours de chômage* ou *out-of-work benefits*⁹ que colaboravam, sem distinção, com aqueles trabalhadores em situação de “folga” (Topalov, 1990).

Mas a classificação do desempregado em si não leva em consideração tais mecanismos, nem a autopercepção daqueles que (não) trabalham. Parte, portanto, dos reformadores sociais,

⁹ *Secours de chômage* ou *out-of-work benefits* foram contribuições sindicais, respectivamente na França e nos países anglo-saxões, que auxiliavam, indiferentemente e indiscriminadamente, os trabalhadores em situação de folga (*chôment*). Tais situações se caracterizavam como o não cumprimento do dia de trabalho por razões diversas, como em greves, celebrações em dias festivos ou em casos de doença, invalidez ou mesmo a velhice.

suas categorizações e intervenções. Para tal, foi preciso admitir antes, em certos casos, a involuntariedade da manifestação do desemprego, resultando não mais de aspectos morais ou hereditários, nem do meio insalubre das grandes cidades, mas da própria organização do mercado de trabalho e da indústria. Surgem, em 1903 através de Alfred Marshall, as classificações “desemprego ocasional” – causado pelas depressões cíclicas, sendo consequência de uma concorrência benéfica e não depende de responsabilidade de suas vítimas, que para os economistas basta a liberalização do mercado para conter a crise – e “desemprego sistemático” – que refere-se aqueles que não querem, que não trabalham regularmente ou que não se direcionam para um trabalho regular, cuja reparação vem através da “disciplina”. Posteriormente, em 1907, William Beveridge cunhou o termo “subemprego” para caracterizar essa tendência intermitente da classe operária (Topalov, 1990, pp. 385-387).

As categorias nascem e com elas surgem as intervenções para “transformar esses trabalhadores de emprego intermitente seja em assalariados regulares, seja em desempregados”. Dois dispositivos de intervenções ganham relevância: as agências públicas de emprego e o sistema de seguro-desemprego. A primeira tem o objetivo de organizar o mercado de trabalho e racionalizar a mobilidade espacial do operário ao centralizar a relação de oferta e demanda de emprego. A segunda oferece auxílios aos operários assalariados estáveis que, por virtude econômica, se encontram sem emprego e aos que estão fora desta categoria, repressão. Ambas com interesse claro de separação entre os que têm direitos e os que não têm ou entre “bons” e “maus” empregados. Paralelamente, pode-se dizer também que há um sentido em descaracterizar a solidariedade/resistência operária e sindical, sobretudo no que diz respeito ao auxílio-desemprego e a contratação sindical (Topalov, 1990, p. 387).

A década de 1930 serviu para uma formulação mais robusta do desemprego, com grande influência da ciência econômica e da estatística. O desemprego, como categoria de representação, surge por uma necessidade de intervenção de uma realidade antiga e não por uma simples conscientização de um novo problema. A formulação de Beveridge na virada do século é fundamental para ampliar a noção do desempregado como um fenômeno macrossocial e distinguir diferentes causas para sua incidência. Esta nova dimensão, junto com o avanço das técnicas estatísticas torna o desemprego um objeto frequente de mensuração e análise, além de ser o centro de políticas econômicas do período. Este processo é fundamental para tornar o desemprego, mensurável e operatório, no centro da intervenção pública. O sucesso das políticas na contenção do desemprego nos países centrais do capitalismo durante os chamados “Trinta Anos Gloriosos”, período de 1945 até 1975 marcado por grande expansão econômica, credita a ciência econômica como referência teórica de representação e ação (Gautié, 1998).

No entanto, um movimento inverso indica uma descontinuidade do processo de consolidação desta política econômica, e por conseguinte, reacende o debate sobre a questão social. A crise do capitalismo a partir dos anos 1970 e a ascensão do neoliberalismo – referidas mais amplamente no capítulo anterior – refletiram em diretrizes em prol da flexibilização do mercado de trabalho. Este movimento, conforme Castel (2000), promoveu uma ruptura na sociedade salarial europeia em três atos: 1) a desestabilização dos estáveis, caracterizada pela adoção de formas atípicas em setores usualmente estáveis; 2) a instalação na precariedade, fruto de uma alta rotatividade em subocupações, desemprego, trabalho temporário etc. Os jovens costumam ser vítimas frequentes deste novo quadro; e 3) os sobrantes - pessoas excluídas do mercado de trabalho, com trabalhadores considerados improdutivos por serem velhos demais ou muito jovens.

Também para Topalov (1990) a transformação da relação salarial se caracteriza como um dos traços marcantes da reestruturação do capitalismo nos países centrais nas últimas décadas. Aos poucos, a dicotomia de ter emprego assalariado ou não ter se torna cada vez mais difusa e marcada por formas atípicas, uma realidade que outrora era exclusiva dos países periféricos. Sobre este ponto, que pode ser traduzido na precarização do trabalho e da exclusão, Castel (2000) considera como um problema mais grave que o próprio desemprego. Isto porque a precarização do trabalho está intimamente ligada ao desemprego e a degradação dos postos de trabalho, expondo a classe trabalhadora a uma condição de vulnerabilidade que não se experimentava na Europa em décadas anteriores. Sobre a “nova questão social”, Castel finaliza:

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito (Castel, 2000, p. 240).

Gautié (1998) se apoia nas experiências estadunidense e europeia para ilustrar a fase de desconstrução da categoria do desemprego. Primeiramente, o autor alerta para a criação de indicadores complementares ao desemprego com o objetivo de captar melhor novas realidades que não são objetos principais desta categoria estatística, como o caso das pessoas desalentadas, subocupadas e dos desempregados de longa duração. Em segundo lugar, dentro do contexto socioeconômico dos Estados Unidos, argumenta sobre a urgência de outros problemas sociais mesmo em um quadro de pleno emprego. Este ponto se situa num cenário em que a pobreza se associa cada vez mais com a população empregada, especificamente os *working poors* – ou trabalhadores pobres. Aqui há um paralelo muito interessante ao fato de que o emprego se mostra como um fator insuficiente para a integração social do homem que trabalha,

contrariando o paradigma beveredgiano e, para culminar, remetendo à categoria trabalhadores miseráveis fundada durante o processo de industrialização do século XIX. Por fim, a problemática do desemprego na Europa, diferentemente dos Estados Unidos, continua central no debate público dada a persistência de uma taxa elevada. Ao definir públicos específicos de desempregados como objeto da intervenção pública, tais quais os jovens, os desempregados de longa duração e os excluídos, as políticas públicas seguiram uma tendência contrária à lógica beveredgiana de tratar o desemprego como uma “entidade abstrata macrossocial”. Assim, em nome das políticas específicas de emprego e, posteriormente, das políticas de inserção, substituiu-se as políticas de regulação macroeconômicas características do pós-1930 e se reinsere no plano político-econômico a perspectiva individualista da justificativa para o desemprego em detrimento da disfunção do sistema econômico e social (Gautié, 1998, pp. 79-80).

Em suma, toda a contextualização histórica em cima da questão social contribui para a compreensão do desemprego como produto inacabado de uma construção histórica. As diversas intervenções públicas, pautadas na tripé assistência-repressão-productividade, o avanço da ciência estatística e as teorias econômicas reformistas ou mais liberais não conseguiram entregar respostas definitivas à um problema social antigo da falta de emprego. O que se verifica na história é uma metamorfose da questão social, como aponta Castel: “... lo que cristaliza en la periferia de la estructura social (en los vagabundos antes de la revolución industrial, en los "miserables" del siglo XIX, en los "excluidos" de hoy) se inscribe en una dinámica social global” (Castel, 1997, p. 19).

Sobre o dilema da nova questão social e formas de enfrentamento, Castel (2000) descreve quatro possíveis eventualidades: i) aceitar a hegemonia do mercado na condução socioeconômica significaria observar a continuidade da ruptura entre o trabalho e a proteção; ii) fortalecer o papel do Estado na coesão social na tentativa de estabilizar o processo de desagregação da sociedade salarial, mas isto implica em conviver com altos índices de desemprego; iii) reconhecer o fim da centralidade do trabalho e a degradação da condição de assalariado e propor alternativas ao suporte salarial em modelos econômicos não-mercantis, mas sob o risco de que isso não se torne efetivo do ponto de vista do direito do trabalho e da seguridade; e iv) distribuir o trabalho socialmente necessário entre todos, sem que seja preciso se desvincular da centralidade do trabalho, permitindo assim a maior divisão dos recursos raros.

A crítica de Edlene Pimental sobre a “questão social” oferece pontos e contrapontos caros a este trabalho, sobretudo no que diz respeito a hipótese de uma “nova questão social” e as

soluções apresentadas por Robert Castel e Pierre Rosanvallon¹⁰. Para a autora, o postulado teórico dos autores franceses carece em identificar as raízes socioeconômicas e materiais do problema e, por isso, as soluções propostas não oferecem uma resolução definitiva à questão social, pois mantém o sistema de casualidades responsável pela produção e reprodução do fenômeno. Assim, pontua que: “... os autores não se propõem a desvelar as determinações essenciais da “questão social” e de suas expressões como traços indissociáveis do modo de ser do capitalismo” (Pimentel, 2012, p. 138).

E ainda:

Castel e Rosanvallon analisam o fenômeno do pauperismo da classe trabalhadora e suas lutas daquele momento, especificamente na manifestação imediata do problema no sentido de que as contradições de classes existentes na sociedade capitalista ascendente podem se constituir em ameaça ao frágil equilíbrio social vigente. Trata-se de uma perspectiva conservadora, pois se propõe a alertar para os riscos de insurreição dos trabalhadores e, assim, contribuir na manutenção e reprodução da ordem socioeconômica estabelecida. A questão é interpretada sob o ponto de vista da dinâmica imediata da sociedade, ou seja, da expressão dos seus aspectos fenomênicos, sem penetrar na essência do problema e de suas determinações (Pimentel, 2012, p. 140).

A Lei Geral da Acumulação Capitalista descrita por Karl Marx fornece o elemento necessário para compreender o sistema de casualidades por trás da manifestação do pauperismo na sociedade industrial. Marx, em *O Capital*, estabelece que o próprio processo de acumulação do capital, natural do sistema capitalista, contribui para a multiplicação da pobreza ao transformar a força de trabalho em força de valorização do capital crescente. Ou seja, se o trabalhador é parte essencial da fórmula de acumulação do capital e que a produção de mais-valia incide sobre o trabalho, o produto desta relação é, necessariamente, a maior exploração da classe trabalhadora – manifestada nesse momento sob a forma do pauperismo (Pimentel, 2012).

Assim, esta é a primeira crítica à visão conservadora das determinações da “questão social”:

Sua essência encontra-se, conforme Marx, no processo de acumulação capitalista que, de forma antagônica, gera ao mesmo tempo a acumulação da riqueza por parte do capitalista e a acumulação da miséria quando pauperiza e degrada o trabalhador. Portanto, apreender esse fenômeno na sua imediatez enfatizando apenas o seu aspecto político, sem remeter ao seu sistema de causalidades, localizado na base econômica do modo de produção capitalista, não vai, de modo algum, revelar e equacionar verdadeiramente a questão. Conseqüentemente, as soluções propostas não passam de mecanismos utilizados para minimizar o tormento daqueles que sofrem as mazelas decorrentes do sistema capitalista de produção (Pimentel, 2012, p. 142).

¹⁰ Optou-se por não considerar a obra de Rosanvallon neste estudo, mas isto não reduz sua importância, no debate sobre a discussão contemporânea em torno da “questão social”. Deste ponto em diante, a generalização que se faz sobre a obra do autor converge com a tese de Robert Castel.

A segunda crítica à Castel e Rosanvallon se situa na compreensão de uma “nova questão social” percebida a partir da década de 1970, com o rompimento da sociedade salarial, sob a forma da precarização do trabalho e da exclusão (desemprego e desfiliação). Novamente, se limitam ao imediatismo que sucede a crise do capitalismo, sem questionar suas condições determinantes. Nesse ponto, serve de sustentação o conceito acerca do sistema sociometabólico do capital, formulado por István Mészáros, que descreve a linha tênue entre a lógica de expansão e acumulação do capital e suas consequências devastadoras. Para o autor, a crise da década de 1970 se trata de uma crise estrutural do capital que traz, como novidade histórica, o impacto global sentido em todos os países e não só no aspecto financeiro, mas fundamentalmente em todas as dimensões sociais. Seus desdobramentos e sua continuidade no tempo são outros pontos que sustentam a tese de uma crise estrutural do capital (Pimentel, 2012).

O desemprego adquire uma leitura diferente sob esta premissa. Ao contrário de Castel e Rosanvallon, que analisam o desemprego sobre a ótica da perda da condição salarial, Mészáros o percebe como um processo de expulsão do processo de trabalho. Hoje, para o filósofo húngaro, o desemprego se torna crônico, atingindo a todos e todas, inclusive ultrapassando as fronteiras dos países do Terceiro Mundo. Sem conseguir propor uma solução definitiva ao problema, a saída do capital – por advento das teorias econômicas liberais, aliados à intervenção do Estado e à representação da direita radical no governo – é organizar a força de trabalho dentro de um sentido disciplinador e eficiente de modo a reduzir o custo do trabalho na produção, o que contribui para promover, categoricamente, a precarização do trabalho, o rebaixamento dos salários e o aumento generalizado do desemprego. Outra diferença que os separa é a apreensão de que o desemprego somente se tornou uma manifestação da “nova questão social” quando este ameaça a hegemonia do sistema capitalista. Por séculos, ou enquanto o capital pôde administrar suas contradições e antagonismos, o risco do desemprego foi encoberto e até mesmo interpretado como um componente aceitável e necessário ao desenvolvimento econômico (Pimentel, 2012).

Em suma, a autora conclui que:

Com base nesses argumentos, constatamos que não foi o eixo da “questão social” que se deslocou apresentando novas formas de pobreza, de precariedade, do desemprego em massa, da exclusão, dos desfiliações etc., reaparecendo como uma “nova questão social”, conforme postulam Castel e Rosanvallon. Na verdade, essas mudanças são novas formas de expressão da denominada “questão social”, ocasionadas pela crise estrutural do capital dos anos 70, resultante do seu processo de expansão e acumulação que desencadeia um processo de desumanização e destruição global da sociedade capitalista.

Mais que uma ameaça à ordem do capital, constitui uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade (Pimentel, 2012, p. 147).

E:

Quanto ao fenômeno do desemprego, constatamos que as causas do desemprego em massa nos dias de hoje não residem nas transformações sofridas na conjuntura do próprio emprego, conforme nos diz Castel, e, menos ainda, na ruptura entre o econômico e o social e suas formas de redistribuição, como afirma Rosanvallon, mas no interior da própria estrutura do capital (Pimentel, 2012, p. 147).

Para finalizar, Pimental também tece críticas sobre as soluções propostas pelos autores franceses e sugere em seu lugar uma reação que seja realmente efetiva. Primeiramente, a autora rebate a ideia central das teses francesas que encontram na reinvenção do papel do Estado, sob novas formas de direito do trabalho que contemplem a lacuna deixada pela desintegração da sociedade salarial, a forma para buscar a coesão e a integração social. Segundo Mészáros, a tendência que remete ao Estado de Bem-Estar-Social do pós-Segunda Guerra não se sustenta, pois as condições atuais não permitem a reprodução de suas características fundamentais, uma vez que a crise vivida atualmente não apresenta a mesma possibilidade de deslocamento daquela experimentada após 1929, quando ainda havia caminhos abertos para a continuidade da sobrevivência do capital, como se viu pela nova fase da dominação imperialista e das intervenções estatais keynesianas que asseguraram o processo de expansão e acumulação do capital.

Portanto, a solução por intermédio do Estado elaborada por Castel e Rosanvallon ignora a característica estrutural da crise do capitalismo recente e, sobretudo, da participação imprescindível do Estado na relação Capital-Trabalho para a composição do sistema orgânico do capitalismo, isto é, assim como a classe trabalhadora é fundamental para a reprodução do capital, o Estado completa este tripé de sustentação de bases do capitalismo. Ou seja, a reestruturação do Estado é incapaz de eliminar a precariedade do emprego, o desemprego crônico, a miséria, a exclusão social e demais expressões da “questão social”. Para tal, não há outra saída a não ser a superação total do sistema capitalista (Pimentel, 2012).

Capítulo 3 - O Jovem e o Mercado de Trabalho Brasileiro

Há duas premissas que se destacam na questão da inserção do jovem¹¹ no mercado de trabalho comumente observadas em pesquisas sobre o tema. A primeira aponta para uma tendência geral de a taxa de desemprego juvenil ser mais alta que a adulta. A segunda indica uma maior sensibilidade do risco do emprego aos ciclos econômicos, subindo mais e com mais rapidez em tempos de recessão econômica. Argumenta-se, muito em virtude de análises dos mercados de trabalho europeu e estadunidense, que o alto desemprego relaciona-se com a intensa rotatividade dos jovens em seu processo de inserção e que, em contextos de crise, os critérios de contratação/retenção e as fragilidades de mecanismos de proteção contribuem para exclusão deste grupo (Corseuil et al., 2020).

Apesar de serem observadas no Brasil em vasta literatura (e.g. Corseuil et al, 2020; Simões et al., 2016; Araújo et al., 2010; Silva & Costa, 2005), tais tendências adquirem contornos mais profundos nos fatores determinantes para o alto desemprego, em especial são enfatizados os desdobramentos decorrentes da reestruturação produtiva do capitalismo no final do século XX. No caso da América Latina, por exemplo, o desemprego adquire maior relação com a recorrência da informalidade e o trânsito entre atividade e inatividade do que com a intensa rotatividade no mercado de trabalho, embora este último também seja visível. Os postos de trabalho, normalmente precários e instáveis, também contribuem para o fenômeno, levando a novos desdobramentos, como o desemprego de longa duração e o desalento (Chahad & Picchetti, 2003; Corseuil et al., 2020; Guimarães et al., 2020).

Vale ressaltar que, por mais que tenham atingido os países centrais do capitalismo a partir do final da década de 1970 e entre o decênio seguinte, a flexibilização do mercado de trabalho provocou maiores impactos nos países periféricos por conta da fragilidade da estrutura salarial e proteção ao emprego (Campos, 2017). “Transições intensas, inserções quase aleatórias, e não linearidade há muito vinham se mostrando traços relevantes nas experiências de jovens em países da América Latina” (Guimarães, 2020, p. 466).

Como bem destaca Campos (2017, p. 340):

Na América Latina a pobreza é um fenômeno social antigo, porém as transformações do capitalismo no final do século XX a intensificaram. As políticas econômicas de

¹¹ Este capítulo considera como jovem as pessoas até 24 anos por uma melhor adequação aos indicadores estatísticos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desconsiderando possíveis interpretações sociológicas sobre a juventude.

cunho neoliberal, implementadas de forma abrupta, em um curto período de tempo e num espaço marcado pela desigualdade, resultaram em mais pobreza contrariando o consenso dos organismos internacionais de que as reformas econômicas juntamente com a globalização trariam mais emprego e reduziriam a pobreza na região.

Para uma compreensão mais apurada sobre o fenômeno do desemprego no Brasil, serão analisados a seguir os dados obtidos de duas pesquisas do IBGE: A Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios e a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua, que passou a substituir a pesquisa anterior a partir de 2012. As duas pesquisas têm diferenças metodológicas significativas entre si que merecem uma breve exposição. No âmbito da amostragem, a PNADC se diferencia pela maior abrangência de coleta da informação e divulgação dos resultados e pelo uso da periodicidade trimestral para captar melhor as flutuações do mercado de trabalho, antes feita anualmente pela PNAD. Outro diferencial importante na PNADC é a utilização das recomendações da OIT definidas na 19ª CIET, inclusive sendo assistida pela própria organização durante a elaboração da pesquisa (IBGE, 2014; 2015a).

Em relação aos conceitos também há divergências notáveis que dificultam a comparação entre os dados. A começar pela idade das pessoas consideradas em idade ativa (aptas ao ingresso no mercado de trabalho), sendo acima de 10 anos na PNAD¹² e acima de 14 anos na PNADC. A classificação das pessoas desocupadas (ou desempregadas), principal métrica deste trabalho, diferencia-se pela adoção de novas regras na PNADC, cujos limites agrupam as pessoas que na semana de referência da pesquisa estavam sem trabalho, disponíveis para assumir alguma ocupação e que no período de referência de 30 dias haviam tomado alguma providência efetiva para consegui-lo. Também são incluídas as pessoas que não tinham realizado medidas para buscar emprego por já terem encontrado trabalho para começar após a semana de referência. No caso da PNAD, não havia necessidade de disponibilidade prévia e o período de busca efetiva considerava apenas a semana de referência da pesquisa (IBGE, 2015a).

A classificação das pessoas ocupadas também apresentou diferenças, sendo a principal delas a consideração na PNADC da obrigatoriedade do exercício em atividade por pelo menos uma hora semanal para o trabalho remunerado. Anteriormente não havia restrição quanto ao número de horas trabalhadas no período. Também não havia restrição ao período de afastamento temporário das pessoas em trabalho remunerado. A PNADC passou a restringir a um período inferior a quatro meses. Em relação aos demais tipos de trabalho foi desconsiderado

¹² O IBGE considerava como idade ativa as pessoas acima de 10 anos de idade em razão da normalidade do ingresso precoce no mercado de trabalho entre crianças de 10 a 13 anos.

na PNADC aquelas pessoas que trabalhavam sem remuneração em ajuda a organizações não-familiares de cunho social e ao trabalho na produção para o próprio consumo ou uso próprio como um todo (IBGE, 2015a).

Portanto, para a PNADC, são classificadas como ocupadas as pessoas que na semana de referência trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadoria ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivos de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em caso de outros motivos para o afastamento o limite máximo para a qualificação de ocupação é de quatro meses) (IBGE, 2020). No caso da PNAD, considera-se as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do tempo do período de referência especificado, incluindo aquelas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc. (IBGE, 2011).

A quebra de série das pesquisas impõe limitações na pesquisa devido às suas divergências metodológicas, por isso, a análise comparativa não deve se restringir à apresentação dos dados isolados. A introdução do contexto econômico e político serve de base teórica para a devida compreensão da evolução e incidência dos indicadores em cada período estudado. Isso posto, para melhor compreender a questão do desemprego no século XXI deve-se retornar aos acontecimentos predecessores.

3.1 - O Desemprego Juvenil nos Anos 90

As mudanças econômicas, sociais e políticas ao final do século XX reorganizaram a divisão internacional do trabalho e o mercado de trabalho em três grandes movimentos: “A globalização causou o deslocamento espacial do emprego, a financeirização diminuiu a quantidade de emprego devido ao encolhimento da base produtiva e a reestruturação produtiva acarretou um novo mercado de trabalho – segmentado e precário” (Campos, 2017, p. 331). Por isso, a reconstituição do desemprego no Brasil a partir dos anos 90 é crucial para a compreensão da condição ocupacional da juventude brasileira no século XXI, pois representa um marco da “crise de reprodução social” no país. Tal crise, como compreende Quadros (2001, p. 3), se constitui como um processo de deterioração das condições de sobrevivência dos trabalhadores – ao qual o desemprego exerce grande peso – cuja mobilidade social dos jovens foi impedida,

limitando a conquista da autonomia e a manutenção das condições sociais de sua família de origem.

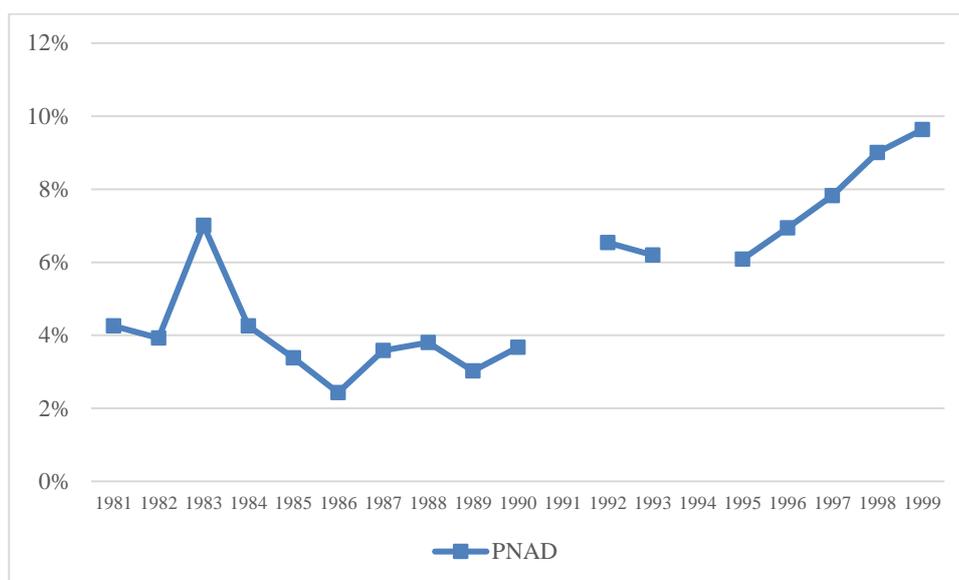
A magnitude do desemprego nos anos 1990 tem sua origem na crise do desenvolvimentismo dos anos 1980. A agenda político-econômica que promoveu o milagre econômico brasileiro vivido entre 1968-1972 não deu continuidade à expansão da economia e ao crescimento do PIB nos anos seguintes. As consequências foram as altas taxas de inflação, o aumento da dívida pública e o baixo crescimento econômico no final do século. Neste momento, foram adotadas medidas neoliberais como movimento político e ideológico que gerou grandes transformações no mercado de trabalho e aprofundou a relação de dependência da economia nacional frente ao capital financeiro internacional (Silva & Costa, 2005).

As medidas implementadas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso podem ser resumidas em cinco metas: estabilização de preços e contas nacionais, privatização dos meios de produção e de empresas estatais, liberalização do comércio e dos fluxos de capital, desregulamentação da atividade produtiva e austeridade fiscal aos gastos públicos. Nesse plano o papel do Estado é reduzido em sua capacidade de geração de emprego, intervenção econômica e na tutela das relações laborais sob a justificativa liberal de que o livre-mercado criaria condições para a expansão econômica (Chahad & Picchetti, 2003; Araújo et al., 2010; Silva & Costa, 2005).

Contudo, as transformações operadas ao longo da década romperam com a estrutura de assalariamento formal característica do período de industrialização nacional entre 1930-1980¹³ (Araújo et al., 2010). Tendo o desemprego como indicador do mercado de trabalho, é possível observar na Figura 3.1 que a curva da taxa do desemprego dos anos 1990 é muito diferente do movimento de queda e estabilidade observado nos anos anteriores. Concomitantemente com o processo de abertura econômica, os primeiros anos da década de 1990 continuaram a tendência de aumento da taxa de desemprego observada em 1989. O breve momento de queda (1994-1995) reflete o período de contenção da hiperinflação e melhora econômica após a efetivação das reformas do Plano Real, no entanto, a taxa sobe novamente, sendo agravada pelos ajustes produtivos do mercado de trabalho e pela instabilidade financeira internacional até atingir seu pico em 1998, no auge da crise internacional (Chahad & Picchetti, 2003).

¹³ Vale frisar que a estrutura de assalariamento formal existente na época não exclui a existência do mercado informal; pelo contrário, a informalidade sempre foi uma realidade da ocupação de grande parte da classe trabalhadora brasileira.

Figura 3.1 - Taxa de desemprego aberto no Brasil entre 1981 e 1999* (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados PNAD/IBGE. *A PNAD foi interrompida em 1980 e 1991 devido a implantação do Censo Demográfico e em 1994 por razões excepcionais (IBGE, 2015b).

À título de comparação, o registro mais baixo da década de 1980 foi de 2,4% em 1986 e, logo depois, foi de 3% ao fim do decênio. Dez anos depois a taxa atingiu 9,6% - mais que o triplo. Embora os níveis estejam próximos ao entendimento de pleno emprego, houve um crescimento de 303,9% do número de pessoas desocupadas neste período, conforme Quadro 3.1. abaixo. Aumento muito maior do que o crescimento da população residente e da PEA¹⁴, respectivamente 18,0% e 26,9%. Outro fator de alteração no comportamento geral do mercado de trabalho é a desaceleração da ocupação frente ao crescimento da PEA. Isto sugere que o reflexo do desemprego vai além da deficiência na geração de postos de trabalho e do fator demográfico.

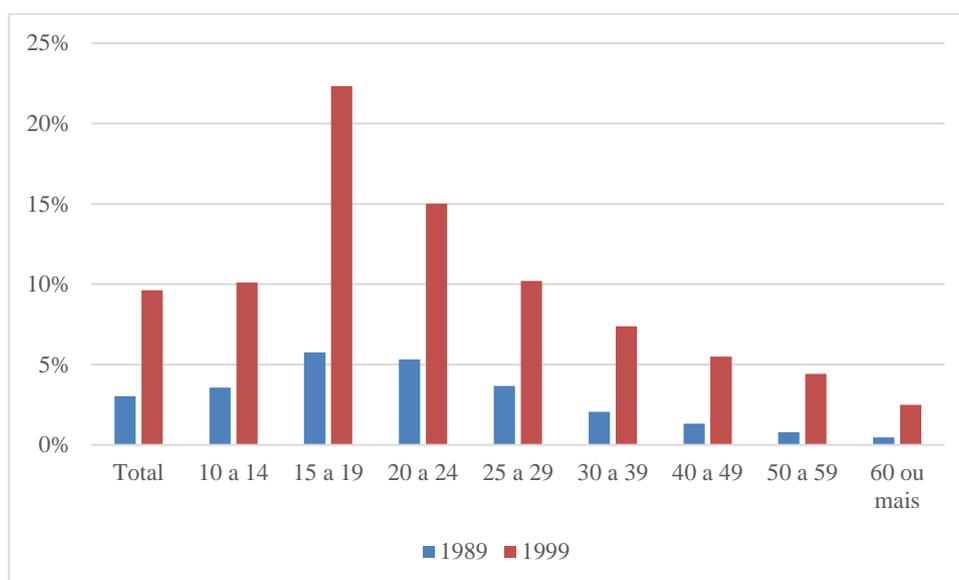
Quadro 3.1 - Dados do mercado de trabalho brasileiro em 1989 e 1999 (mil) / (%)

Descrição (10 anos ou mais)	1989 (mil)	1999 (mil)	Crescimento (%)
População residente	110.250	130.096	18,0%
População economicamente ativa	62.513	79.315	26,9%
Pessoas ocupadas	60.622	71.676	18,2%
Pessoas desocupadas	1.891	7.639	303,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (IBGE, 1989, 1999).

¹⁴ A população economicamente ativa é composta pelas pessoas ocupadas e desocupadas.

Figura 3.2 - Comparativo da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil em 1989 e 1999 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD (IBGE 1989, 1999).

Segundo os dados da PNAD para os anos de 1989 e 1999, percebe-se que o desemprego afetou com maior intensidade a população jovem. Entre eles, o grupo etário de 15 a 19 anos teve a maior incidência com 22,3% de taxa de desemprego, seguido das pessoas entre 20 e 24 anos, com 15%. Ambos com níveis muito superiores à taxa média de 9,6%. Dez anos antes, as taxas da população jovem de 15-19 e 20-24 anos eram menos discrepantes que a taxa média, com os respectivos valores de 3%, 5,7% e 5,3%, mas continuavam superiores. Com exceção dos grupos limítrofes às idades referidas acima, todos estiveram abaixo da taxa média nos dois anos, sugerindo maior segurança aos adultos.

Quadro 3.2 - Evolução da composição ocupacional dos jovens entre 10 e 24 anos no Brasil em 1989 e 1996 (mil) / (%)

Ocupação	1989		1996		Variação	
	Absoluta (mil)	Relativa (%)	Absoluta (mil)	Relativa (%)	Absoluta (mil)	Relativa (%)
Total	18.920,6	100,0	18.058,9	100,0	-861,7	-4,6
Não-Assalariados	6.433,0	34,0	6.645,7	36,8	212,7	3,3
Assalariados	12.487,6	66,0	11.413,2	63,2	-1.074,4	-8,6
- Formal	6.472,4	34,2	4.724,9	26,2	-1.747,5	-27,0
- Informal	6.015,2	31,8	6.688,3	37,0	673,1	11,2

Fonte: Pochmann (1998).

Conforme apura Pochmann (1998), entre 1989 e 1996 a população jovem ocupada perdeu 861,7 mil postos de trabalho. Ao final do período, os jovens representavam 52,9% do total de desempregados no país. A parcela dos jovens entre 15 e 19 anos foi a mais afetada pela baixa na oferta de trabalho, com perda de 54,5% do total das ocupações perdidas. Apenas os jovens

de 20 a 24 tiveram saldo positivo, mas não o bastante para superar um acréscimo de 0,3% em relação ao início da série. Outra mudança notável foi o nível de emprego formal dos jovens, ao qual verificou-se uma forte redução no nível de ocupação, com a extinção de 1,7 milhão de postos formais de trabalho para a população entre 10 e 24 anos idade, representando 70,7% de todos os empregos formais perdidos.

Para além das taxas de desemprego, o Quadro 3.2 ainda nos mostra outros dois sinais de transformação no mercado de trabalho: o desassalariamento¹⁵ e a geração de postos de trabalho precários. Durante a década, a cada dez postos de trabalho abertos, oito foram não-assalariados¹⁶ e dois assalariados informais (Pochmann, 1998, 2001). No ponto de vista do trabalhador como um sujeito social, o desassalariamento é um risco ao direito à vida, na medida que a relação salarial, além de garantir o pagamento pelo trabalho realizado, dita as condições de consumo e de pertencimento. Nas palavras de Silva e Costa (2005, p. 32):

Dessa forma, o desassalariamento da força de trabalho, através das formas precárias de contratação da mão-de-obra e da própria informalidade, gera repercussões negativas entre a classe trabalhadora, que se vê segmentada e coloca lado a lado, aqueles trabalhadores estáveis, com maiores remunerações, cobertos pelo sistema de proteção social e aqueles trabalhadores de caráter precário, com baixos salários e sem proteção social, refletindo na própria organização da classe trabalhadora.

Pochmann (1998, pp. 2557-2560, 2001, p. 34) identifica a dificuldade de integração no mercado de trabalho nas formas tradicionais de ocupação adulta como “desemprego de inserção” – conceito largamente difundido na literatura internacional. Se nos anos 80, o padrão de inserção dos jovens se caracterizava por uma passagem rápida e simples pela inatividade, os anos 90 marcam uma ruptura deste padrão, trazendo à tona modalidades mais complexas. O autor atenta, ainda, a outras formas de manifestação que passaram a afetar a população juvenil. A primeira seria o “desemprego recorrente”, o qual marca a situação dos trabalhadores que circulam entre a fronteira da atividade e inatividade, ora como empregados assalariados informais ou não-assalariados, ora sem qualquer emprego. O segundo conceito diz respeito ao “desemprego de reestruturação empresarial”, ocasionado pelas alterações dos padrões organizacionais e produtivos e aumento da competitividade, refletindo sobre os jovens com menor qualificação e experiência. Por fim, há o “desemprego de exclusão”, resultado da política macroeconômica adotada, que mantém o trabalhador jovem em posição marginalizada

¹⁵ Fenômeno que indica a perda da representatividade dos empregos assalariados no total das ocupações.

¹⁶ Ocupações em ajuda a membro de unidade domiciliar, como empregador, sem remuneração ou por conta própria, ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo. “Para grande parte dos casos, os postos de trabalho não-assalariados são precários, tendo em vista os baixos rendimentos, a instabilidade ocupacional, as altas jornadas de trabalho e a ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista” (Pochmann, 2001, p. 32).

constante no mercado de trabalho por conta do desemprego de longa duração, tornando o jovem excluído do mercado formal e de proteção social.

3.2 - O Desemprego Juvenil nos Anos 2000

Como resultado das marcas deixadas pelos ajustes neoliberais, nomeadamente a explosão do desemprego aberto, da informalidade e da precarização do trabalho (Alves, 2012; Campos, 2017; Silva & Costa, 2005), o século XXI se inicia com uma aguda crise social e econômica, como pode ser vista nos indicadores supracitados e no desempenho acumulado do PIB brasileiro e sua taxa anual de crescimento, mostrados abaixo. “Na verdade, a reestruturação produtiva com precarização do trabalho significou a passagem para um novo padrão de exploração da força de trabalho baseado no trabalho flexível, o que se verificaria com vigor na década de 2000” (Alves, 2012, p. 5).

Quadro 3.3 - Crescimento acumulado do PIB no Brasil ao longo da década de 1950 e 1990 (%)

Década	1950	1960	1970	1980	1990
PIB (%)	99,03	80,33	131,26	33,47	19,04
PIB per capita (%)	47,87	35,51	76,17	10,13	1,57

Fonte: Alves (2012).

Quadro 3.4 - Taxa anual de crescimento do PIB no Brasil entre 1994 e 2008 (%)

Ano	'94	'95	'96	'97	'98	'99	'00	'01	'02	'03	'04	'05	'06	'07	'08
PIB (%)	5,33	4,42	2,15	3,37	0,04	0,25	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,97	5,67	5,08

Fonte: Alves (2012).

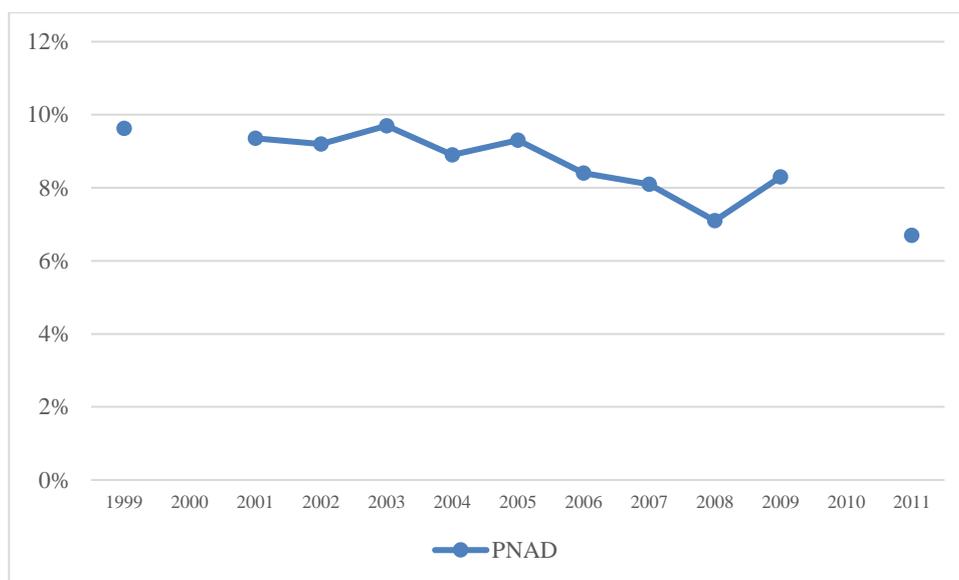
A partir de 2004, o Brasil passa a registrar resultados econômicos positivos devido a retomada do crescimento da economia internacional e elevação da demanda por *commodities* no mercado mundial aliado à desvalorização do Real e elevada capacidade ociosa (Maia, 2009; Sousa, 2020). Este cenário foi determinante para que houvesse um contrafluxo no mercado de trabalho a partir do projeto político-econômico neodesenvolvimentista dos governos Lula e Dilma que prezou pela regulamentação normativa e inovação no terreno das políticas públicas e políticas de transferência de renda, que como consequência promoveu a ampliação do emprego formal, redução da informalidade, elevação das ocupações em setores que costumam oferecer melhores empregos, como o caso do setor público ou de grandes empresas, elevação do salário pela valorização do salário mínimo e reestabelecimento das margens para negociação coletiva e redução do trabalho sem remuneração, do trabalho escravo e do trabalho infantil (Guimarães, 2020; Sousa, 2020).

Padrões de contratação que se diferem dos observados na década de 1990, mas que de toda forma não foram suficientes para uma ruptura completa desta forma de estruturação produtiva, mantendo o arcabouço liberal da flexibilização das relações laborais como um obstáculo da economia brasileira (Sousa, 2020). Em outras palavras, a ligeira recuperação da economia e a retomada do papel do Estado não impediram que parte considerável da população continuasse excluída, em especial aqueles que vivem nas regiões metropolitanas e os jovens em busca do primeiro emprego (Alves, 2002; Araújo et al., 2010; Maia, 2009).

É importante se ater ao fato de que o capitalismo flexível se entranhou na sociedade brasileira provocando consequências, como aponta Alves (2012, pp. 5-6):

A precarização do trabalho na década de 2000, apesar da melhoria dos indicadores do mercado de trabalho a partir de 2003, tendeu a assumir novas formas com aquilo que denominamos “precarização do homem-que-trabalha”, isto é, a corrosão da vida pessoal e da saúde do trabalhador – inclusivamente daqueles com estatuto salarial “estável”. Deste modo, a precarização do trabalho implicou não apenas mudanças disruptivas no modo de exploração da força de trabalho, mas alterações no metabolismo social do trabalho com impactos na dinâmica da reprodução social do trabalho vivo.

Figura 3.3 - Evolução da taxa de desocupação no Brasil entre 1999 e 2011* (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE. *A PNAD foi interrompida em 2000 e 2010 devido a implantação do Censo Demográfico (IBGE, 2015b).

Contudo, o contexto econômico e político do período refletiu positivamente no desemprego total, como pode ser observado na Figura 3.3. A primeira década do século XXI registrou um decréscimo do desemprego no país que levou à menor taxa de desemprego desde 1995 quando atingiu 6,7% em 2011. Mesmo com a crise do capitalismo em 2008, o saldo econômico da economia brasileira foi positivo. Apesar da retração em 2009 que gerou uma queda de 0,33% do PIB, a economia se recuperou rapidamente ao ponto de terminar 2010 com um crescimento

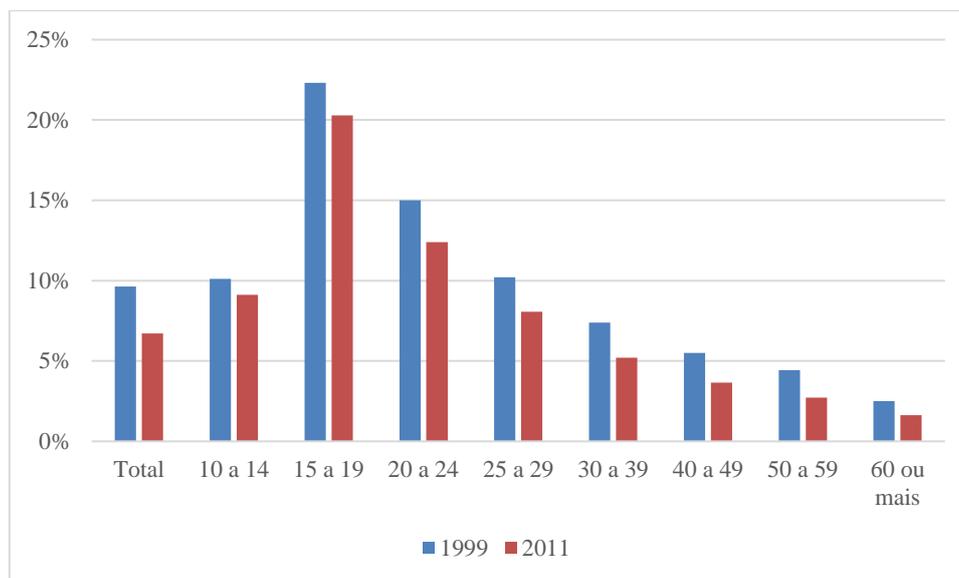
de 7,5% (Simões et al., 2016). À essa altura, como pode ser visto no Quadro 3.5, tanto a população residente acima de 10 anos quanto a população em idade ativa cresceram, respectivamente 28,4% e 26,4%, em relação a 1999. A evolução da população ocupada cresceu acima do aumento da população em idade ativa, indicando uma capacidade na geração de postos de trabalho positiva. Por sua vez, o número de pessoas desempregadas decresceu 11,8% quando comparado a 1999. Uma significativa recuperação, visto que o aumento de cerca de 21 milhões na PEA foi compensado pela criação de 21,8 milhões de postos de trabalho, além da redução de cerca de 900 mil pessoas desocupadas.

Quadro 3.5 - Dados do mercado de trabalho no Brasil em 1999 e 2011 (mil) / (%)

Descrição (10 anos ou mais)	1999 (mil)	2011 (mil)	Cresc.
População residente	130.096	166.987	28,4%
População economicamente ativa	79.315	100.233	26,4%
Pessoas ocupadas	71.676	93.493	30,4%
Pessoas desocupadas	7.639	6.740	-11,8%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Figura 3.4 - Comparativo da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil em 1999 e 2011 (%)



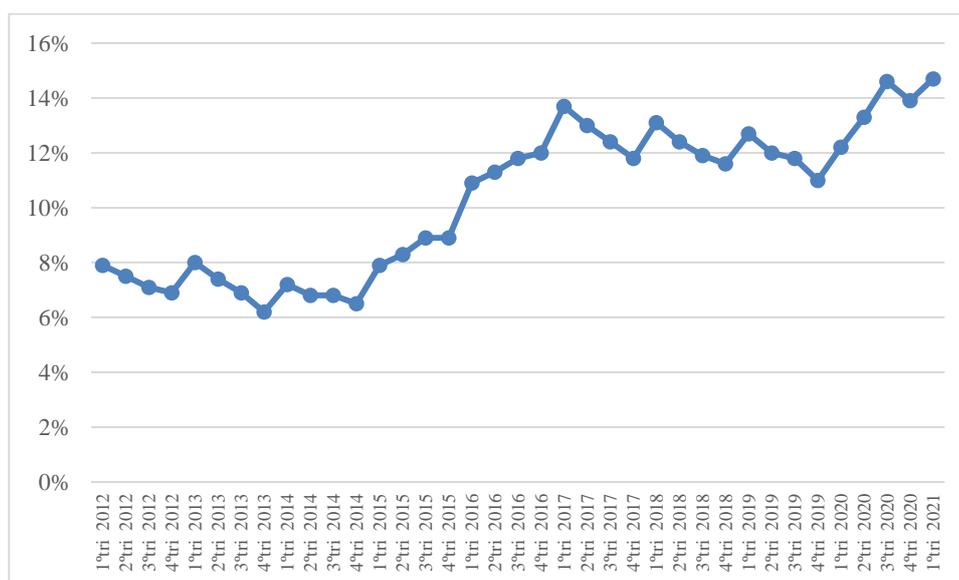
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Segundo a Figura 3.4, entre 1999 e 2011, a taxa de desemprego total reduziu em 30,2%, passando de 9,6% para 6,7%. Comparando por faixa etária, os jovens foram os que tiveram menor redução da taxa de desemprego. Entre eles, aqueles com 15 a 19 anos foram os menos favorecidos com redução em 8,9%, seguidos de perto dos de 10 a 14 anos com 9,9% e depois com mais folga os de 20 a 24 anos com 17,3%. Os adultos de 25 a 29 anos, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 anos ou mais, tiveram decréscimos muito superiores, sendo respectivamente, 20,6%,

29,7%, 32,7% 38,6% e 36%. A taxa de desemprego seguiu estável até 2015, ano em que a crise econômica e política se aprofundou no país e pôs em xeque a continuidade da agenda político-econômica neodesenvolvimentista. Dada a redução de investimentos e a ampliação do cenário de incerteza do país em 2015 e 2016, os níveis econômicos e indicadores sociais deterioraram, vide o decréscimo de 8,4% do PIB per capita e de 7,4% do consumo das famílias nos dois anos¹⁷. O rápido aumento do desemprego e a volta da precarização da estrutura ocupacional também foram consequências da crise (Sousa, 2020).

De acordo com a PNADC, de 2015 ao primeiro trimestre de 2021, o país registrou resultados inéditos de desemprego. Em 2021, a taxa de desemprego atingiu 14,7% da força de trabalho, cerca de 14.805 mil pessoas desocupadas – um aumento de 95,9% em relação ao ano de 2012. Na contramão, o total de pessoas ocupadas caiu 2,3%, enquanto a força de trabalho subiu 5,5%, indicando uma incapacidade de geração de postos de trabalho. Ao comparar o retrato do mercado de trabalho na década 2000 e 2010, percebe-se que a partir de 2015 há um retrocesso dos avanços sociais conquistados no período anterior.

Figura 3.5 - Evolução da taxa de desemprego no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

¹⁷ Sousa (2020) ressalta que apesar do decréscimo do PIB per capita entre 2009 e 2014, as famílias brasileiras mantiveram seu patamar de despesas, muito por conta da valorização dos salários, ampliação do crédito e políticas sociais de transferência de renda. Como as despesas das famílias continuaram altas, a economia continuou aquecida e o nível da demanda efetiva mantida.

Quadro 3.6 - Dados do mercado de trabalho no Brasil em 2012 e 2021 (mil) / (%)

Descrição (10 anos ou mais)	2012 (mil)	2021 (mil)	Cresc. (%)
População residente	155.670	176.938	13,7%
População economicamente ativa	95.191	100.455	5,5%
Pessoas ocupadas	87.632	85.650	-2,3%
Pessoas desocupadas	7.559	14.805	95,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Alguns fatores justificam a escalada do desemprego nos últimos anos: i) a recessão econômica brasileira iniciada em 2015; ii) a crise política brasileira de 2016 que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma; iii) a retomada das medidas neoliberais no governo Temer, como a reforma trabalhista e o PEC do Teto dos Gastos que, respectivamente, regulamentou a precarização e a terceirização o trabalho, além de flexibilizar a jornada e os salários dos trabalhadores, e congelou o investimento público por 20 anos; iv) os desdobramentos da crise de 2008 indicando uma nova crise do capitalismo mundial ao final de 2018; v) o projeto político-econômico de cunho ultraliberal do governo Bolsonaro ao lidar com a crise econômica, social e sanitária, além da continuidade de medidas neoliberais, como a reforma da previdência, por exemplo (Sousa, 2020).

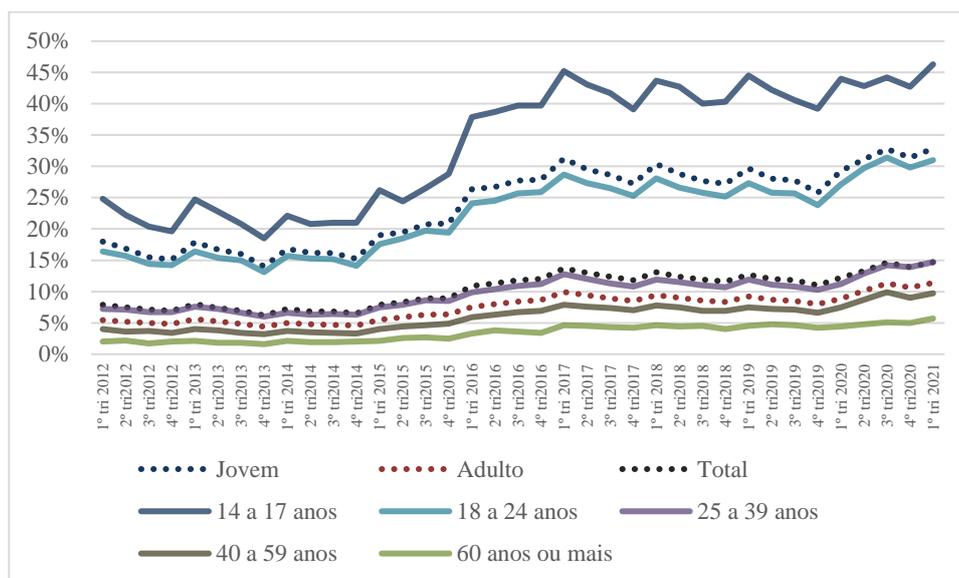
“Os jovens têm sido proporcionalmente mais prejudicados no contexto da atual crise, e a desocupação tem hoje um perfil etário ainda mais desfavorável aos mais jovens do que no passado” (Simões et al., 2016, p. 560). Exemplo desta afirmação pode ser visto na Figura 3.6. Atento às diferenças metodológicas das pesquisas, a taxa de desemprego juvenil assume proporções gritantes frente a taxa total e de adultos. Ao fim da primeira década dos anos 2000, a taxa juvenil foi a única que não se beneficiou do cenário econômico favorável, se mantendo praticamente inalterada, enquanto as demais tiveram seus índices reduzidos. No fim da década de 2010, a taxa de desocupação da população jovem ampliou a diferença para as outras taxas, sendo mais que o dobro e o triplo da taxa total e da população adulta.

Quadro 3.7 - Taxa de desocupação por grupo etário no Brasil a cada 10 anos (1989-2019) (%)

Taxa de Desocupação	1989	1999	2009	2019
Total	3,0%	9,6%	8,3%	11,9%
População Jovem	5,2%	17,3%	17,4%	27,8%
População Adulta	1,9%	6,6%	5,7%	8,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD e PNADC/IBGE.

Figura 3.6 - Taxa de desocupação por faixa etária no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



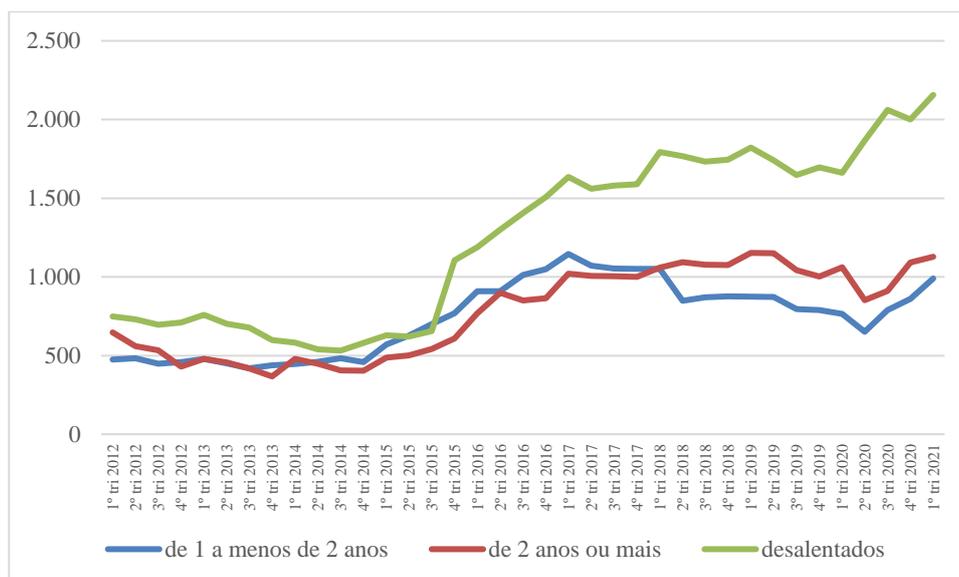
Fonte: Elaborado a partir dos dados e microdados da PNADC/IBGE.

Ao comparar a evolução das taxas de desocupação dos jovens e dos adultos na série histórica da PNADC é possível observar algumas tendências. A primeira aponta a uma disparidade grande entre os jovens desocupados e os adultos desocupados, especialmente aqueles entre 14 e 17 anos. A segunda indica que as taxas de desemprego juvenil estão mais sujeitas a oscilações, sobretudo no primeiro trimestre onde apresenta maior variação de crescimento. A terceira remonta ao período de recessão iniciado em 2015 em que se observa um crescimento maior no período para todas as faixas etárias, com ênfase maior aos jovens.

Assim como o desemprego, outros fenômenos do não-emprego também apresentaram crescimento. O aumento do desemprego de longa duração e o desalento cresceram consideravelmente entre os jovens no período de 2015 a 2019. Por conseguinte, a constante ausência do emprego e o desestímulo à sua busca são situações importantes para explicar o aumento significativo do desemprego entre os jovens. Outro fator que indica deterioração das relações de emprego foi o aumento da taxa de informalidade¹⁸ entre este grupo. Em aspectos qualitativos do emprego, percebe-se no período uma diminuição do rendimento dos jovens. Dois motivos podem justificar essa tendência: a ampliação do número de pessoas recebendo salário menor ou igual ao salário-mínimo e a prevalência de jornada de trabalho parcial (Corseuil et al., 2020).

¹⁸ O conceito de informalidade utilizado neste trabalho compreende o percentual de ocupações sem carteira, não remuneradas, por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência.

Figura 3.7 - Evolução do desemprego de longa duração e desalento entre jovens de 14 a 24 anos no Brasil entre 2012 e 2021 (mil)



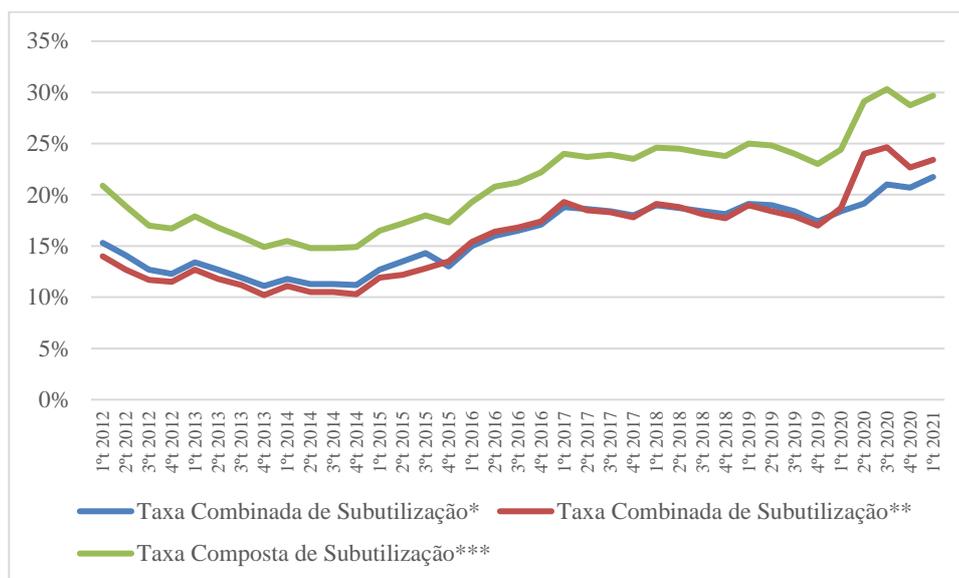
Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

Outros indicadores que refletem o agravamento da crise do mercado de trabalho são as medidas da subutilização da força de trabalho¹⁹. Como pode ser visto na Figura 3.8, todos os índices cresceram entre os trimestres de 2012 e 2021. A taxa combinada de desocupação e subocupação passou de 15,3% para 21,7%, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial passou de 14,0% para 23,4% e, por fim, a taxa composta de subutilização da força de trabalho ampliada²⁰ passou de 20,9% para 29,7% ao fim da série. No primeiro trimestre de 2021, conforme os dados da PNADC, havia 11.365 mil pessoas na força de trabalho potencial, 7.032 mil subocupadas por insuficiências de horas trabalhadas e 14.805 mil desocupadas, o que faz com que falte trabalho para 33.302 mil pessoas na força de trabalho ampliada brasileira.

¹⁹ A subutilização da força de trabalho é um conceito apresentado pela OIT na Resolução I da 19ª CIET e introduzido na PNADC com objetivo de fornecer uma melhor estimativa do desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho. São três conceitos englobados: os desocupados, os subocupados por tempo de trabalho insuficientes e a força de trabalho potencial, que se refere àqueles sem emprego, mas com interesse em assumi-lo, mas que no entanto, devido às condições específicas, não buscam emprego ou não estão disponíveis.

²⁰ A força de trabalho ampliada compreende todas as pessoas com potencial produtivo, isto é, aquelas que estão na força de trabalho como ocupadas e desocupadas e as que compõem a força de trabalho potencial.

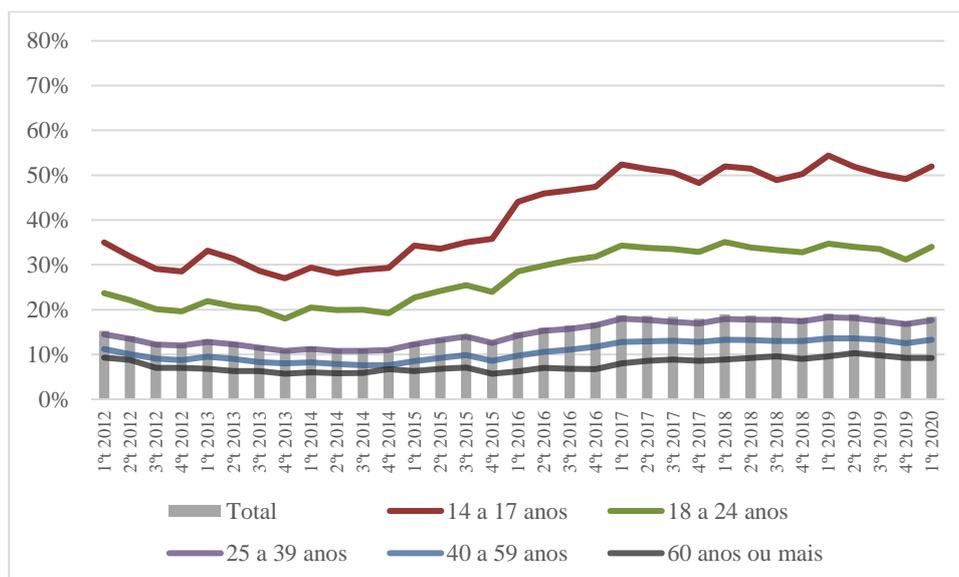
Figura 3.8 - Medidas de subutilização do trabalho no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNADC/IBGE. *Desocupados e subutilizados na força de trabalho. **Desocupados e força de trabalho potencial na força de trabalho. ***Desocupados, subutilizados e força de trabalho potencial na força de trabalho ampliada.

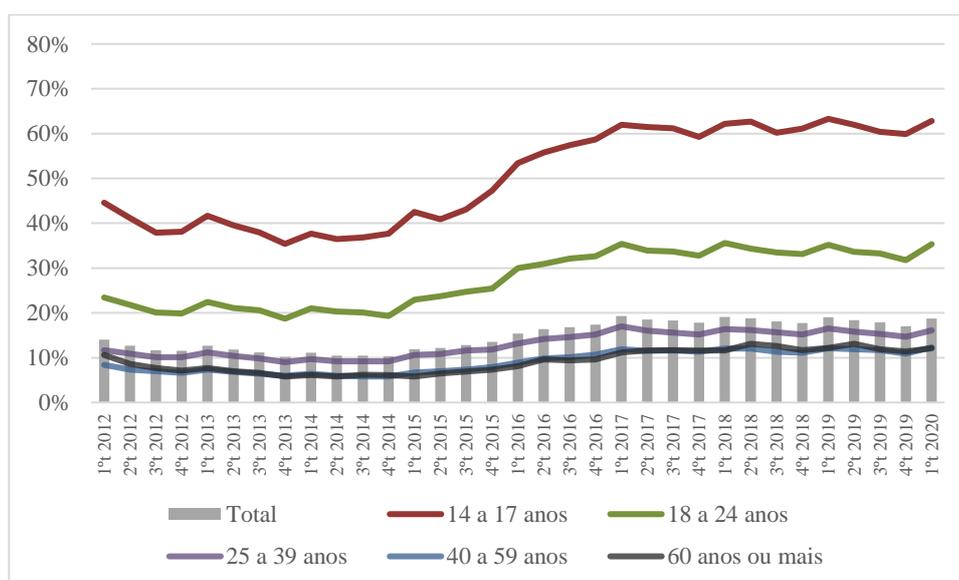
Os jovens formam a parcela da população mais afetada pela subutilização da força de trabalho em todas as três medidas, como é possível observar nas figuras abaixo em série até o primeiro trimestre de 2020. Na verdade, é o único grupo etário com margem acima do valor de referência médio em cada taxa, com maior impacto para os jovens de 14 a 17 anos. Pelo comportamento dos indicadores, assim como no desemprego, é possível observar a redução do impacto no compasso do envelhecimento da população. A Figura 3.9, que mede a subutilização dentro da PEA, mostra que para os jovens de 14 a 17 anos a taxa combinada de desocupação e subocupação foi de 52% e para os de 18 a 24 anos, 34%. Valores altos de subutilização dentro da força de trabalho. Para os demais grupos etários, a taxa esteve abaixo da taxa total que atingiu 18,4% no período.

Figura 3.9 - Taxa combinada de subutilização do trabalho (desocupados e subocupados) no Brasil entre 2012 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

Figura 3.10 - Taxa combinada de subutilização do trabalho (desocupados e força de trabalho potencial) no Brasil entre 2012 e 2020 (%)

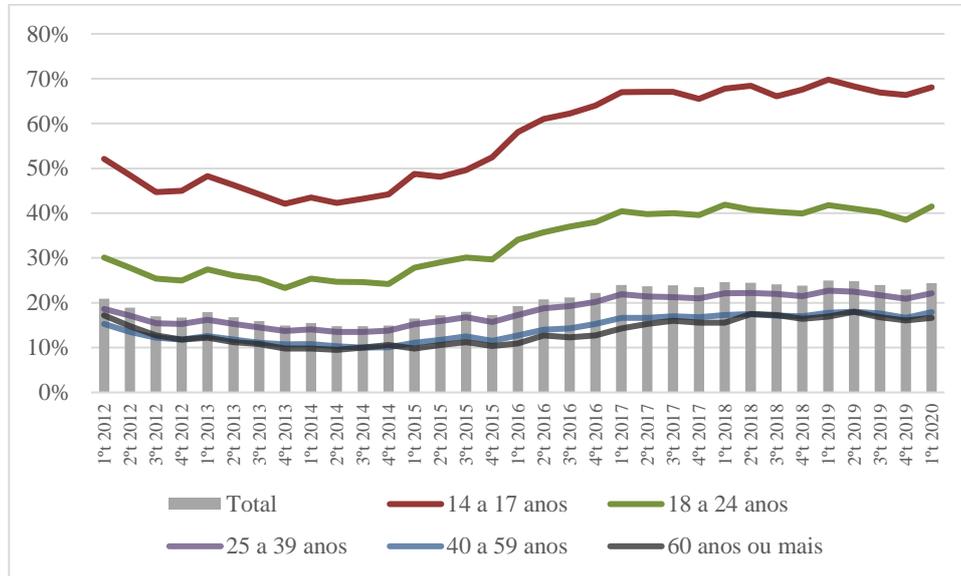


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

No cenário fora da ocupação, a subutilização atinge 62,8% dos jovens de 14 a 17 anos e 35,3% dos jovens de 18 a 24 anos. Percebe-se que a subutilização aumenta entre os jovens sem trabalho. Considerando todas as três modalidades de subutilização, a taxa composta atingiu 24,4% da força de trabalho ampliada no primeiro trimestre de 2020, a dos jovens de 14 a 17 anos 68,1% e dos jovens de 18 a 24 anos 41,5%. Em números absolutos, faltava trabalho para

9.405 mil jovens no mercado de trabalho brasileiro, sendo 7.096 mil da faixa etária entre 14 e 17 anos e 2.309 entre 18 e 24 anos.

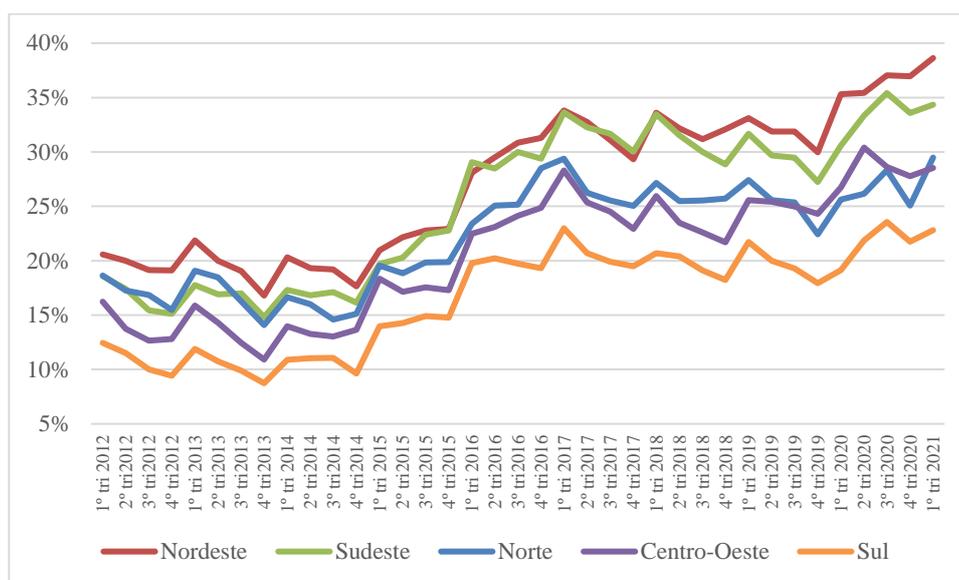
Figura 3.11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho ampliada no Brasil entre 2012 e 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE.

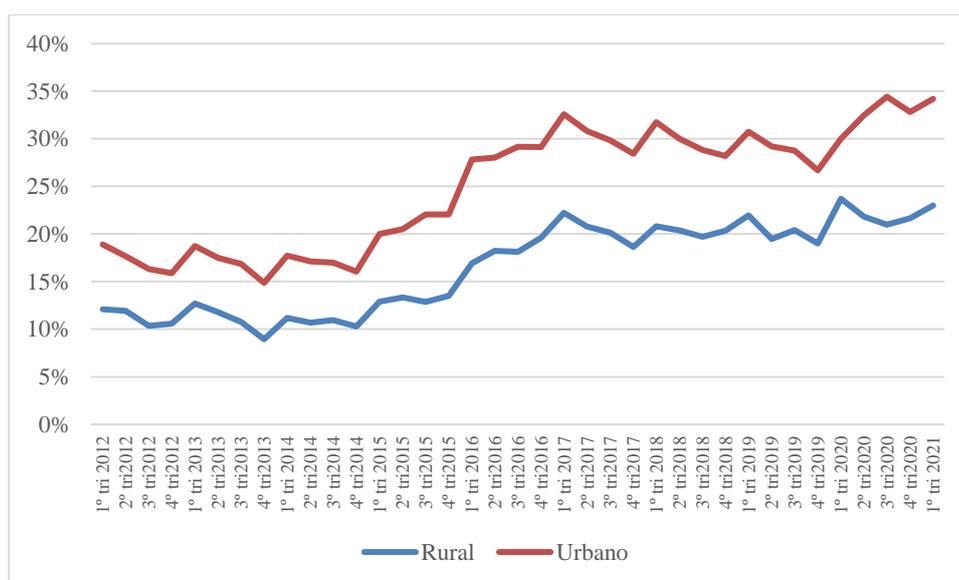
A análise das características sociodemográficas na incidência do desemprego juvenil também é significativa para compreender a heterogeneidade do fenômeno entre os jovens brasileiros. Com base na Figura 3.12 e Figura 3.13, vê-se que, por mais que haja variações ao longo do período, o desemprego é muito mais suscetível na região nordeste e sudeste do país, seguidamente das regiões norte e centro-oeste e, por fim, a região sul com menor suscetibilidade. A diferença entre a região com maior incidência para a de menor incidência chegou a 15,8 pontos percentuais em 2021. A respeito da situação domiciliar, a incidência é muito maior na região urbana do país do que na região rural.

Figura 3.12 - Taxa de desocupação juvenil por região no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

Figura 3.13 - Taxa de desocupação juvenil por situação de domicílio no Brasil entre 2012 e 2021 (%)

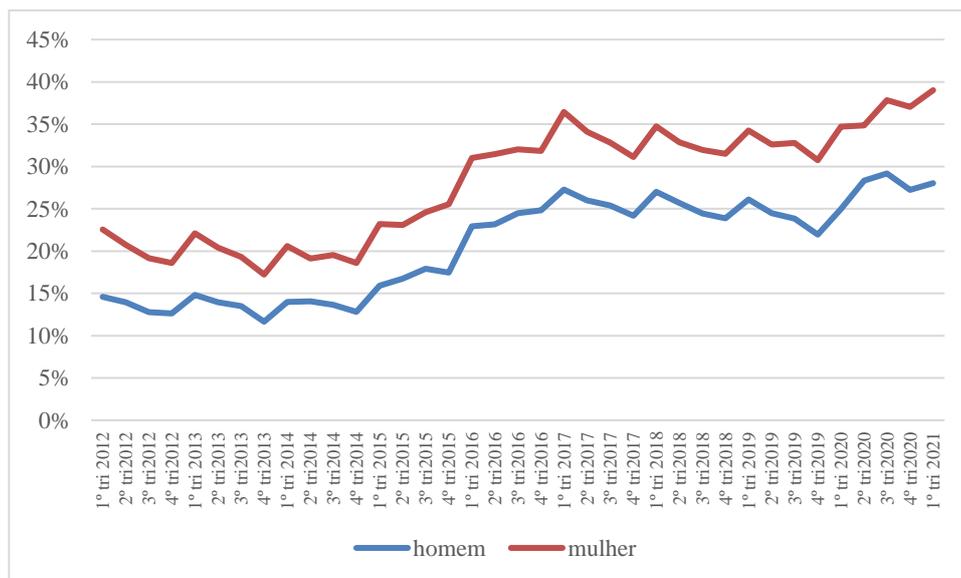


Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

As características como, sexo, cor e raça/etnia ou o grau de escolaridade também se qualificam como determinantes para o alto desemprego. De acordo com a PNADC, a taxa de desemprego é maior para as mulheres, pessoas negras ou não-brancas e com escolaridade baixa. No primeiro trimestre de 2021 a taxa de desemprego juvenil entre as mulheres era 39%, já para os homens era 28%. Por cor, observa-se que o desemprego é maior para a população jovem preta e parda do que para os brancos. A taxa de desemprego da população jovem não-branca, que engloba as pessoas pretas, pardas, indígenas e amarelas terminou a série histórica com taxa

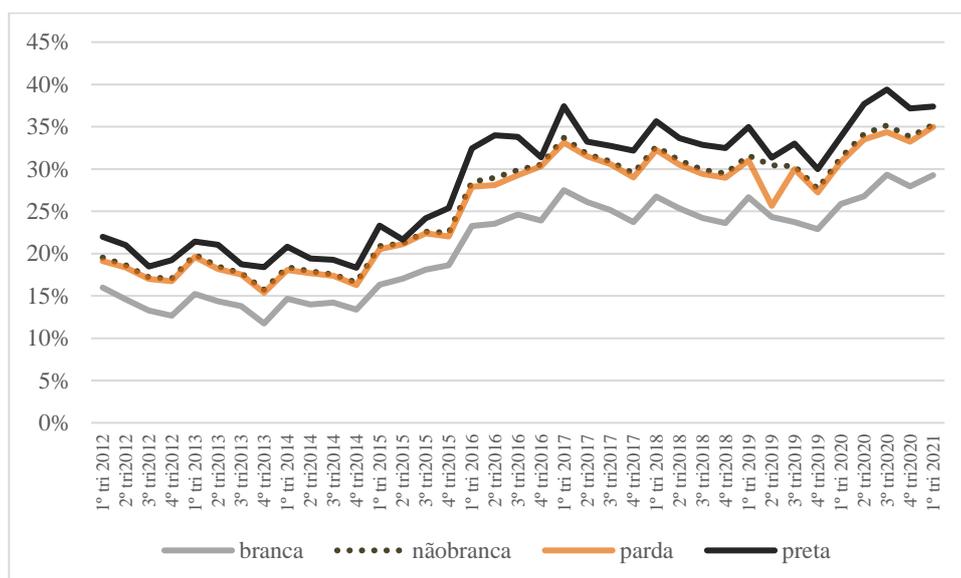
de 35,2%, enquanto a taxa de desemprego dos jovens brancos foi de 29,3% no primeiro trimestre de 2021. No quesito educacional, desconsiderando as pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo, observa-se que quão maior a escolaridade, menor o risco do desemprego. O ensino superior, aqui representado pelo ensino superior incompleto e completo, que abarca os jovens de 18 anos, tem as menores incidências do desemprego. O período escolar, do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo, tem taxas mais elevadas.

Figura 3.14 - Taxa de desocupação juvenil por sexo no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



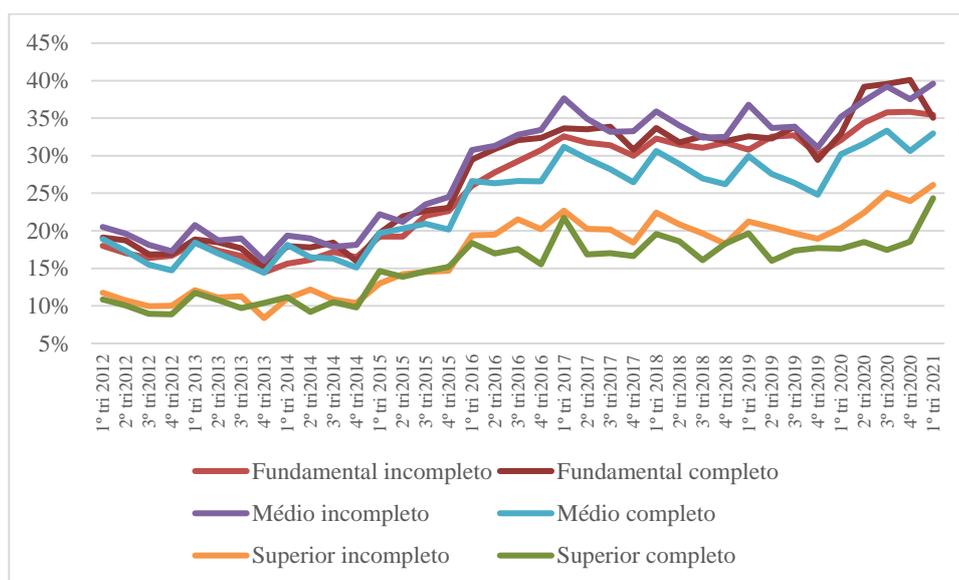
Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

Figura 3.15 - Taxa de desocupação juvenil por cor no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

Figura 3.16 - Taxa de desocupação juvenil por nível de escolaridade no Brasil entre 2012 e 2021 (%)



Fonte: Elaborado a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

Nesses casos, as diferenças sociodemográficas comprovam uma clara desigualdade no percurso profissional dos jovens. As características regionais, bem como a discriminação racial e de gênero e o déficit educacional²¹, que afeta jovens que por razões diversas recorrem a evasão escolar, contribuem para o processo de exclusão social da juventude de forma diferenciada para cada indivíduo. Adiciona-se a isto outros fatores, como renda familiar, acesso à informação, acesso à internet, nupcialidade, parentalidade etc. São elementos que não devem ser dissociados do capitalismo que organiza o mercado de trabalho e a ordem social. De tal forma, a manifestação do desemprego deve ser entendida como uma construção social, fruto de um processo histórico-social que modificou a relação do trabalho e a posição do homem na sociedade, onde “... os percursos laborais são socialmente determinados e refletem características externas ao mercado de trabalho que estruturam o funcionamento deste” (Guimarães et al., 2020, p. 483).

As transformações no mercado de trabalho ocorridas no período projetaram aos jovens um horizonte incerto, em que a precarização do trabalho e as manifestações do desemprego comprometem a trajetória profissional destes trabalhadores, além de pôr em risco as hipóteses futuras de mobilidade social e seguridade social (Corseuil et al., 2020). Os dados expostos

²¹ A defasagem educacional refere-se mais à impossibilidade de conciliar a vida estudantil com a vida profissional do que uma ideia de falta de força de trabalho qualificada. Abramovay et al. (2002) atentam à realidade de muitos jovens brasileiros que abandonam os estudos por necessidade de trabalho, geralmente precários, o que compromete seu processo de formação e capacitação profissional.

acima levam ao entendimento de que nem o crescimento econômico sustentado por uma década, nem um projeto político-econômico menos liberalizante, como o neodesenvolvimentismo, foram suficientes para atenuar as disparidades sociodemográficas e reverter o quadro estrutural do desemprego (Guimarães et al., 2020).

Logo, o status de dependência e a superexploração do trabalho continuam como elementos característicos do mercado de trabalho brasileiro. As transformações produtivas que alteraram as relações de emprego desde o fim do século passado, preconizadas pelo pensamento neoliberal e representados em projetos políticos compromissados com o capital, apenas aprofundou as questões sociais da sociedade brasileira, seja pelos altos níveis de desemprego, informalidade ou precarização do trabalho e emprego. Os jovens, inseridos nesse mercado, são os que mais sofrem. E diante de um mercado de trabalho precarizado e incerto e de uma vida que é totalmente mercantilizada, têm seus sonhos roubados e expectativas diminuídas.

Face ao exposto, foi formulado a seguinte hipótese de investigação: as trajetórias incertas dos jovens no mercado de trabalho contribuem para uma falta de perspectiva em relação ao futuro.

Capítulo 4 - Metodologia

No presente estudo utilizou-se a metodologia qualitativa, tendo-se recorrido à entrevista semiestruturada e à análise de conteúdo como técnicas de recolha e análise de informação. A investigação qualitativa, segundo Jean-Pierre Deslauriers (1997 *apud* Guerra, 2006), é um conjunto de técnicas interpretativas com a finalidade de decodificar, descrever e traduzir fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente, dando mais atenção ao significado do que à sua frequência. Sendo assim, o seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Busca-se compreender o comportamento do sujeito observado, estudando suas particularidades e experiências. Dito isto, é importante salientar que para a realização deste estudo, buscou-se investigar as trajetórias no mercado de trabalho, a percepção sobre a experiência do desemprego e qual a perspectiva de futuro diante deste cenário. Isso inclui sentimentos, reações, posturas e elementos subjetivos diante do desemprego e de sua trajetória de vida.

É possível articular o objetivo e o subjetivo, ou seja, processar a passagem das experiências pessoais à história coletiva, pois, como argumenta, Isabel Guerra (2006), ao se analisar um sujeito, observa-se a sua relação com a sociedade e, ao mesmo tempo, os fatos e emoções que o acompanham. Dessa forma, apresentam-se como sínteses do sistema em que estão inseridos. Um ponto de dificuldade dessa metodologia, apresentado pela autora, são os “obstáculos epistemológicos” provenientes da interação entre duas pessoas em um processo de intimidade que pode gerar tensão entre o quadro formal da pesquisa e essas duas subjetividades. Isso ocorre, pois ao narrar a própria história, o entrevistado cria sua própria racionalidade do discurso e o pesquisador deverá decodificá-la, assim como, o “voyeurismo” sociológico afeta o investigador, por não ter nada a retribuir diante da partilha (2006, pp. 21-22).

Outra questão, levantada pela autora, é a possibilidade de ter a confidencialidade afetada já que, devido ao pequeno número de entrevistados e a relação ser intimista, é possível identificar os informadores. Porém, é essencial assumir como pressuposto para essa metodologia que entrevistador e entrevistado são sujeitos racionais que dão sentido às suas ações e têm definido o objetivo da interação: colher e fornecer informações sobre um fenômeno social. Assim, espera-se que o informante seja capaz de reconhecer interesse pela pesquisa e concentrar-se nas interrogações apresentadas. Também, o direito de recusar se não concordar com alguma delas. Dessa forma, os princípios éticos – informar corretamente e proteger as fontes – devem ser

garantidos. A entrevista, como qualquer outra técnica, exige neutralidade, controle dos juízos de valor, confidencialidade e clareza de ideias (Guerra, 2006).

A amostragem definida neste estudo é a amostra por casos múltiplos, visando estudar um grupo homogêneo. O controle da diversidade se dá internamente, procurando entrevistar pessoas com características diferentes em relação ao objeto de estudo – diferentes níveis de escolaridade, gênero, cor, região domiciliar etc. Neste tipo de amostra, segundo Guerra (2006), não são necessárias muitas entrevistas para atingir a saturação, o decurso da pesquisa é que o define. É preciso lembrar que o objetivo é buscar uma representação social, e não uma representação estatística. Nas palavras da autora:

(...) não se trata de interrogar indivíduos cujas respostas serão somadas, mas informadores susceptíveis de comunicar as suas percepções da realidade através da experiência vivida, não se procura nem a representatividade estatística, nem as regularidades, mas antes uma representatividade social e a diversidade dos fenómenos (Guerra, 2006, p. 48).

A amostra da população segue os seguintes critérios: jovens, de ambos os sexos, com idade entre 14 e 29 anos²², residentes no Estado do Rio de Janeiro e que estão em situação de desemprego ou realizam pequenos trabalhos informais. A amostra contempla nove pessoas, sendo cinco homens e quatro mulheres, três com idade até 18 anos, quatro com idade entre 19 e 24 anos, e dois com idade entre 25 e 29 anos, seis com ensino superior completo ou incompleto e três com ensino básico incompleto, cinco brancos e quatro não-brancos, seis pessoas residentes no município de Niterói, uma no Rio de Janeiro, uma em São Gonçalo e uma em Bom-Jardim.

Quanto à trajetória no mercado de trabalho, três pessoas tiveram sua inserção profissional a partir de experiências de estágio, três a partir do trabalho informal, dois não tiveram qualquer experiência no mercado de trabalho e uma teve a partir do trabalho formal. As áreas profissionais dos entrevistados dividem-se entre Advocacia, Arquitetura, Mercado Editorial, Nutrição, Psicologia, assim como oportunidades em programas de Jovem Aprendiz. Não se faz necessário, no âmbito desta pesquisa, a exigência da disponibilidade e busca ativa por emprego, tal qual os critérios utilizados por IBGE, por entendimento de que tais condições dificultariam a busca por potenciais entrevistados, além de limitar novas descobertas.

As entrevistas são úteis na pesquisa qualitativa, pois admitem “aceder à forma como os participantes observam determinado tipo de fenómeno, o que sentem e pensam sobre ele” (Hastie & Hay, 2012, p. 19 *apud* Resende, 2016, p. 52). Este tipo de técnica, muito comum às

²² Foram realizadas duas entrevistas com jovens de 28 anos de idade no intuito de captar diferenças e semelhanças nos discursos dos jovens com idade mais baixa.

ciências sociais, permite aos pesquisadores retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão significativos e diversificados. São adequadas para investigações que buscam a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e sua realidade (sistema de valores, referências normativas, interpretações, leituras próprias etc.), bem como para análises de um problema específico (dados do problema, pontos de vista sistema de relações, funcionamento de uma organização etc.) e a reconstituição de processos, experiências e acontecimentos do passado, como referem Quivy e Campenhoudt:

Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192).

A entrevista semiestruturada se caracteriza por permitir que sejam colocadas questões abertas, em ambiente descontraído, de modo que o entrevistado possa se expressar livremente, utilizando seu vocabulário original. Ou seja, o entrevistador apenas orienta o pensamento do entrevistado e tem sua estrutura flexível. Isso torna indispensável que o objeto da entrevista seja muito bem explicado para que permita a parceria e a “reflexividade” entre entrevistador e entrevistado (Guerra, 2006, p. 51).

Essa técnica de recolha de informação oferece ao investigador algumas vantagens. Ao contrário dos inquéritos por questionário cujas perguntas são respondidas por escrito, a interação verbal entre as partes permite um repertório maior aos entrevistados e oferece maior controle aos investigadores, inclusive se for necessário esclarecer alguma dúvida ou corrigir algum engano. A elasticidade deste tipo de entrevista possibilita uma cobertura maior sobre o tema e a dinâmica entre entrevistador e entrevistado estimula a espontaneidade nas respostas e o alcance de temas mais complexos e profundos relativos ao sujeito observado. Em relação as desvantagens, as limitações dessa técnica recaem, principalmente, a quem realiza a entrevista no que se refere a necessidade de recursos, financeiros ou não, e tempo. Entre as pessoas entrevistadas é comum a insegurança em relação ao anonimato que pode levar a retenção de informações (Boni & Quaresma, 2005).

Para conduzir as entrevistas foi elaborado um guião/roteiro de entrevista (Anexo A – Guião de Entrevista), semiestruturado nos seguintes itens: a) dados pessoais; b) trajetória no mercado de trabalho; c) percepção sobre o desemprego; e d) perspectiva em relação ao futuro. O aspecto mais importante do guião, como evidenciado por Guerra (2006), é o alinhamento aos objetivos que decorrem da problematização e não um roteiro estático.

Para a transcrição das entrevistas optou-se pelo tipo não-naturalista na intenção de privilegiar o discurso verbal e facilitar sua compreensão. A transcrição deste tipo elimina ou corrige alguns elementos da fala que podem poluir o texto escrito, como vícios de linguagem em excesso, repetição de palavras, falsos inícios, pausas e erros de oralidade. As gírias, figuras de linguagem, como disfemismo, e particularidades da fala oral foram mantidas a fim de preservar as características individuais do discurso. Em suma, manteve-se a prática da menor interferência e do não acréscimo de palavras ao discurso e/ou modificação da intenção do que é dito (Azevedo et al., 2007).

O uso de um *codebook* auxilia o processo de transcrição ao uniformizar procedimentos e formas de escrever informações menos objetivas, como ideias já faladas, pausas, informações pessoais e dados irrelevantes (Azevedo et al., 2007). No caso desta pesquisa, quando na gravação há alguma fala que se refere à uma frase anterior, como, por exemplo, ao conteúdo da pergunta, na transcrição o elemento oculto ou referenciado surge entre colchetes e texto em itálico “[ex.:]”. Quando uma palavra é interrompida no meio ou quando se altera a frase no meio de uma sentença, utiliza-se barra oblíqua após a palavra “*exemp/*”. Os cortes de informações irrelevantes, repetidas ou confidenciais foram substituídas por reticências delimitadas por parêntesis “(...)”. As pausas são representadas por reticências após a última palavra dita “...”. Quando há ênfase em alguma palavra, esta é destacada como texto sublinhado, seguida de uma nota explicada entre parêntesis “exemplo (ênfase)”. Se se acredita que a pessoa errou na escolha de palavras, a transcrição exata é mantida, porém é sugerido uma proposta logo após, apresentada entre chaves e com texto em itálico “{*exemplo*}”. E quando não se tem certeza sobre o que é dito, é posto o texto delimitado por pontos de interrogação “?exemplo?”.

Para tratamento da informação recolhida, a análise de conteúdo, como método de análise de informação, “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, como, por exemplo, os relatórios de entrevistas pouco directivas” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 227). Sua utilização é adequada para diversos fins, tais como: análise de ideologia, dos sistemas de valores, das representações e aspirações do interlocutor; exame da lógica de funcionamento das organizações e sistemas; análise de estratégias utilizadas, de interpretações de um acontecimento, das reações e dos sentimentos; reconstituição de realidades passadas não materiais etc.

O foco da análise e interpretação dentro de uma pesquisa qualitativa, segundo Romeu Gomes “é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (Gomes, 2008, p. 79). Ainda, demonstra que não é necessário

abranger em totalidade as falas e expressões dos entrevistados, pois, em geral, as opiniões de um grupo homogêneo têm muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades. Por isso, é possível afirmar que sempre haverá diversidade dentro de um segmento social e a análise qualitativa deverá dar conta disso. Sendo assim, a intenção é caminhar na direção de pontos de convergência, mas também daquilo que se diferencia dentro do grupo entrevistado.

Com base na obra de Bardin (1979 *apud* Gomes 2006), foi feita a análise temática que considera que o conceito central pode ser representado através de uma palavra, uma frase ou um resumo. Sendo assim, o tema se caracteriza como unidade de significação que aparece no texto depois de analisado segundo os critérios teóricos que guiam a leitura. A análise de conteúdo temática, dessa forma, consiste em encontrar os “núcleos de sentido” que podem significar algo importante para o objetivo do trabalho. A trajetória da análise se dá nas seguintes etapas: exploração do material e tratamento dos resultados (Inferência/Interpretação). Por fim, elabora-se uma síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar com o assunto, as questões e os pressupostos da pesquisa.

Capítulo 5 - Análise e Interpretação dos Resultados

5.1 - Trajetória no Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho foi descrito como algo “complicado”, “complexo”, “sucateado”, que “não comporta todo mundo que precisa de emprego”, “falta muito emprego pra essa área” e “tem pouca vaga e muita gente”. Além da dificuldade de participação, o desemprego surge como parte da descrição do mercado de trabalho a partir da percepção dos jovens.

Eu me formei agora no meio do ano e é muito complicado dizer [*minha percepção sobre o mercado de trabalho*]. Porque no meio da pandemia/ Como eu sou arquiteta, o ramo da construção já era uma coisa que tava em crise antes da pandemia. E com a pandemia acabou. Cê não vê mais emprego em lugar nenhum, estágio também. Na época, quando eu precisei arrumar estágio era difícil. Então o mercado de trabalho eu acho que/ Agora até tô vendo uma melhora, mas ainda tá bem complicado no mercado de trabalho. Pelo menos pra área que eu atuo, né? Falta muito emprego pra essa área (Teresa, 24 anos).

Eu acho que [*o mercado de trabalho*] tá complicado. Porque eu acho que são poucas vagas de maneira geral e essas poucas vagas, muitas vezes, exigem algum nível de experiência que fica difícil pelo fato de já serem poucas vagas, né? Fica difícil ter a experiência. Tem pouca vaga e muita gente (Jorge, 23 anos).

Em outros depoimentos sobre a percepção do mercado de trabalho percebe-se aspectos mais profundos das relações de emprego:

Acho que a primeira coisa que me vem à cabeça [*sobre o mercado de trabalho*] é que é difícil entrar e participar, né? Eu acho que todo mundo que eu conheço, que tem uma boa posição dentro desse mercado, eles contam que deram sorte, contatos, conheceram, por acaso, alguém que deu muita oportunidade (Zeca, 24 anos).

A minha percepção [*do mercado de trabalho*] é que tá cada dia mais sucateado, mais difícil ter um trabalho de carteira assinada, como era antigamente – convencional, né? A gente tem essa questão do *uber*, do *ifood*, que eu vejo como trabalhos muito sucateados, muito ruins, sem vínculo e tudo mais. E é um mercado que não comporta todo mundo que precisa de emprego. Muito já saturado (Clara, 28 anos).

Há dois pontos interessantes nos trechos destacados acima. O primeiro se insere no campo das oportunidades de trabalho. A perspectiva de Zeca, que relega à sorte e aos relacionamentos a entrada no mercado de trabalho é compartilhada por outros entrevistados:

Hoje eu me encontro desempregada no trabalho formal e informal também e eu vejo que o que falta pra mim é alguém que possa me indicar porque eu vejo que eu me enquadro em vários perfis em questão de ser estudante ainda. Me enquadro em todos os requisitos pro Jovem Aprendiz. Já coloquei em várias empresas. Tem alguns que não consegui passar no processo seletivo, outras estão em andamento. Então eu vejo que talvez o que eu quero realmente – porque eu quero uma coisa mais seleta, mais à altura

– acaba tendo que ter algo a mais, que eu chamo de “Q.I.”. “Quem indique” (Leci, 18 anos).

Quando eu me formei/ meus pais trabalham basicamente na mesma área (...) então os trabalhos que eles pegavam eu comecei a pegar. Eu entrei no meio de trabalho assim, pegando os trabalhos que, no caso, meus pais pegariam – já que eles têm anos aqui na região que eles trabalham, então já tem bastante cliente, muita gente conhece e indica. E aí no caso eu tô trabalhando com eles assim. Me inseri junto e tô pegando os serviços (Teresa, 23 anos).

O segundo, a partir do relato de Clara, dialoga com a precarização do mercado de trabalho, exemplificada nas formas de uberização e de economia de plataforma, que hoje englobam diversas categorias profissionais, não apenas a dos motoristas e entregadores. Em outros depoimentos, é possível encontrar paralelo com exemplos de superexploração do trabalho e de mais-valia absoluta:

Minha percepção do mercado de trabalho é uma perspectiva ruim como um todo. Porque ainda que tenham demandas, essas demandas são baseadas muito numa exploração e concentração de rendas pelas pessoas que detêm o domínio maior sobre o capital. O dono da empresa acaba que tira milhares de reais e escalonando pra baixo vai tendo uma diminuição muito severa na remuneração. Em contrapartida tem uma carga de horário muito extensa, então não é uma perspectiva muito boa, inclusive na minha área. Acaba que tem uma demanda muito grande de trabalho pra uma remuneração extremamente baixa, então acaba que não compensa, muitas vezes, você adentrar no mercado privado, trabalhar pra algum outro escritório ou alguma outra empresa, porque financeiramente não compensa, tanto pela remuneração, ?ao comparar? suas horas, quanto pela saúde mental, como um todo (Moacyr, 28).

Também há menção a desvalorização real dos salários:

(...) Então é bem complicado você conseguir [*emprego*] e quando cê consegue, cê vê toda uma trajetória de esforço, de todo o tempo, de dedicação e você vê que o que você recebe não é compatível com o trabalho árduo – tanto mental, quanto físico. Você vê que é bem pouco e desvalorizado, né? Então, assim, é difícil, mas quando consegue, você vê que não é valorizado.

O nosso contexto de crise, que a gente vive, sempre vai ter gente que vai preferir recuar pra algo melhor, mas nunca vai/ se a gente continuar assim, a gente nunca vai conseguir essa evolução pra gente requerer nossos direitos de um aumento ou algo parecido, por conta de sempre ter gente que vai ser disponível e sujeito a receber aquele tipo de salário, por conta do contexto que a pessoa tá passando, às vezes, né, financeiramente. Que às vezes a pessoa se sujeita a passar por aquele tipo de salário, mesmo não sendo o adequado, o certo de acordo com suas funções (Leci, 18 anos).

Mesmo a descrição evasiva daqueles que consideram o mercado de trabalho “confuso”, contribui para significá-lo como um espaço da sociedade que não está aberto aos interesses dos jovens. Nesses casos, a falta de experiência ou a baixa idade – comuns àqueles que recém saíram da população inativa – são características partilhadas pelos que sentem dúvida ou que não têm uma opinião formada. O depoimento de Adoniram, já habituado ao trabalho, apesar da pouca idade, exemplifica bem a falta de diálogo do mercado com os jovens de grupo etário mais baixo.

No momento eu não me vejo encaixado ainda no mercado de trabalho por causa de questões escolares. No máximo que eu posso ver é questão de emprego de meio-período. Jovem aprendiz (...) me vejo no momento, assim, parado (Adoniram, 16 anos).

Apesar dos programas de contratação de jovens baseados na Lei do Aprendiz (Lei nº10.097/2000) conferirem aos jovens de menor idade uma possibilidade de inserção profissional e de identificação quanto à adequação aos critérios, como citado por Leci e Adoniram, há relato que se configura como o oposto, evidenciando um distanciamento com o mercado de trabalho.

O Nelson de hoje, eu acho que ele não tem obrigação com isso [*trabalho*]. Na verdade, o Nelson de hoje, ele tá muito mais preocupado se ele vai ou não conseguir passar pra uma Universidade pública. Eu não me pego pensando muito nisso. Eu sim me preocu/eu penso muito “ah, nossa, dinheiro”, “como é que eu vou conseguir dinheiro?”, “preciso de dinheiro” (...) Só que eu nunca me aprofundo muito nisso. É uma parada superficial. Sim eu preciso. Sei que preciso. É um pensamento que ele sempre tá ali, mas ele não é muito profundo. Ele é bem superficial. Eu não me vejo diante do mercado de trabalho agora (Nelson, 16 anos).

O comportamento de Nelson evidencia uma tendência entre os jovens ao direcionamento à Universidade como primeiro caminho para a inserção no mercado de trabalho. O depoimento de Zeca também reproduz essa lógica:

Desde que eu comecei a deixar de ser criança e pensar nessas coisas mais concretas, eu sempre quis trabalhar dentro da minha área ou no que eu achava que seria minha área. No começo eu queria Biologia aí fui pra Psicologia, mas eu nunca pensei concretamente em trabalhar fora da minha área. Não sei se por privilégios de classe média mais ou menos ajeitadinha, longe de ser alta (...) E aí eu nunca tive a necessidade real mesmo de trabalhar fora da minha área. E a minha mãe também ela sempre fala: “Ah, o seu papel é estudar e quando você se formar, cê trabalha lá na sua área de escolha”. E aí eu tô indo nessa. Quase me formando e vou trabalhar. E tô ansioso, inclusive. Mas pensando em outras coisas, tipo, bolsas, estágio por fora da faculdade, eu nunca fiz. Bolsas já participei de um monte de disputas, mas nunca consegui nenhuma. Infelizmente. Mas a formação inteira eu tive atrás. Acho que por azar mesmo que eu não consegui (Zeca, 24 anos).

Mas ele mesmo já tinha feito uma ressalva quanto a isso, em uma resposta anterior:

Não é tão simples, tipo, você tem uma boa formação e aí você, conseqüentemente, vai ter um bom trabalho, sabe? Pelo que eu vejo não é bem assim. Claro que isso é importante, mas é mais ou menos por aí. Uma boa formação é o mínimo e sorte é meio que quase que o outro mínimo. (Zeca, 24 anos).

Aqueles que já ingressaram no ensino superior têm uma autocompreensão diferente dos mais novos em relação ao mercado de trabalho. Há casos em que a formação contribuiu para o sentimento de perfil “qualificado” e “preparada” na profissão escolhida, mesmo assim a organização do mercado de trabalho, com intensa competitividade, contribui para a dissolução de confiança.

Eu acho que ao mesmo tempo que eu me sinto qualificado, eu também me sinto um pouco/ como se eu não tivesse meio que um diferencial. Por mais que eu seja qualificado eu entendo que tem muita gente com as mesmas qualificações e tudo isso. E como são poucas oportunidades fica mais difícil (...) [o *diferencial*] é tanto em questão de formação, quanto talvez de perfil de trabalho mesmo (Jorge, 23 anos).

Já outros variam entre o “quase preparado” ao perfil “inadequado”, “perdida” ou que não sabem o que fazer profissionalmente. Nota-se, nesses casos, uma desarmonia entre o mercado de trabalho e a Universidade no que tange a orientação profissional dos jovens. Em dois casos é possível observar uma desconstrução do perfil profissional, mesmo após conclusão do ensino superior:

Eu sempre me vi muito inadequada pro mercado de trabalho. Não acho que eu atendo àquilo que se espera do mercado de trabalho. Mesmo sendo formada e tendo especialização, eu acho que é uma questão de/ eu não tenho um perfil que se adequa. E sempre tive muita dificuldade de entrar no mercado de trabalho mesmo já tendo trabalhado, mas eu sempre convivi com essa questão do desemprego (Clara, 28 anos).

É uma coisa complicada porque eu entrei nesse mundo agora e ainda me sinto um pouco perdida. Eu ainda não tenho certeza do que eu vou fazer, do que eu vou seguir. Eu pesquisei por alto/ ainda me sinto um pouco perdida em relação a isso porque não sei nem o que eu quero fazer. Porque eu posso optar por vários empregos em várias áreas diferentes dentro do meu ramo. Então isso é uma coisa que eu ainda sou meio perdida (Teresa, 23 anos).

A partir dos relatos acima, percebe-se que apesar da Universidade ser vista como meio de inserção ao mercado de trabalho, os jovens nem sempre se veem como capazes. Evidencia-se, assim, um problema na relação de oferta e demanda de força de trabalho qualificada.

De fato, se verificou que as experiências de trabalho vinculadas ao ensino são uma das formas de inserção mais comuns aos jovens. Ao todo, três tiveram suas primeiras experiências em estágios, em que Jorge começou durante a escola técnica e Zeca e Moacyr pela Universidade. No entanto, mesmo com ensino superior completo ou incompleto, percebe-se que a formação não foi suficiente para garantir um espaço no mercado de trabalho formal.

A outra forma de entrada mais frequente é pelo mercado informal. Três entrevistados se inseriram profissionalmente dessa forma. Foi o caso de Leci, que por não conseguir oportunidade no mercado formal como jovem aprendiz, recorreu à venda de trufas, pois precisava de dinheiro para fins pessoais; de Teresa que, mesmo não precisando de trabalho, esteve informal, durante mais de um ano, em uma casa de festas como forma de conseguir um dinheiro extra; e de Adoniram, que desempenhou atividades ajudando membros da família:

Eu comecei a fazer uns bicos quando eu tinha mais ou menos uns onze pra doze anos, mas era com meu irmão. Eu só dava uma mãozinha nele só na questão/ tipo, minha mãe tinha um mercado na época aqui/ não era um mercado, era mais uma vendinha, assim e tal; eu embalava, limpava, limpava as prateleiras. Fazia mais por fazer mesmo, mais por

obrigação mesmo. Depois disso eu comecei a ajudar meu irmão, que ele trabalha de sacoleiro com esses negócios de lingerie e calcinha, enfim. Eu ajudava ele lá, como carregar o carro, a rodar kit, ajudava ele direto. Ele sempre me dava um dinheirinho, mas coisa boba, só para fazer um agrado. Depois disso, eu comecei a trabalhar no depósito da minha prima. Que foi o momento que eu tava trabalhando. Era 9 horas de serviço. Ganhava 30 reais o dia - o que eu acho absurdo, mesmo que seja meu primeiro emprego. 30 reais por dia por 9 horas de serviço é muita pouca coisa. E atualmente eu tô parado (...) [*parado há*] um ano (Adoniram, 16 anos).

A vivência exposta acima traz um ponto interessante à pesquisa, no sentido de alertar para a presença do trabalho infantil na sociedade brasileira. Por mais que tenha sido em ambiente familiar, a experiência em tenra idade é uma evidência das consequências da desigualdade social no Brasil. Buscando um recorte de classe a partir do discurso destes entrevistados, percebe-se distintas orientações ao trabalho. Adoniram descreve o primeiro trabalho como obrigação, Leci enfatiza o fato de precisar do trabalho e Teresa explica que nunca precisou. Do lado oposto, o mesmo se aplica aos jovens que não tiveram experiências de trabalho, como Nelson que diz achar que, no momento, não tem obrigação de trabalhar, embora pense em dinheiro e que irá precisar dele quando crescer, e Ivone, que justifica a sua inatividade com dois motivos: primeiro por não ter necessidade e segundo por medo e receio de trabalhar fora da sua área.

O mercado de trabalho formal serviu como via de inserção apenas para uma entrevistada (Clara, 28 anos). Clara trabalhou de 6 meses a um ano em uma loja de roupa através de indicação da irmã, que trabalhava no local – o que nos leva a correlacionar com o argumento levantado anteriormente em outras entrevistas da importância da indicação. Em suma, diante do quadro geral de inserção no mercado de trabalho, percebe-se que a falta de identificação, a confiança minada, a desvalorização e a desconstrução do perfil profissional são consequências de um mercado de trabalho restrito e que não oferece oportunidades de desenvolvimento aos jovens trabalhadores.

Por conseguinte, a inserção dos jovens no mercado de trabalho se caracteriza por transições aleatórias. Fica evidente um trânsito intenso entre as situações ocupacionais e não-ocupacionais, como entre a inatividade e o desemprego, desemprego e informalidade, estágio e informalidade, estágio e desemprego, informalidade e desemprego, levando a casos, inclusive, de desemprego de longa duração, aproximação ao desalento e falta de participação no mercado de trabalho formal. Vale ressaltar que as experiências encontradas pelos jovens expõem a precarização a qual estão submetidos.

Quando perguntados sobre o que o trabalho representa na vida, a maioria dos entrevistados o concebeu como uma “forma de se atingir tranquilidade”, “independência”, “sustento” ou “liberdade” e de se sentir “útil”.

Para mim o trabalho representa uma ocupação para a cabeça e uma forma de sustento, uma forma de eu conseguir atingir objetivos materiais e, também, objetivos espirituais, que acaba que para mim estão ligados. Que hoje em dia, nessa sociedade capitalista, pra a gente adquirir bens, uma tranquilidade, a gente precisa dessa remuneração, precisa do dinheiro que é essa questão de realizar troca, então o trabalho para mim representa isso – uma forma de se atingir uma tranquilidade (Moacyr, 28 anos)

Fica explícito o que se entende por expropriação da classe trabalhadora e a mercantilização da vida. Nesse ponto, inclusive, foram feitas críticas diretas ao capitalismo, como em Adoniram, que entende que “O trabalho representa basicamente a vida, porque sem dinheiro hoje em dia a gente não consegue viver. A gente não vive no comunismo. A gente vive na porra de um sistema capitalista e é duro, né?”, e uma recuperação do sentido naturalista do trabalho, usurpado pelo capitalismo:

Eu acho que o trabalho significa muitas coisas para mim, porque eu acho que existe um trabalho que difere desse profissional. Na minha vida sempre esteve muito presente o trabalho com a casa, com a comida, de cuidado com as pessoas da família. Acho isso muito importante. Esse trabalho sempre esteve presente e de uma maneira muito natural. Ninguém me mandou fazer isso. É uma coisa que acontece normalmente nas nossas vidas. Porque acho que é algo intrínseco ao ser humano. Mas o trabalho relacionado ao emprego sempre representou um vazio, porque sempre foi uma coisa mal resolvida pra mim, porque eu não consegui realizar plenamente. Não consegui desempenhar essa função pra qual eu estudei (Clara, 28 anos).

É uma coisa que todo mundo tá se preparando desde que nasce, né?! Porque o trabalho é uma coisa da condição humana. É uma coisa muito presente. É um chão de qualquer cultura. É uma coisa antropológica. Muito importante. Muito presente. Quase naturalizado, sabe? É o que sustenta a vida, tanto a individual, quanto a coletiva, enfim, de uma sociedade, de uma cultura (...) Estar bem pra trabalhar e trabalhar de forma digna, saudável e tal é o ponto, sabe? É o sonho. E por mais que a sociedade capitalista dificulte muito isso, é o que eu espero pra vida. É o que eu entendo que vem junto com uma vida boa (Zeca, 24 anos).

Há também uma forte compreensão do trabalho como uma extensão da formação educacional e vocacional, adquirindo uma representação de sentido e autorrealização ao ser tratado por “uma forma de você botar em prática as coisas que estudou e ser remunerado por isso”, como, por exemplo:

Acho que [*o trabalho é*] uma espécie de equilíbrio entre tá fazendo alguma coisa que eu me interesse em fazer e tá fazendo uma coisa que me permita ter uma boa condição financeira. Eu acho que não dá pra eu só fazer o que eu tô a fim de fazer, mas acabar não conseguindo me manter no futuro (...) Mas, assim, pensando no futuro, eu penso assim: o trabalho é o que vai me conseguir fazer me manter, mas ao mesmo tempo, como é algo que eu vou passar muito tempo fazendo eu gostaria que fosse algo que eu

realmente gostasse ou, pelo menos, me importasse como o que eu eu tô fazendo.” (Jorge, 23 anos).

Eu acho que o trabalho representa uma forma de você se sustentar, mas também de você fazer alguma coisa que você estudou e gosta de fazer. No meu ver, assim, acho que é bom quando você consegue trabalhar numa coisa que você passou anos estudando pra aquilo e conseguir lucrar, ter dinheiro com aquilo. Pra mim o trabalho é isso, é uma forma de você botar em prática as coisas que você estudou e ser remunerado por isso. Numa forma positiva, quando você consegue (Teresa, 23 anos).

É de se perceber que o trabalho ocupa um espaço central no imaginário dos jovens brasileiros, sendo muito relacionado à um sentido existencial, seja quando tratado do valor material que o trabalho possibilita alcançar, seja quando vinculado a um interesse, gosto ou área de conhecimento. A organização financeira e o sentido vocacional foram comumente lembrados como pontos positivos que as experiências de trabalho os trouxeram, assim como habilidades interpessoais. “Cuidar mais do dinheiro”, “[*saber*] o significado do que é os 50 reais”, “tá ganhando dinheiro”, “até dentro da faculdade me ajudou muito”, “eu descobri uma atuação” e “senti como um primeiro passo pro que eu realmente gostaria” são alguns exemplos de como o trabalho se relaciona com o processo de autonomização e de desenvolvimento profissional dos jovens.

Em contrapartida, os pontos negativos citados foram a baixa “remuneração”, “desvalorização da profissão” e “insegurança”, além da “alta carga horária” e do “cansaço”. Questões que mostram a contradição das relações de emprego e trabalho na sociedade capitalista que comprometem a conquista de independência e autonomia pretendida, assim como prejudicam o desenvolvimento educacional, social e profissional dos jovens.

A situação ocupacional desejada pelos jovens para o presente, em todos os casos, difere da atual condição perante o mercado de trabalho, desejando uma participação ativa, com exceção de dois que não deram resposta objetiva, o que pode indicar falta de identificação com o mercado de trabalho. Dos nove entrevistados, seis referiram o mercado de trabalho formal como lugar desejado por conta de “direitos”, “segurança” e “estabilidade” no caso particular de concursos públicos. Dois entrevistados desejam estar em estágios remunerados e uma entrevistada estava em dúvida entre emprego e o trabalho autônomo.

5.2 - Percepção sobre o Desemprego

O olhar sobre si mesmo como desempregado não foi unânime entre todos os entrevistados. Dois deles não se consideraram desempregados, mas fizeram isso com algumas ressalvas, o que

demonstra como o conceito do desemprego é subjetivo no imaginário dos jovens e/ou difícil de ser aceito. Um exemplo disso pode ser visto ao compararmos os trechos.

Em um primeiro momento, uma das jovens que não se reconhece como desempregada, utilizou como justificativa a existência de serviços, mesmo que não tenham “regularidade nenhuma”. Por outro lado, em situação similar, uma segunda entrevistada não reconhece nos bicos um “emprego pleno” e, por isso e por não ter “vínculo com nenhuma empresa”, se identifica como desempregada.

A segunda contradição diz respeito à compreensão do estudo como uma “ocupação útil” ou “ocupação/atividade” e sua relação com o desemprego. Para um entrevistado, a ocupação como estudante não descaracteriza o desemprego, mas para outro sim, mesmo que o estudo em questão seja para concurso, o que significa uma busca ativa de trabalho. Um outro aspecto interessante entre os depoimentos, foi a identificação com o desemprego dentro de uma escala de valor:

Totalmente [*desempregada*]. Tanto no formal, quanto no informal. Estou 100% negativada (Leci, 20 anos).

diria que sim, me considero desempregado, mas ao mesmo tempo também não/ eu poderia estar mais desempregado. Agora quando me formar, com certeza, vou me considerar *full* desempregado. Vai bater um desesperozinho, mas tô me preparando pra isso (Zeca, 23 anos)

Há também o caso em que a entrevistada se considera desempregada, porém não realiza buscas de trabalho, o que contraria os critérios do IBGE para a classificação da pessoa desocupada.

Não busco [*trabalho*]. Aí tá o problema. Porque eu fico martelando muito isso dentro de mim sobre o medo, de não saber o tipo de trabalho pra pegar agora e aí não busco, ainda não busquei nada. Fico pensando, mas não vou atrás (Ivone, 20 anos).

Embora as razões que justificavam a identificação com o desemprego tenham sido diferentes, os jovens partilham uma ideia comum sobre o que o fenômeno representa, seja como “inferioridade”, “aflição” pelo futuro, “algo frustrante”, “ameaça” ou ainda como uma “falha do Estado” ou “falta de oportunidade (...) coisa que não deveria acontecer”. O desemprego foi comumente descrito como uma situação que fere a existência humana.

Para mim [*o desemprego*] representa uma situação de desespero. É uma situação depreciativa do próprio ser humano, porque se você não tem emprego você não tem perspectiva de nada. Você não consegue o mínimo para você ter uma dignidade. Então, pra mim, o desemprego é a própria indignidade que é proporcionada ao ser humano. A pessoa que não tem emprego não tem renda, se a pessoa não tem renda, você não consegue atingir o mínimo da sua dignidade humana (Moacyr, 28 anos).

O desemprego representa uma ameaça, eu diria. Pra mim, pra minha família e pros meus amigos. Pensando em termos fora da saúde – saúde mais biológica – é o que tem de pior

pra acontecer. É o que tem de mais angustiante, porque sem emprego uma pessoa não se sustenta e aí porra/ ainda mais em um país agora como o Brasil de hoje, porra, isso é aterrorizante. Dá para sentir o medo que a minha mãe tem de perder o emprego. Uma coisa próxima da morte. Porque sem emprego e sem a perspectiva de ter um emprego, o que resta é quase a morte. Cê não vai ter o que comer, cê não vai ter/ então é um papo bem depressivo. Um papo bem/ que dá medo. Então o que representa para mim é essa ameaça máxima de uma sociedade do trabalho (Zeca, 24 anos).

Surtem também novas manifestações do desemprego, como o desemprego de longa duração e a proximidade com o desalento:

(...) eu tava trabalhando até esses poucos tempos/ não um trabalho de carteira assinada. Mais um bico ajudando minha prima em um depósito. Eu tava ganhando direitinho, tranquilo, só que aí... não posso dizer que me apunhalaram; falaram pra ficar uma semana em casa e já to há um ano aqui de boqueira (Adoniram, 16 anos).

“(...) mas acabou não rolando [*por questões burocráticas*] e tal e eu fiquei sem estágio mesmo e aí foi que eu decidi parar de procurar qualquer estágio (Zeca, 23 anos).

Os sentimentos provocados pelo desemprego, ou pela falta de trabalho, reforçam a ideia do fenômeno como uma situação degradante, como foi caracterizado pelos jovens. “Tristeza”, “insegurança”, “ansiedade”, “sensação de inferioridade”, “impotência” e “dependência financeira” foram emoções repetidas pelos jovens.

[O *desemprego provoca*] acho que impotência principalmente. Porque se fala muito desse mérito, de correr atrás, de se esforçar e conseguir. A gente vê na prática que não é isso. Então você é impotente em relação a isso, porque por mais que você se dedique, procure emprego, estude, se especialize como eu fiz, corra atrás, nem sempre essa oportunidade vem. Eu acho que é uma grande impotência (Clara, 28 anos).

No momento, [o *desemprego provoca*] tristeza. Isso me deixa chateada. Não estar trabalhando me deixa chateada, por já ter assim 20 anos. Ah, não pode significar grandes coisas, mas já cheguei a uma certa idade, não tenho mais 15, que é aquela coisa que não tem esse compromisso todo. Então me causa uma certa tristeza sim, às vezes (Ivone, 20 anos).

Pra mim [o *desemprego*] provoca muito da parte emocional. Que cê fica ansioso porque você não trabalha de nenhuma das formas e você não consegue dinheiro e o boleto vem, o boleto vai chegando, o boleto vai chegando e você não tem o dinheiro, então provoca muita insegurança, ansiedade. E, por certo modo, mesmo a gente sabendo que o sistema brasileiro funciona dessa forma: de quando tem uma vaga é indicar A, B ou C, a gente acaba falando “Caramba, o que não tem no meu currículo que tem no outro?”, “O que que eu tenho que o outro não tem?”. Então, mesmo a gente sabendo que acontece isso, acaba a gente sentindo que, eles ficam num nível superior e a gente em outro nível bem abaixo. “O que realmente acontece?”. Acaba acontecendo essa comparação, mas de todas as formas, de todos os aspectos que acabam fazendo com que eu me altere dessa forma, é o lado sentimental da gente ficar em casa e ficar assim, sabe? (Leci, 20 anos).

Mas também foi percebida uma preocupação em relação ao futuro:

[O *desemprego provoca*] uma ansiedade, um estresse, uma falta de perspectiva pessoal minha no futuro. Uma insegurança total de como vai ser na minha vida. Do que está sendo a minha vida, porque é um momento que é de incerteza, então é uma incerteza

total, uma falta de perspectiva total, assim. E junto com medo de um futuro, é isso que representa (Moacyr, 28 anos).

[*O desemprego provoca*] essa sensação de não saber como que vai ser, tipo, não tá conseguindo emprego agora, como é que vai ser depois da faculdade? Como que vai ser pra eu me manter? Pra sair de casa e tudo isso? (Jorge, 23 anos).

A idade e a classe social parecem ser um marcador na hora de mensurar quais foram as consequências do desemprego. Entre os jovens de até 24 anos, a implicação da falta de emprego se dividiu entre afetar questões financeiras ou não haver qualquer impacto. Em relação aos jovens com mais de 24 anos, as implicações do desemprego trazem impactos mais graves à dinâmica da vida, como a de ter uma “vida adiada” ou “uma forma extremamente limitada das minhas possibilidades”.

Acho que a maior implicação [*do desemprego*] é essa falta de independência na minha vida. Ter que morar com a minha mãe, ainda ter que depender dela para muitas coisas numa fase que eu já gostaria de tá muito estabilizada, fazer planos, viajar, pensar em ter filhos. É uma vida que se adia sempre. Uma vida muito adiada por causa do desemprego (Clara, 28 anos).

Sim, [*o desemprego*] gera [*consequências na vida*]. Porque é uma situação que fica limitativa das minhas vontades. As minhas vontades elas são/ os meus desejos são completamente limitados pela falta de emprego e, conseqüentemente, pela falta de um trabalho. Então é uma forma extremamente limitante das minhas possibilidades (...) [*que vão*] desde adquirir um imóvel, seja alugado ou próprio. [*A minha*] vontade seria de adquirir bens materiais que me propiciariam felicidade. Ou bens, mais assim, como viajar, como poder estar junto com os amigos em alguns momentos que envolve uma questão material, mas para mim vai além, seja ajudando as pessoas que eu amo, que eu me importo (Moacyr, 28 anos).

No entanto, no que concerne a pior parte da experiência do desemprego, outros pontos vêm à tona. A falta “do dinheiro”, “de remuneração”, “de organização financeira” e de “segurança financeira”, novamente, são percepções recorrentes. Dentro deste pensamento, é possível fazer uma relação com a exclusão da sociedade, como exemplificado na fala de Leci:

(...) eu acho também que [*a pior parte*] é você não se sentir ativo no mercado – tanto formal, quanto informal. Você se sentir meio recluso da sociedade, nesse sentido financeiro. Em questão que você não tá ativo, nem trabalhando e nem gastando, porque se você trabalha, você gasta (...) você sente meio que excluído, porque mesmo que seja em mínimos exemplos: “Vamos sair?”, “Vamos fazer isso?”. Num tô ativa nessa área de gastar, de ser consumidora, porque eu também não estou ativa no mercado de trabalho, então também é um pouco disso (Leci, 20 anos).

A sensação de improdutividade também ficou em evidência:

Ah, [*a pior parte do desemprego é*] a sensação. Você tá parado. Ser inútil. Só ficar dentro de casa. É essa sensação. Pior Parte (Adoniram, 16 anos).

Eu acho que [*a pior parte do desemprego*] é tanto a questão da remuneração, de não ter dinheiro ou ter menos dinheiro, no caso, e de, não sei, às vezes, eu sinto que é aquela coisa de produtividade mesmo, de sentir que não tá sendo produtivo. Mesmo que eu

esteja sendo em outros âmbitos, como o do estudo. Eu sinto que eu não tô sendo produtivo pelo fato de não ter um trabalho (...) Acho que é esse sentimento de tá sendo meio que... é isso, não tá sendo produtivo, talvez, de certa maneira, tá perdendo tempo (Jorge, 23 anos).

Outro aspecto levantado se relaciona com a sensação de imaturidade vinculada a falta de emprego ou ainda a uma sensação de peso sobre os pais:

(...) de se sentir pra trás e até se sentir mais infantil em relação a alguns amigos. Porque eu acho que começar a trabalhar te dá uma maturidade, em termos gerais. Eu sinto um pouco que eu não tinha como, pelo menos antes de começar a atender [*estagiar*] – que nesse meu caso eu sinto como eu tivesse trabalhando e, conseqüentemente, me sinto mais maduro – mas antes disso eu sentia que eu não tinha muita moral pra falar que eu sou adulto, ou pelo menos, tão adulto quanto alguns outros amigos, que inclusive que podiam ser até mais novos, mas já trabalham, já são formados ou nem formados, mas já trabalham (...) não ter a própria renda dá uma sensação de tá num estado infantil, tipo, “eu não me banco”, sabe? É o outro lado estar pra trás em relação a outros amigos, até mais novos, esse sentimento ruinzinho de “eu sou menos adulto que eles (Zeca, 24 anos).

A pior parte [*do desemprego*], como eu dependo dos meus pais, é um sentimento de estar sugando eles muito. De estar sendo uma pessoa, um peso para eles. Então, essa pra mim é a pior parte (Moacyr, 28 anos).

Eu tenho muito essa questão do parasita. Eu me sinto um parasita. Eu acho que eu não mereço tudo que eu tenho, se eu conseguisse dinheiro eu faria o meu (Nelson, 16 anos).

Por outro lado, quando perguntados se o desemprego trouxe algo de positivo, metade dos entrevistados dizem que não e a outra metade relatou o ganho de tempo para se dedicar aos estudos, a vida e a criatividade como aspectos positivos. Vale ressaltar que junto com o olhar sobre ganhar tempo, vieram percepções sobre um sentimento de “privilégio”.

Acho que o que [*o desemprego*] trouxe para mim de positivo foi um olhar crítico pra meritocracia, pro próprio mercado de trabalho, como ele existe. Acho que um olhar mais cuidadoso com as pessoas que estão na mesma situação que eu. Porque, às vezes, a pessoa que tá empregada pode achar que a pessoa tá naquela situação por culpa dela mesma, então, quando você passa pela situação a gente vê que não é isso. E eu acho que uma vivência dentro de casa que talvez eu não teria tido se eu fosse empregada desde que eu saí da escola. Hoje eu vejo o valor de cuidar de uma casa, de estar presente em casa todos os dias, o valor que isso tem, como isso deveria ser, por exemplo, ter um salário pra isso. Porque acho que o cuidado com a casa é muito importante, bem como das pessoas que estão na casa. Acho que talvez essa seja a coisa positiva do desemprego. É ter tempo, né? Tempo pra viver a vida. No meu caso, que sou privilegiada e posso ficar em casa e viver isso (Clara, 28 anos).

(...), mas a possibilidade de não estar empregado me trouxe sim [*algo de positivo*]. Eu tenho tempo para estudar, tenho tempo pra ler, tempo pra lazer. Final de semana eu posso ficar bem tranquilo, por exemplo. Geralmente. Tenho tempo pra minha namorada, pra minha mãe. Então se eu trabalhasse seria muito mais apertado. Uma vida muito mais de formiguinha, sabe? Faz as tarefas e é isso. Então eu me sinto bem privilegiado nesse sentido de poder estar desempregado. Por mais que não seja a coisa mais inteligente que eu faça nesse sentido. É um privilégio. Me sinto bem (Zeca, 24 anos)

Em relação às dificuldades obtidas pra encontrar trabalho, os jovens se queixaram sobre poucas vagas disponíveis e a falta de indicações ou rede contatos, o que reafirma a percepção do mercado de trabalho como um espaço restrito e seletivo.

Sim [*identifico dificuldade em conseguir trabalho*] por eu não ter um curso superior ou por não ter esses cursinhos de alguma língua estrangeira e o principal que é o “Q.I.”, o “quem indica”, porque as pessoas, às vezes, não têm nada disso e consegue (...) às vezes, tem gente que não tem nada do que eu tenho e não tá no nível que eu e tô e consegue (Leci, 20 anos).

Todas as vezes que eu procuro [*trabalho*] na internet pra minha área mesmo, eu acho bem difícil achar. Principalmente aqui em Niterói, eu não acho em lugar nenhum quase. No Rio eu acho pouquíssimas vagas na área que eu quero mesmo (Teresa, 24 anos).

Um terceiro ponto levantado, expõe uma nova contradição na oferta de trabalho destinado à força de trabalho juvenil. Foi relatado o paradoxo da experiência, quando as ofertas de emprego exigem um vasto conhecimento ou vivência de trabalho, mesmo sendo destinada aos jovens e recém-formados, ou seja, o simples fato de ser jovem e buscar uma experiência de trabalho, é um impeditivo para conseguir trabalhos destinados à formação e ao desenvolvimento.

Eu acho que [*a dificuldade de conseguir trabalho*] é mais a questão da idade (...) Eles não querem me dar aquela oportunidade de emprego. Sempre buscam: ‘Experiência, experiência, experiência’. Isso é foda. É tipo, como que eu vou adquirir essa experiência se ninguém vai me dar essa oportunidade? Esse que é o ponto (Adoniram, 16 anos).

Sim, existe um tipo de dificuldade [*em conseguir trabalho*], pois muitas dos escritórios que contratam, muitas das vezes, eles exigem um currículo e um conhecimento muito extenso, além do que realmente seria necessário para realizar o trabalho (Moacyr, 28 anos).

Considero difícil [*conseguir trabalho*] sim, porque mesmo eu tendo uma formação boa e um currículo ok eu nunca consegui. Mesmo tendo uma formação mais voltada pra essa entrada no campo da educação, mesmo assim não tenho conseguido. Então imagino que exija mais. Talvez um currículo com mais coisas, mais cheio, enfim (Zeca, 24 anos).

Um outro caso expõe um tipo específico de perfil esperado pelo mercado de trabalho e a exclusão daqueles que não conseguem performar ou “mentir tanto”:

Nessas entrevistas de emprego, de certa forma em educação [*privada*], as perguntas são muito/ eles querem alguém com/ eu diria até meio bobo. Voltado pra essa coisa neoliberal de produtividade e “ah, eu amo essa empresa”. Dá pra ver que eles querem alguém um pouco praí e nessas entrevistas eu nunca consigo mentir tanto. Eu acho que tem que mentir mais. Uns amigos meus eles dizem que tu tem que criar uma persona, um personagem pra entrar no mercado (...) acho que isso explica um pouco eu não ter conseguindo ainda adentrar (...) então é essa dificuldade [*de inserção*] que eu sinto. Em primeiro lugar por eu ser um acadêmico – e não é isso que o mercado quer – por outro de não ter feito essa personalidade ainda pro mercado (Zeca, 24 anos).

5.3 - Perspectiva em Relação ao Futuro

A imagem da vida adulta para os jovens, normalmente, considera a realização profissional como um caminho para a “felicidade”, “independência” e “segurança financeira”. Outras etapas também foram lembradas, como “faculdade”, “casa” e “família”. É possível relacioná-las, principalmente pensando no conceito de juventude, como uma vida em transição. Algumas falas evidenciam essa fase etária como um processo:

Eu espero manter o que eu sempre mantive, assim, focar muito em mim, focar em aprender, sempre estudar, trabalhar, crescer no meu ramo – na arquitetura – e construir, poder fazer/ ter o meu espaço, ser independente, acho que é o meu maior foco agora é esse (Teresa, 24 anos).

Eu espero que eu consiga, primeiramente, antes de tudo, ser sempre o que eu fui: uma pessoa humilde, tranquila, mais pra frente. Eu espero alcançar meus objetivos de fazer minha faculdade, ter minha casa, ter meu carro, construir uma família. Mas isso depende de mim de certa forma, mas também depende, querendo ou não, dos outros, ne? Digo, uma situação mútua (Adoniram, 16 anos).

É notável o peso que a educação superior exerce na preparação e no planejamento para a vida adulta, no sentido de conquistar um espaço privilegiado por conta da qualificação.

Eu acho que conhecimento é tudo e se você tem acesso, se você consegue ter aquilo, então você vai pra garantir alguma coisa ali no seu futuro porque se/ tá difícil hoje em dia. Se para quem já tem uma faculdade, formado, já está difícil, às vezes, algum emprego, alguma coisa, imagina você não ter conhecimento nenhum? (Ivone, 20 anos).

Eu tenho voltado a minha formação mais extracurricular, de curso, até o estágio que eu escolhi é voltado pra educação (...) a minha formação tem sido voltada para educação que é uma coisa com a qual pretendo trabalhar (...) Eu consegui voltar a informação pra isso e eu acho que vai colaborar assim pra eu conseguir atuar nesses campos (Zeca, 24 anos).

Comparando os olhares dos jovens em relação ao futuro, percebe-se, de forma mais frequente, uma perspectiva mais comprometida. Nos casos citados abaixo, pode ser visto a questão profissional e do (des)emprego em suas respostas.

Eu sou uma pessoa que tem muita dificuldade de visualizar meu futuro, sendo bem sincero. Tipo, eu sei o que eu quero fazer, mas não consigo me ver fazendo isso (...) Eu sou uma pessoa bastante insegura em questão da minha capacidade (Nelson, 16 anos).

Não sei exatamente o que eu espero assim. Eu acho que eu tenho mais preocupação do que qualquer coisa. Por causa dessa questão mesmo de emprego e tal (...) (Jorge, 23 anos).

Sendo sincero, a faculdade sempre foi minha prioridade. Exatamente pelo fato de ter suporte financeiro pra poder fazer isso. Mas ao mesmo tempo fica esse nervosismo de não tá conseguindo nada agora, preocupado de não conseguir também quando me formar. Aí acho que fico um pouco dessa aflição, essa certa ansiedade mesmo (Jorge, 23 anos).

No momento não [*me vejo próxima do “futuro”*]. Na questão de ser independente, totalmente. Não vejo tão próximo não (Teresa, 23 anos).

Nos casos em que se nota uma perspectiva otimista em relação ao futuro, é possível perceber certo isolamento da questão trabalho no discurso dos jovens. São percepções que se aproximam de um ideal, e não de algo palpável. A realidade, nestes casos, parece não ser levada em consideração, pois as frases se relacionam com o próprio desenvolvimento como fator determinante para encontrar um trabalho, afirmação que contraria o discurso utilizado pelos próprios para caracterizar o percurso profissional e seus sentimentos.

Com certeza [*me sinto próximo do futuro*]. Cada dia é um dia de aprendizado, cada dia é um dia que eu dou 100% de mim, mas é aquilo, se dedicar ao máximo pra conseguir (Adoniram, 16 anos).

Eu sou uma pessoa muito positiva independente se eu não tô conseguindo trabalho (...) então até o último minuto do segundo tempo eu sou positiva em relação a querer certos objetivos na minha vida. Então o que espero é que eu consiga sim um emprego numa área que eu seja feliz, que eu seja tranquila, mesmo que não tem ali um horário saudável de vida (Leci, 20 anos).

Eu sinto esperança. Eu acredito que as coisas vão caminhar para algo positivo pra mim. Que eu tô trabalhando pra isso, eu tô me esforçando, então é o que eu gosto de acreditar (Moacyr, 28 anos).

Quando levado em consideração toda trajetória no mercado de trabalho, os pontos positivos encontrados não influenciam para uma posição determinante no futuro. Isso reforça a visão otimista ou positiva como um algo idealizado.

Essas experiências de mercado formal e informal acabou gerando experiência para eu requerer mais informações pra eu requerer algo melhor pra mim (Leci, 20 anos).

Pelo que eu vejo do futuro e a minha trajetória profissional não tem relação. Como eu quero concurso público, é uma questão extremamente diferente do que se eu fosse seguir para área privada da advocacia (Moacyr, 28 anos).

Por outro lado, percebe-se um peso muito mais influente da trajetória quando as experiências são negativas. Neste caso, o discurso se torna mais concreto, pautado no real e nas relações de trabalho existentes:

Eu acho que como foi uma vida profissional que não aconteceu ainda, não se realizou, que eu ainda não tenho um emprego na minha área, é uma vida que está sendo adiada, por isso não ter sido realizado. [*Minha trajetória*] se relaciona dessa maneira assim, diretamente [*com o futuro*]. Como eu não tenho a vida profissional realizada eu não consigo pensar em futuro, eu não tenho a independência financeira, então é difícil (Clara, 28 anos).

Isto posto, a percepção sobre o mercado de trabalho, as experiências relatadas durante a trajetória profissional, a vivência do desemprego e da falta de trabalho trazem consigo elementos que alteram a percepção dos jovens sobre o futuro. A seletividade e a restrição do mercado de trabalho impedem uma participação formal no mercado de trabalho, dotada de

direitos e com remuneração justa. Dessa forma, a falta de autonomia e independência foram constantemente citadas em todo o percurso, como exemplificado nos tópicos anteriores.

Observa-se que os meios mais comuns de entrada e participação no mercado de trabalho se dão a partir da informalidade ou de estágios curriculares acadêmicos. A baixa remuneração e a insegurança são pontos cruciais nessas experiências. Soma-se a isto a precarização do trabalho, a subocupação e a desvalorização da categoria profissional como parte do trânsito intenso entre situações ocupacionais dos jovens. As trajetórias incertas acabam por representar um distanciamento ainda maior em relação ao futuro, uma vez que a exclusão interfere tanto a vida corrente, quanto a vida planejada:

(...) Então eu fico um pouco nessa, tipo, eu namoro, né? Eu e minha namorada, a gente costuma fazer alguns planos pra tentar sair de casa (...) mas é muito complicado, porque a gente vai olhar preço de aluguel, vai pensar quanto que é em relação a contas e tudo isso. E ao mesmo tempo pensa em emprego e como tá. É difícil conseguir um emprego. Eu fico um pouco preocupado, assim, bastante. Eu sinto que eu fico um pouco sem perspectiva nesse sentido, porque parece que vai ser difícil pra conseguir alguma coisa (Jorge, 23 anos).

Hoje eu tento não esperar muita coisa, justamente por tá nessa situação de não poder fazer planos. Então, eu não crio muitas expectativas. Eu não posso pensar em ter filhos, não posso pensar muito em sair da casa da minha mãe (Clara, 28 anos).

A impossibilidade de criar expectativas, citada por Clara, foi comentada em outra entrevista, precisamente quando o futuro se choca com a realidade:

A gente sempre pensa o melhor pra gente, né? Mas a gente olha a realidade e acaba tendo que se submeter à certo tipo de coisas, a gente quer ou espera certo tipo de emprego, mas não tem e por conta pra sustentar nossos sonhos a gente tem que submeter a outro (Leci, 20 anos).

Por mais que a centralidade do trabalho tenha sido reivindicada pelos jovens, as condições materiais ao quais estão expostos parece colocar o emprego em um plano abstrato, fora do seu alcance. A comparação do acesso ao emprego ao “sonho da casa própria”, como na citação abaixo, exemplifica as dificuldades de inserção e participação que a população jovem atualmente enfrenta no mercado de trabalho. Caracterizando-se como a negação do direito à vida.

O mínimo que eu espero é tá empregado. E mesmo sendo o mínimo é uma coisa um pouco sonho. Acho que tá um pouco nesse campo dos sonhos. Tipo, ‘o sonho da casa própria’, sendo que não deveria ser um sonho, deveria ser o básico, mas não é. Então eu acho que o emprego tá meio junto com isso. Então basicamente pra vida adulta eu espero ter uma casa e ter um emprego e uma condição, uma segurança financeira. Eu não espero nem ser, tipo, classe média alta (...) Eu atualmente eu até sinto como pedir muito uma condição financeira à ponto de me sustentar, por exemplo, sem um relacionamento, sem um casamento, sem alguém para dividir as coisas (Zeca, 23 anos).

Conclusão

Com base no que foi discutido, a história do desemprego brasileiro atual remete à divisão internacional do trabalho proveniente das fases colonialistas e imperialistas do sistema capitalista. Toda a herança colonial que sedimentou o Estado brasileiro e a relação de dependência ao qual o país está inserido na posição centro-periferia contribuem para a formação e reprodução da classe trabalhadora sob um aspecto principal: a superexploração do trabalho. É importante ter esse elemento como fator central da composição da classe trabalhadora brasileira e de sua realidade, uma vez que da superexploração derivam aspectos relativos à formação da classe trabalhadora, da contradição capital-trabalho e, inclusive, da elasticidade da força de trabalho que molda o desemprego como conhecemos hoje. Tem-se, portanto, no desemprego um fenômeno intrínseco ao sistema de produção capitalista.

Hoje, o Brasil convive com índices alarmantes de desemprego. Desde a década de 1990, período em que as medidas neoliberais foram implementadas no país, a taxa de desemprego cresceu vertiginosamente – de 3,7% em 1990 passou para 14,7% no primeiro trimestre de 2021. Por mais que as diferenças metodológicas de cada pesquisa estatística tornem a comparação entre as décadas complexa, é possível identificar transformações concretas no mercado de trabalho como, por exemplo, a precarização do trabalho e a perda de direitos trabalhistas. Assim como o desemprego possui uma função econômica dentro do suposto equilíbrio proposto pelos liberais, a flexibilização do mercado de trabalho aparece como ponto central no paradigma neoliberal de modo a atender o interesse do capital. Sua principal consequência é acentuar a superexploração do trabalho no Brasil.

Entre o período analisado, foi percebido um contraponto à ascensão do desemprego no início dos anos 2000 até o fim de 2014, quando a taxa de desemprego variou entre 9,2 e 9,7% nos primeiros anos após a virada do século e caiu aos 6,5% no quarto trimestre de 2014. Muito desse reflexo se deve ao projeto neodesenvolvimentista e suas políticas de distribuição de renda, valorização do salário-mínimo e da formalização do emprego. No entanto, fica evidente no período posterior as limitações deste tipo de projeto que, embora um pouco mais distante dos ideais neoliberais, propôs um tom de conciliação de classes, mantendo intacto o interesse burguês, sobretudo o da burguesia interna. A crise deste modelo deu lugar à retomada do projeto neoliberal de forma ainda mais avassaladora, promovendo diversas contrarreformas que impactam diretamente a classe trabalhadora.

Para a juventude brasileira as transformações produtivas na década de 1990 impactaram negativamente sua mobilidade social, autonomização e perspectiva de futuro – uma verdadeira “crise de reprodução social”. Ao final do decênio os jovens foram o grupo etário mais impactado pelo desemprego, sendo a taxa de desemprego de 22,3% e 15% entre jovens de 15 a 19 e 20 a 24 anos respectivamente. A taxa de desemprego média para o mesmo ano foi de 9,6% – consideravelmente menor. Com exceção dos grupos limítrofes (10-14 e 25-29) que tiveram menos de um ponto percentual acima da taxa média, toda a população adulta acima de 30 anos esteve abaixo da taxa média de desemprego. Para além do desemprego caracterizado pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, novas formas de desemprego assolaram a população jovem, como o “desemprego recorrente”, o “desemprego de reestruturação empresarial” e o “desemprego de exclusão”. Não só isso, mas o desassalariamento e a precarização do trabalho foram outros fenômenos que estiveram presentes na vida dos jovens trabalhadores.

O desemprego juvenil durante os anos 2000 continuou acima da média nacional, embora a taxa de desemprego tenha reduzido ao longo da primeira década até meados da década seguinte. Comparando os anos de 1999 e 2011, os jovens foram o grupo etário com menor redução da taxa de desemprego. Enquanto a população adulta teve redução acima de 20% entre os anos, os jovens de 10 a 14, 20 a 24 e 25 a 29 anos, tiveram decréscimos de 8,9%, 9,9% e 17,3%, respectivamente. No período também foi observado uma ampliação do emprego formal, redução da informalidade e a elevação dos salários, padrões de contratação distintos dos praticados nos anos 1990. No entanto, a retomada de um projeto neoliberal e as contrarreformas promovidas promoveram uma nova onda de flexibilização das relações de trabalho. Como consequência o desemprego voltou a subir, assim como a informalidade e a precarização do trabalho.

Entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2021 observa-se um crescimento de todas as faixas etárias após o ano de 2015. No entanto, os índices de desemprego jovem eram os únicos acima da média nacional durante todo o período, além de sofrer maior oscilação entre os períodos. Também foi registrado um crescimento de manifestações do desemprego entre os jovens, como o desemprego de longa duração e o desalento. Em 2012, eram 474 mil jovens desempregados há 12 ou 24 meses e 647 mil desempregados há mais de 2 anos e 748 mil desalentados. Em 2021 esses números pularam, respectivamente, para 989 mil, 1.127 mil e 2.156 mil. A informalidade e a diminuição do rendimento dos jovens também aumentaram nos últimos anos, muito em virtude da ampliação do número de pessoas recebendo

remuneração inferior ou igual a um salário-mínimo e a prevalência do cumprimento de jornada de trabalho parcial, sinais da flexibilização do trabalho.

Entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre 2020 observa-se que os jovens foram os mais afetados em todos os indicadores que medem a subutilização da força de trabalho. Ao fim do período, para os jovens de 14 a 17 anos, a taxa composta de subutilização da força de trabalho ampliada atingiu 68,1%, enquanto para os jovens de 18 a 25 anos, a taxa atingiu 41,5%. Valores muito acima dos três grupos etários da faixa etária adulta acima de 25 anos, que estiveram abaixo de 16,1%. Levando em consideração este indicador, faltava trabalho para 9.405 mil jovens brasileiros, sendo 7.096 mil da faixa etária entre 14 e 17 anos e 2.309 entre 18 e 24 anos.

Outro ponto verificado nos dados do IBGE foi a diferenciação da taxa de desemprego juvenil considerando características como sexo, cor e raça/etnia, grau de escolaridade, região e situação de domicílio. O alto desemprego é mais frequente em mulheres, em pessoas de cor preta, parda e não-branca, em pessoas na educação básico, incompleto ou completo, residentes na região nordeste e sudeste do Brasil e na área urbana. Isto confere ao desemprego na sociedade brasileira um aspecto heterogêneo e complexo.

Foi possível a partir dos capítulos teóricos discutir a configuração do desemprego juvenil no Brasil nos anos 2000, bem como compreender a relação entre a política econômica implementada no país e a taxa de desemprego jovem e a condição social da juventude – as perguntas norteadoras da pesquisa. As bases da Teoria Marxista da Dependência, assim como outros conceitos da teoria marxista, foram fundamentais para ampliar o debate em torno da formação social brasileira e do desemprego. Fica como limitação da pesquisa a falta de referência a outros autores brasileiros que discutem a dependência, como Vânia Bamberra e Theotônio dos Santos, assim como outros autores que discutem a sociologia do desemprego, como Didier Demazière e Jacques Freyssinet, que carecem de obras traduzidas para o português.

Empiricamente, foi possível constatar que a percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho reflete com precisão o funcionamento e a organização do trabalho no sistema capitalista. Embora não estejam totalmente inseridos profissionalmente, isto é, em idade que se espera o acúmulo educacional e a capacitação profissional, as experiências próprias e o discernimento que possuem acerca do mercado de trabalho são resultados das oportunidades e condições de trabalho oferecidas a eles. Normalmente vagas precárias, com baixa remuneração, alta carga horária e fora do mercado de trabalho formal.

O desemprego surgiu como um fenômeno associado ao mercado de trabalho, contribuindo para a concepção do mercado de trabalho como um espaço restrito, seletivo e com poucas vagas de trabalho. Foi possível ver exemplos reais da superexploração no mercado de trabalho brasileiro, especificamente, nas trajetórias instáveis, na desvalorização da remuneração e da profissão e na sociedade mercantilizada. Tanto a vulnerabilidade social, percebida nas limitações que a falta de dinheiro traz na sociabilidade juvenil, fundamental para aquisição de aprendizado e identidade, quanto a vulnerabilidade emocional, foram percebidas nos depoimentos coletados.

A vivência do desemprego acarreta sentimentos cruéis, que ferem a existência humana. Os fazem sentir inferiores, com medo e com aversão ao futuro. Seu autorreconhecimento é por vezes reivindicado, por outras despercebido, contrariando a lógica estatística que define apenas três critérios para quantificar o número de desempregados. Fica nítida a subjetividade do desemprego a partir dos testemunhos. O que nos leva a questionar a relevância do desemprego oculto, para além do desemprego oficial. Sem o intuito de caracterizá-los, foram observados discursos que se aproximam do desalento, do desemprego de longa duração, da inatividade, mas sempre convergindo para a disponibilidade em assumir um trabalho.

As experiências concretas dos jovens apontam para uma autonomização limitada. Isto é, enquanto o trabalho, para muitos, representa um passo para a liberdade e independência, as próprias experiências de trabalho dificultam gozo em razão da baixa remuneração, sobrecarga e insegurança. E quando o trabalho representa projetos de autorrealização relacionados a uma carreira profissional, percebe-se que o mercado de trabalho não é capaz de absorver toda força de trabalho qualificada, e quando é, não há garantias que o faça no trabalho formal, com boa remuneração, planos de carreira e estabilidade.

No entanto, há uma contradição no que se refere à perspectiva em relação ao futuro. Enquanto é possível perceber convergências nos discursos das diferentes trajetórias no mercado de trabalho quanto às experiências de precarização, inserções aleatórias, baixa remuneração, desvalorização pessoal e profissional, percepções negativas do mercado de trabalho, falta de independência e autonomia e até críticas diretas ao capitalismo como sistema de produção, quando perguntados sobre o futuro, as respostas se dividem entre otimismo e pessimismo, o imaginário e a realidade, a esperança e o desespero. Tal contradição percebida nas respostas abre um novo caminho para um assunto que não foi tratado nesta pesquisa e que pode contribuir para novos estudos sobre o tema. A ideologia liberal contribuiu para a percepção otimista dos jovens em relação ao futuro? Minimamente, foi possível perceber nestes discursos paralelos

com ideias liberais difundidas, como o mito da meritocracia, a falácia do empreendedorismo e a promessa de emprego após a formação no ensino superior.

Em suma, a falta de perspectiva de entrar no mercado de trabalho acarreta dois tipos de pensamento: um, mais deslocado da realidade, em que se espera situações que não condizem com o presente e com as experiências vividas e outro em que não se vislumbra um futuro, não consegue prevê-lo, tendo como referência suas trajetórias. A segunda perspectiva se mostrou mais frequente entre os nove jovens entrevistados. Clara, Zeca, Jorge, Teresa e Nelson mostraram uma perspectiva de futuro comprometida. Nesses casos, a impossibilidade de fazer planos e a dificuldade de visualizar o futuro se relacionam diretamente com as experiências do desemprego e da falta de trabalho. Moacyr, Leci e Adoniram apresentaram uma perspectiva mais otimista, no entanto, dentro da contradição referida acima. Todos apontaram complicações ou preocupações com o futuro quando as suas trajetórias estiveram presentes no discurso.

Apenas Ivone teve um olhar otimista sem falsas perspectivas, mas há aqui um diferencial, pois, diferentemente, dos outros três, a mesma não possui experiências no mercado de trabalho. Além deste ponto, há outros fatores que também interferem na perspectiva em relação ao futuro, como a idade, a formação e a renda familiar. Os jovens mais velhos têm tendências a ter uma perspectiva mais negativa, por verem distantes suas possibilidades de constituição de família, moradia própria e acesso ao mercado de trabalho formal. A formação superior é importante, pois está inserida em um contexto de intensa competitividade interna na força de trabalho. E a renda é um mecanismo de segurança, que tanto pode permitir retardar sua inserção para focar nos estudos, quanto pode interromper os estudos em função da necessidade de obter renda.

Portanto, o confronto com a hipótese, com base no referencial teórico e nos resultados empíricos, nos permite dizer que as trajetórias incertas dos jovens no mercado de trabalho contribuem para a falta de perspectiva em relação ao futuro. Ao contrário da recorrência na informalidade e no desemprego, a inserção e a participação no mercado de trabalho formal, principal situação ocupacional requerida pelos jovens, garantindo boa remuneração, direitos, segurança, desenvolvimento e estabilidade, favoreceriam o processo de autonomia e independência dos jovens.

Por fim, é importante frisar, que os sentimentos e a vivência dos jovens relatadas nesta pesquisa expõem a fragilidade e a falha do sistema capitalista. Enquanto as relações de trabalho forem definidas e pautadas pelo capital, há a certeza da continuidade da superexploração da força de trabalho, assim como, da relação de dependência brasileira diante do centro do capitalismo. Nesse entremeio, os jovens brasileiros vivem uma vida que se adia.

Bibliografia

- Alves, G. (2012). Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil. A morfologia social do trabalho na década de 2000. *Oficina do CES*, 381, 1-32. Fonte: https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/6024_Oficina_do_CES_381.pdf
- Alves, G. (20 de Maio de 2013a). Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil - Parte I. *Blog da Boitempo*. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>
- Alves, G. (19 de Agosto de 2013b). Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil - Parte II. *Blog da Boitempo*. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2011). *O Continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, E. C., Garcia, M. d., Faustino, I. A., & Araújo, E. L. (2010). A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: Uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). *Revista Economia & Tecnologia*, 6(4), 29-39. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ret.v6i4.26901>
- Bajoit, G., & Franssen, A. (2007). O trabalho, busca de sentido. Em O. Fávero, M. P. Spósito, P. Carrano, & R. R. Novaes, *Juventude e Contemporaneidade* (pp. 93-123). Brasília: Edições MEC/UNESCO.

- Boito Jr., A. (2016). A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*, 42, 155-163. Fonte: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. doi:<https://doi.org/10.5007/%25x>
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Camarano, A. A. (2006). Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Em A. A. Camarano, *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 319-330). Rio de Janeiro: Ipea.
- Camarano, A. A., Mello, J. L., & Kanso, S. (2006). Do nascimento à morte: Principais transições. Em A. A. Camarano, *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 31-60). Rio de Janeiro: Ipea.
- Campos, R. S. (2017). O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis*, 47, 329-351. Fonte: <http://journals.openedition.org/polis/12585>
- Campos, R. S., & Campos, C. S. (2014). Neoliberalismo e dependência na América Latina. *Espacio Abierto*, 23(1), 45-70. Fonte: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12230102003>
- Carcanholo, M. D. (2008). Dialética do desenvolvimento periférico: Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, 12(2), 242-272. doi:<https://doi.org/10.1590/S1415-98482008000200003>

- Cardoso, J. Á. (16 de Agosto de 2021). Radiografia da nova contrarreforma trabalhista. *Outras Palavras*. Fonte: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/radiografia-da-novacontrarreforma-trabalhista/>
- Castel, R. (1997). *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós.
- Castel, R. (2000). As transformações da questão social. Em L. Bógus, M. C. Yazbek, & M. Belfiore-Wanderley, *Desigualdade e a questão social* (pp. 235-264). São Paulo: EDUC.
- Chahad, J. P., & Picchetti, P. (2003). A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. *Reformas trabalhista e previdenciária, crescimento econômico e distribuição de renda*. São Paulo: ABET.
- Corseuil, C. H., Franca, M. P., & Poloponsky, K. (2020). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos Estudos, CEBRAP*, 39(3), 501-520. doi:<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030003>
- Côrtes, T. L. (2021). A potenciação da expropriação no ultraneoliberalismo brasileiro. *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, 7(1), 62-85. Fonte: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/48249>
- Cruz, M. B., Seruya, J. M., Reis, L. B., & Schmidt, L. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise Social*, 20(81-82), 285-307. Fonte: <https://www.jstor.org/stable/41010464>
- Demazière, D. (2008). Ser desempregado para os sociólogos. *Revista Política & Sociedade*, 13, 109-182. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p109>
- Dornelles, A. E., Reis, C. N., & Panozzo, V. M. (2016). Juventude latino-americana e mercado de trabalho: Programas de capacitação e inserção. *Revista Katálysis*, 19(1), 81-90. doi:<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100009>
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

- Fagiani, C. C., & Previtali, F. S. (2019). O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário. Em R. Antunes (Org), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil VI* (pp. 347-362). São Paulo: Boitempo.
- Fernandes, F. (1975). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, F. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora.
- Firmiano, F. D. (2020). Os precedentes da tormenta: Crise do capital e a ascensão do conservadorismo ao comando do Estado Brasileiro. *Extraprensa*, 13(22), 22-40.
doi:<https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.163155>
- Frank, A. G. (1966). The development of underdevelopment. *Monthly Review*, 18(4), 17-31.
doi:https://doi.org/10.14452/MR-018-04-1966-08_3
- Furtado, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Gautié, J. (1998). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Revista Mana* 4(2), 67-83.
doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000200003>
- Gomes, R. (2008). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em S. F. Deslandes, R. Gomes, & M. C. Minayo (org), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de uso*. São João do Estoril: Princípia.
- Guimarães, N. A. (2004). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? Em H. W. Abramo, & P. P. Branco, *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 149-174). São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Guimarães, N. A. (2006). Trajetórias inseguras, autonomização incerta: Os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. Em A. A. Camarano, *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 171-197). Rio de Janeiro: IPEA.

- Guimarães, N. A. (2020). Apresentação: Os jovens brasileiros e o trabalho: Desafios que se atualizam. *Novos Estudos, CEBRAP*, 39(3), 465-473. doi:<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030001>
- Guimarães, N. A., Brito, M. M., & Comin, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos, CEBRAP*, 39(3), 475-498. Fonte: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1989). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Volume 13. Tomo 1*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1989_v13_t1_br.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1999). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Volume 21*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1999_v21_br.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Volume 31*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas metodológicas. Volume 1*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015a). *Nota técnica. Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015b). *PNAD: Um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94878.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas técnicas. Versão 1.8*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf
- Kay, C. (2018). As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. *Caderno CRH*, 31(84), 451-462. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000300002>
- Maia, A. G. (2009). Perfil e dinâmica do desemprego no Brasil nos anos 2000. *Pesquisa & Debate*, 20(2), 259-273. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7443/5433>
- Marini, R. M. (2013). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.
- Marini, R. M. (2017). Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(3), 325-356. doi:<https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>
- Martins, C. E., & Filgueiras, L. (2018). A Teoria Marxista da Dependência e os Desafios do Século XXI. *Caderno CRH*, 31(84), 445-449. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000300001>
- Marx, K. (2017). *O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mattos, M. B. (2008). *Escravidados e livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

- Novaes, R. R. (2007). Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida*, 1(2), 6-15.
- Organização Internacional do Trabalho. (2012). *Relatório V: A crise do emprego jovem: Tempo de agir*. Portugal: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Fonte: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---ed_emp_msu/documents/meetingdocument/wcms_242019.pdf
- Oshiro, F., & Marques, R. M. (2017). O desemprego na sociedade contemporânea. *Pesquisa & Debate* 28(2), 75-92. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/35657/24458>
- Osorio, J. (2018). Sobre superexploração e capitalismo dependente. *Caderno CRH*, 31(84), 483-500. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000300004>
- Pimentel, E. (2012). *Uma 'nova questão social'? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. São Paulo: Instituto Luckács.
- Pochmann, M. (1998). Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, (pp. 2547-2563). Fonte: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/941/906>
- Pochmann, M. (2001). Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. Em OIT, *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais* (pp. 27-39). Brasília: OIT.
- Quadros, W. J. (2001). O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa. *Cadernos do CESIT*, 31, 1-24. Fonte: <https://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/31CadernosdoCESIT.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Resende, R. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCl. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2(1), 50-57. Fonte: http://www.ipg.pt/scpd/files/JSPR_2_1.pdf
- Silva, E. L., & Costa, L. C. (2005). O desemprego no Brasil na década de 1990. *Revista Emancipação*, 5(1), 9-36. Fonte: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/58>
- Simões, P. H., Alves, J. E., & Silva, P. L. (2016). Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: Paradoxo do baixo desemprego? *R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro*, 33(3), 541-566. doi:<https://doi.org/10.20947/S0102-30982016c0005>
- Sousa, E. J. (2020). Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais [Tese de Doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- Topalov, C. (1990). A invenção o desemprego: reforma social e moderna relação social na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos no início do Século XX. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 33(3), 379-416. Fonte: <https://drive.google.com/file/d/17F2Jxqp4MCiGUktqFLj-gGEd3ylkiWUM/edit>

Anexo A – Guião de Entrevista

Nº	Questões
-	I – Apresentação da entrevista
I	<i>Estamos realizando essa entrevista no sentido de compreender as trajetórias e expectativas de vida de jovens brasileiros em situação de desemprego. Nosso objetivo com esta entrevista é saber qual o significado ou o peso atribuído por cada pessoa sobre este problema, bem como compreender o trajeto no mercado de trabalho e as expectativas sobre futuro. Esta etapa do trabalho responde às exigências de investigação para uma dissertação de mestrado. Devo informar que o princípio da confidencialidade será respeitado e o anonimato do(a) entrevistado(a) garantido. A entrevista será gravada para fins de transcrição, análise e exposição de trechos na dissertação.</i>
-	II – Dados pessoais
II.1	Idade
II.2	Gênero
II.3	Cor ou raça/etnia
II.3.1	Cor branca
II.3.2	Cor preta
II.3.3	Cor parda
II.3.4	Cor amarela
II.3.5	Raça/etnia indígena
II.4	Estado civil
II.5	Parentalidade/maternidade
II.6	Local de residência
II.7	Agregado familiar
II.8	Nível de escolaridade
-	III – Trajetória no mercado de trabalho
III.1	Qual sua percepção sobre o mercado de trabalho hoje?
III.2	Como se vê perante o mercado de trabalho?
III.3	Como foi sua inserção no mercado de trabalho? Em caso de não inserção: Por quê? Em caso de inserção: III.4-III.5
III.4	Como foi sua trajetória profissional até aqui?
III.4.1	O trabalho formal esteve presente na sua trajetória profissional? Se sim: Por quanto tempo?
III.4.2	O trabalho informal esteve presente na sua trajetória profissional? Se sim: Por quanto tempo?
III.4.3	O desemprego esteve presente na sua trajetória profissional? Se sim: Por quanto tempo?
III.5	a) Qual ponto positivo das experiências profissionais na sua vida? b) Qual ponto negativo das experiências profissionais na sua vida?
III.6	Como gostaria que fosse sua situação profissional hoje?
III.7	O que o trabalho representa para você?
-	IV – Percepção sobre o desemprego
IV.1	Você se considera como desempregado? Se a resposta for não: Por quê? Se a resposta for sim: IV.2-IV.6
IV.2	O que o desemprego representa para você?
IV.3	O desemprego provoca quais sentimentos em você?
IV.4	Quais as implicações da falta de trabalho na sua vida?

IV.5	O desemprego lhe trouxe algo de positivo?
IV.6	Qual a pior parte da experiência do desemprego?
IV.7	Você identifica alguma dificuldade para conseguir trabalho?
IV.8	Que tipo de trabalho você busca?
IV.9	Qual sua estratégia para conseguir trabalho?
-	V – Perspectiva em relação ao futuro
V.1	O que você espera da vida adulta?
V.2	O que você sente quando pensa em futuro?

Anexo B – Grelha de Análise das Entrevistas

Quadro B.1 – Caracterização dos entrevistados

Ivone	20 anos; sexo feminino; cor branca; solteira; vive em Niterói-RJ com parentes (mãe e padrasto); ensino superior incompleto em instituição particular.
Teresa	23 anos; sexo feminino; cor branca; solteira; vive em Niterói-RJ com parentes (mãe e pai); ensino superior completo em instituição particular.
Adoniram	16 anos; sexo masculino; cor parda; solteiro; vive em Bom Jardim-RJ com parentes (mãe e pai); ensino fundamental incompleto em instituição pública.
Jorge	23 anos; sexo masculino; cor branca; solteiro; vive em Niterói-RJ com parente (avó); ensino superior incompleto em instituição pública.
Leci	18 anos; sexo feminino; cor parda; solteira; vive em São Gonçalo-RJ com parentes (mãe, pai e irmã); ensino médio incompleto em instituição pública.
Nelson	16 anos; sexo masculino; cor branca; solteiro; vive em Niterói-RJ com parente (mãe); ensino médio incompleto em instituição particular.
Zeca	24 anos; sexo masculino; cor preta; solteiro; vive no Rio de Janeiro-RJ com parente (mãe); ensino superior incompleto em instituição pública.
Clara	28 anos; sexo feminino; cor parda; solteira; vive em Niterói-RJ com parentes (mãe e irmã); ensino superior completo em instituição pública com pós-graduação.
Moacyr	28 anos; sexo masculino; cor branca; solteiro; vive em Niterói-RJ com parentes (pai, mãe e irmã); ensino superior completo em instituição particular.

Quadro B.2 – Grelha de análise - Trajetória no mercado de trabalho

<p>Ivone</p>	<p>“No meio atual que estamos vivendo, eu tô vendo sim muitas pessoas desempregadas e ao mesmo tempo eu vejo por reportagem, internet, que tem muitos lugares buscando essas pessoas. E aí eu meio que tô perdida nesse meio tempo, porque eu vejo informações que tem muito emprego e muita gente desempregada. Aí eu tô meia confusa nesse momento sobre o mercado de trabalho.”</p> <p>“Eu ainda não me sinto preparada, a não ser na minha profissão, no que eu escolhi. Ao mesmo tempo que eu fico querendo alguma coisa agora pra mim, pra ter o meu dinheiro, eu fico com medo, com receio. Por não ser minha área, por não saber o que fazer eu fico com medo.”</p> <p>“Não, nunca [<i>trabalhei</i>]. E acredito que por esse medo mesmo. Diariamente eu fico pensando quase toda a semana sobre isso. É um certo medo que eu tenho não sei por quê. Por não ser o que eu escolhi no momento, aí eu fico com esse certo medo. E também acredito que por não ter muita necessidade no momento. Porque pessoas me ajudam, então eu não tenho essa necessidade ainda. Acredito que isso também me prende um pouco no momento.”</p> <p>“Ah, [<i>o trabalho</i>] representa independência (...) Independência é você poder fazer o que quiser porque você está trabalhando, então o que aparecer você pode fazer. Você tem o seu ali guardado e você pode fazer, ajudar o próximo, se eu puder.”</p> <p>“Ah, eu gostaria de ter algo meu, próprio para mim. No caso aí seria um consultório. Trabalhar para mim mesma. Gostaria que fosse assim (...) no meu caso é pro futuro. Penso bastante nisso sim.”</p>
<p>Teresa</p>	<p>“Eu me formei agora no meio do ano e é muito complicado dizer [<i>minha percepção sobre o mercado de trabalho</i>]. Porque no meio da pandemia/ como eu sou arquiteta, o ramo da construção já era uma coisa que tava em crise antes da pandemia. E com a pandemia acabou. Cê não vê mais emprego em lugar nenhum, estágio também. Na época, quando eu precisei arrumar estágio era difícil. Então o mercado de trabalho eu acho que/ agora até tô vendo uma melhora, mas ainda tá bem complicado no mercado de trabalho. Pelo menos pra área que eu atuo, né? Falta muito emprego pra essa área.”</p> <p>“É uma coisa complicada porque eu entrei nesse mundo agora e ainda me sinto um pouco perdida. Eu ainda não tenho certeza do que eu vou fazer, do que eu vou seguir. Eu pesquiso por alto/ ainda me sinto um pouco perdida em relação a isso porque não sei nem o que eu quero fazer, porque eu posso optar por vários empregos em várias áreas diferentes dentro do meu ramo. Então isso é uma coisa que eu ainda sou meio perdida.”</p> <p>“A princípio o que eu sempre quis era trabalhar com projeto, dentro de alguma empresa, ou então de forma autônoma mesmo, mas se aparecerem oportunidades/ como eu tô começando, é aquela coisa: o que eu puder experimentar, pra ver se aquilo desperta um interesse pra trabalhar eu vou pegar. Aparecendo uma oportunidade eu vou encarar pra ver se aquilo me interessa. Eu tô muito assim. No começo aceitando quase de tudo assim dentro da profissão pra poder vê também se eu me encaixo em outras áreas além do que eu já gosto e já faço.”</p> <p>“Quando eu me formei/ meus pais trabalham basicamente na mesma área (...) então os trabalhos que eles pegavam eu comecei a pegar. Eu entrei no meio de trabalho assim, pegando os trabalhos que, no caso, meus pais pegariam – já</p>

	<p>que eles têm anos aqui na região que eles trabalham, então já tem bastante cliente, muita gente conhece e indica. E aí no caso eu tô trabalhando com eles assim. Me inseri junto e tô pegando os serviços.”</p> <p>“Eu trabalhei em casa de festas e depois peguei esse estágio na prefeitura, na época da faculdade. Foi a casa de festa, aí depois a prefeitura e agora trabalhando sozinha.”</p> <p>“[<i>Na casa de festa</i>] só era chamada quando tinha festa e quando tinha vaga, no caso. Não era fixo o trabalho. Eu podia trabalhar também quando eu quisesse. Eu fiquei bastante tempo. Fiquei mais de 1 ano, mas eu não trabalhava sempre. Às vezes eu trabalhava, às vezes não. Tinha mês que eu trabalhava quase todo o final de semana. Tinha mês que eu não trabalhava nenhum final de semana (...) Não sei [<i>com qual idade eu comecei</i>], eu tava no ensino médio. Uns 16, 17 [<i>anos</i>].”</p> <p>“O estágio foi quase dois anos, porque só pode ficar dois anos, né? Só que aí veio a pandemia... faltou alguns meses assim para fazer dois anos.”</p> <p>“Eu nunca procurei emprego. Eu nunca precisei. No caso, eu trabalhei em casa de festa mais pra ter um extra, mas eu nunca precisei trabalhar. Eu sempre tive tudo dentro de casa, então, eu trabalhava só como um extra pra eu sair, pra eu ter alguma coisa que eu queria comprar. Nunca precisei procurar emprego naquela época. Agora que tá vindo essa necessidade.”</p> <p>“Eu acho que o trabalho representa uma forma de você se sustentar, mas também de você fazer alguma coisa que você estudou e gosta de fazer. No meu ver, assim, acho que é bom quando você consegue trabalhar numa coisa que você passou anos estudando pra aquilo e conseguir lucrar, ter dinheiro com aquilo. Pra mim o trabalho é isso, é uma forma de você botar em prática as coisas que você estudou e ser remunerado por isso. Numa forma positiva, quando você consegue.”</p> <p>“Eu acho que foi muito bom [<i>trabalhar</i>]. Em casa de festa foi muito bom para mim, porque eu era bem nova e eu acho que é uma coisa que você já cria uma responsabilidade, eu acho que aprendi a cuidar mais do dinheiro, a economizar, a planejar as coisas, deixar tudo mais organizado. Acho que foi muito bom para mim o estágio, como foi uma coisa na minha área que eu já tava dentro da faculdade, eu aprendi muito, foi super importante, até hoje eu tenho conhecimento lá dentro, conheço gente também, isso é muito bom, sempre atualizado, então acho que o estágio também foi muito importante para mim e me fez crescer muito, até dentro da faculdade me ajudou muito.”</p> <p>“Eu acho não tenho que um ponto negativo [<i>sobre os trabalhos</i>], assim, era mais cansativo porque às vezes o estagiário tem que fazer um monte de coisas chata, mas não tem pontos negativos, eu acho.”</p> <p>“Eu planejava, assim, na faculdade de sair e procurar algum emprego dentro de alguma empresa, né? Na minha cabeça era isso de procurar trabalhar em algum lugar. Só que hoje em dia na minha cabeça eu/ essa coisa do autônoma, de trabalhar por conta própria tá começando a ganhar um espaço. Eu acho que pode ser uma forma boa de entrar no mercado. E pode ser uma forma interessante de trabalhar. Hoje em dia minha cabeça tá mais dividida entre procurar um emprego e crescer sozinha mesmo por conta própria.”</p>
Adoniram	<p>“Hoje em dia eu acho que tudo... como que eu posso dizer isso? Não é que releva, tipo, por exemplo, eu tava trabalhando até esses poucos tempos/ não um trabalho de carteira assinada. Mais um bico ajudando minha prima em um depósito. Eu tava ganhando direitinho, tranquilo, só que aí... não posso dizer</p>

	<p>que me apunhalaram; falaram pra ficar uma semana em casa e já to há um ano aqui de bobeira, entendeu? Eu acho que tudo conta desde... não sei como explicar isso muito bem porque eu sou novo nessa área, entendeu?”</p> <p>“No momento eu não me vejo encaixado ainda no mercado de trabalho por causa de questões escolares. No máximo que eu posso ver é questão de emprego de meio-período. Jovem aprendiz (segmento de texto inaudível) por exemplo, das 8h às 13h, assim, mais ou menos, dependendo do seu horário. Se você estuda de manhã ou de tarde (segmento de texto inaudível) Me vejo no momento, assim, parado.”</p> <p>“Eu comecei a fazer uns bicos quando eu tinha mais ou menos uns onze pra doze anos, mas era com meu irmão. Eu só dava uma mãozinha nele só na questão/ tipo, minha mãe tinha um mercado na época aqui/ não era um mercado, era mais uma vendinha, assim e tal; eu embalava, limpava, limpava as prateleiras. Fazia mais por fazer mesmo, mais por obrigação mesmo. Depois disso eu comecei a ajudar meu irmão, que ele trabalha de sacoleiro com esses negócios de lingerie e calcinha, enfim. Eu ajudava ele lá, como carregar o carro, a rodar kit, ajudava ele direto. Ele sempre me dava um dinheirinho, mas coisa boba, só para fazer um agrado. Depois disso, eu comecei a trabalhar no depósito da minha prima. Que foi o momento que eu tava trabalhando. Era 9 horas de serviço. Ganhava 30 reais o dia – o que eu acho absurdo, mesmo que seja meu primeiro emprego. 30 reais por dia por 9 horas de serviço é muita pouca coisa. E atualmente eu tô parado (...) [<i>parado há</i>] um ano.”</p> <p>“Sim [<i>considero o desemprego presente</i>]. Nesse um ano eu já busquei outras oportunidades de emprego e não chegaram nada até agora.”</p> <p>“O trabalho representa basicamente a vida, porque sem dinheiro hoje em dia a gente não consegue viver. A gente não vive no comunismo. A gente vive na porra de um sistema capitalista e é duro, né? Perdão pelo palavrão aí, mas saiu sem querer.”</p> <p>“Cara, eu acho [<i>que de positivo</i>] um aprendizado pra você ser um pouco mais ligeiro nas questões gerais, entendeu? Ajuda bastante. Tipo, eu era uma pessoa bastante parada, aí quando eu entrei na rotina de trabalhar, me tornei uma pessoa mais ativa, me tornei mais ligada quando as pessoas falavam comigo, já era mais esperto nas maldades delas. Então ajuda bastante nesse quesito.”</p> <p>“Trabalhar, para mim, eu acho que não tem um ponto negativo, mas eu acho, assim, que é um/ tipo, o negativo é a questão da carga horária que tem hora que, por exemplo, trabalhava 9 horas pra ganhar 30 reais, cara. Isso já mostra que era muito duro. Eu era de menor, era pra ser meio-período. Não era um negócio muito certo do meu ponto de vista.</p> <p>“Cara, nessa questão [<i>de conciliar estudo e escola</i>] foi até tranquilo, porque ano passado era época de pandemia e tava tudo por vídeo aula, enfim, era mais tranquilo, conseguia encaixar direitinho, mas se fosse presencial acho que seria mais difícil sim, com certeza. Tá nos dois ao mesmo tempo não tem como não, é um ou é outro. Ainda mais 9 horas.”</p> <p>“Cara, com certeza empregado. Com emprego que dá pra manter minha/ suprir minhas necessidades, ajudar minha família. Ser uma pessoa tranquila, sabe? Viver mais tranquilo, num ficar dependendo de pai e mãe, que é meio difícil, meio duro essa parte. Basicamente isso.”</p>
Jorge	<p>“Eu acho que [<i>o mercado de trabalho</i>] tá complicado. Porque eu acho que são poucas vagas de maneira geral e essas poucas vagas, muitas vezes, exigem</p>

algum nível de experiência que fica difícil pelo fato de já serem poucas vagas, né? Fica difícil ter a experiência. Tem pouca vaga e muita gente.”

“Eu acho que ao mesmo tempo que eu me sinto qualificado, eu também me sinto um pouco/ como se eu não tivesse meio que um diferencial. Por mais que eu seja qualificado eu entendo que tem muita gente com as mesmas qualificações e tudo isso. E como são poucas oportunidades fica mais difícil (...) [o diferencial] é tanto em questão de formação, quanto talvez de perfil de trabalho mesmo.”

“O ensino médio eu fiz técnico e aí eu cheguei a estagiar por pouco tempo como técnico mesmo numa *startup*. Isso quando eu tinha uns 18 anos. Mas aí depois eu não segui isso e na época eu fiz um período só de História e depois eu fui pra Psicologia e tô até hoje. Aí eu cheguei a ter alguma experiência com estágio, mas foi por pouco também. Porque o que aconteceu foi: que eu tava num estágio, aí eu ia trocar de estágio porque eu tinha passado num outro que era melhor remunerado, só que aí teve um problema lá por questão mais de burocracia mesmo, aí eu acabei não conseguindo entrar nesse estágio. Mas nesse meio tempo sempre tava procurando estágio, sempre procurando. Cheguei a fazer algumas entrevistas, mas eu não conseguia.”

“Aí como eu tô meio que chegando no final da faculdade, eu me formo ano que vem, eu desisti de procurar o estágio. Quer dizer, eu ainda/ quando alguma vaga me interessa de fato aí eu me candidato, mas eu já não procuro mais qualquer vaga, porque como eu tô indo pro final na graduação, eu preferi me dedicar mais àquilo que vai me acrescentar mais no que eu pretendo fazer profissionalmente. Então, no momento eu tô num estágio curricular, que é o estágio obrigatório.”

“Acho que [o trabalho é] uma espécie de equilíbrio entre tá fazendo alguma coisa que eu me interesse em fazer e tá fazendo uma coisa que me permita ter uma boa condição financeira. Eu acho que não dá pra eu só fazer o que eu tô a fim de fazer, mas acabar não conseguindo me manter no futuro (...) Mas, assim, pensando no futuro, eu penso assim: o trabalho é o que vai me conseguir fazer me manter, mas ao mesmo tempo, como é algo que eu vou passar muito tempo fazendo eu gostaria que fosse algo que eu realmente gostasse ou, pelo menos, me importasse como o que eu tô fazendo.”

“Cara, eu acho que [o ponto positivo] quando eu estagiei em eletrônica foi de perceber que eu realmente não gostava de fazer aquilo. Eu fazia, eu sabia fazer, conseguia fazer tranquilo, mas era uma coisa muito/ não gostava, não me via muito fazendo aquilo. E já no outro, acho que foi o contrário, eu descobri uma atuação que eu esperava não gostar, na verdade (...) e eu achei legal. E, além disso, tinha uma carga teórica no estágio. Então foi legal ter essa outra perspectiva, conhecer uma parada que eu achava que eu não ia me interessar.”

“Nessa segundo experiência foi realmente mais a questão da Covid mesmo, porque fora isso eu gostava de estar lá. A remuneração era bem baixa. Isso é um ponto negativo. Ficava meio complicado, mas como era perto de casa eu ia a pé, era tranquilo, mas a remuneração, de fato, era bem baixa. No outro, acho que o ponto positivo se tornou a mesma coisa que o negativo, porque foi positivo eu ter confirmado que eu não gostava de fazer aquilo, mas também foi negativo o fato de eu tá fazendo aquilo sem tá interessado.”

“(…) mas acabou não rolando e tal e eu fiquei sem estágio mesmo e aí foi que eu decidi parar de procurar qualquer estágio.”

	<p>(...) praticamente desde que eu entrei na faculdade eu procurava estágio, assim, desde o segundo período lá. E só fui conseguir tempos depois.”</p> <p>“(...) eu passei a faculdade toda sem trabalhar, sem tá em estágio.”</p> <p>“Cara, eu acho que nesse momento eu gostaria de tá com um estágio. Com uma remuneração ok, assim, ou com algum trabalho, mas com horário reduzido, né? Porque (...) eu tô na faculdade ainda.”</p>
Leci	<p>“Eu vejo o mercado [<i>de trabalho</i>] ao mesmo tempo que é complexo de você conseguir, qualquer pessoa consegue pelo seguinte fato de ser bem complexo a forma como que cê consegue o salário-mínimo, a forma como o dinheiro ele é valorizado pro empregado, né? Então é bem complicado você conseguir e quando cê consegue cê vê toda uma trajetória de esforço, de todo o tempo, de dedicação e você vê que o que você recebe não é compatível com o trabalho árduo – tanto mental, quanto físico. Você vê que é bem pouco e desvalorizado, né? Então, assim, é difícil, mas quando consegue, você vê que não é valorizado. O nosso contexto de crise, que a gente vive, sempre vai ter gente que vai preferir recuar pra algo melhor, mas nunca vai/ se a gente continuar assim, a gente nunca vai conseguir essa evolução pra gente requerer nossos direitos de um aumento ou algo parecido, por conta de sempre ter gente que vai ser disponível e sujeito a receber aquele tipo de salário, por conta do contexto que a pessoa tá passando, às vezes, financeiramente. Que às vezes a pessoa se sujeita a passar por aquele tipo de salário, mesmo não sendo o adequado, o certo de acordo com suas funções.”</p> <p>“Hoje eu me encontro desempregada no trabalho formal e informal também e eu vejo que o que falta pra mim é alguém que possa me indicar, porque eu vejo que eu me enquadro em vários perfis em questão de ser estudante ainda. Me enquadro em todos os requisitos pro Jovem Aprendiz. Já coloquei em várias empresas. Tem alguns que não consegui passar no processo seletivo, outras estão em andamento. Então eu vejo que talvez o que eu quero realmente – porque eu quero uma coisa mais seleta, mais à altura – acaba tendo que ter algo a mais, que eu chamo de “Q.I.”. “Quem indique”.”</p> <p>“Por eu sempre querer trabalhar de carteira assinada através do jovem aprendiz porque, assim, eu fiz 18 anos ano passado, então eu sabia que menor aprendiz no caso poderia trabalhar, sendo que eu nunca consegui e aí é aquela coisa do precisar/ do precisar, não do ‘necessitar’, né? mas eu sempre precisei do dinheiro pra fazer minhas coisas pessoais e nunca tinha. Aí eu comecei a desenvolver o meu trabalho informal, que foi começar a vender trufas, e mesmo assim, tentando o trabalho formal. Nunca consegui um jovem aprendiz e por meio de uma conhecida de conhecido que abriu uma lanchonete, fui atrás dessa oportunidade de acordo com o que foi combinado e chegando lá nessa empresa nada do que foi dito foi combinado {feito} pontinho à pontinho. Virou exatamente uma bagunça e eu tava fazendo coisas a mais e recebendo a menos. Então a minha experiência foi que quando eu tive a experiência de ter, não foi o combinado.”</p> <p>“Trabalho hoje depende muito de qual área você conseguir, mas independente, o trabalho representa/ independente do trabalho, você se sente uma pessoa melhor, mesmo que você se sinta cansado. Independente de que eu tô ali empreendendo minha mão-de-obra, mesmo que seja pouca, mesmo eu sabendo quantos anos ou meses eu vou ficar, o patrão tá querendo minha mão-de-obra. Você se sente útil e você tem uma recompensa, sendo boa ou não, você tem. Então acaba eu vendo o trabalho dessa forma, você sendo útil pro mercado</p>

e você acaba também podendo ajudar outras pessoas quando você trabalho – tanto em questão de informação, quanto de ajuda financeira ou de outros aspectos, então quando a pessoa trabalha ela se sente útil em várias formas, de você participar de um certo ciclo de amigos que você vai conseguir sair, você vai ter ali porque você está ativo no mercado de trabalho ou então em diversos aspectos que você só pode fazer se você estiver ativo no mercado de trabalho então a pessoa que não trabalha hoje, que não tem nenhum meio financeiro, a pessoa não consegue sair, a pessoa não consegue arcar com nada, a pessoa não consegue fazer nada. Então acaba a pessoa sentindo/ não que a pessoas seja inútil, mas a pessoa se sente inútil por não consegui fazer nada e por depender de terceiros. Então o trabalho traz autonomia. A palavra correta é essa. Traz essa autonomia, né? Autonomia da pessoa ter ali ele o seu dinheiro.”

“(…) minha maior parte foi experiência informal (…) mas a minha experiência no mercado formal não foi positiva (…) se eu entrei no mercado informal foi por conta do desemprego.”

“Todas elas eu acabei requerendo /*adquirindo*/ muita experiência em como eu vou falar com as pessoas, saber me ponderar, ter equilíbrio sobre minhas emoções, isso me ajudou muito. Ter também algo muito importante que é responsabilidade financeira sobre o que gastar, até onde eu posso gastar. Me mostrou realmente a importância do dinheiro (…) o emprego me ajudou a não ter dependência. A não deixar o dinheiro me dominar, a experiência da lidar com o público, de saber ter uma organização financeira. Esses são os pontos principais que me ajudou (…) [*saber*] o significado do que é os 50 reais. Às vezes é um dia de trabalho, às vezes são horas na rua pra tentar vender algum produto.”

“o [*ponto negativo do*] informal é você ficar desempregado a qualquer momento e não ter nada pra te assegurar, por exemplo vivíssimo, eu agora porque (…) eu tô sem dar aula. Sem dar aula, sem trabalho. Sem trabalho, sem dinheiro. Sem dinheiro é tudo um ciclo, então acaba ao mesmo tempo que eu recebo mais por dar aula em bem menos tempo, também se eu perder eu não tenho nada para me assegurar (…) e o ponto negativo do formal é, talvez, quando você assina carteira ou tá prestes de assinar, você tá naquela situação que algo não foi combinado, você ser sujeito às ordens ou você ser sujeito à todas as regras daquela empresa, mesmo não concordando (…) se você não tá afim de trabalhar, não tem essa, você tem que trabalhar com sol ou com chuva. (…) Eu lembro que eu trabalhava de segunda à sábado. E sábado eu largava às nove horas da noite (…) chegava em casa cansada (…) você não poder se reorganizar pra ter uma saúde, um dia a dia, um estilo de vida melhor”.

“Eu gostaria que ela [*situação profissional*] fosse no mercado de trabalho formal.”

“Hoje no Brasil é tão complexo você conseguir isso, porque parece que se você desejar determinada área você tem que conhecer fulano, tem que pagar ciclano, é tudo algo bem, bem feio. Eu não sei a palavra certa, mas é tudo uma maracutaia pra você conseguir trabalho (…) Então, o que eu desejo hoje é realmente parece clichê, mas direitos iguais, justo, processos seletivos iguais pra todos, todos têm direito, se você não passou foi porque você não conseguiu por conta disso, disso e disso e ter uma explicação por trás, sabe? Simplesmente hoje quando já se tem vaga já é destinado àquelas vagas pra certas pessoas.”

	<p>“Eu preferia o mercado formal por conta disso [<i>estabilidade do emprego</i>]. Não por conta do estilo de vida, por conta das responsabilidades financeiras que hoje eu tenho que arcar.”</p>
Nelson	<p>“Sinceramente eu acho que eu não tenho articulação argumentativa e nem conteúdo mesmo pra dar uma resposta (...) Eu não tenho conteúdo pra responder essa pergunta [<i>sobre percepção no mercado de trabalho</i>] de maneira apropriada. Eu não sei responder.”</p> <p>“O Nelson de hoje, eu acho que ele não tem obrigação com isso [<i>trabalho</i>]. Na verdade, o Nelson de hoje, ele tá muito mais preocupado se ele vai ou não conseguir passar pra uma Universidade pública. Eu não me pego pensando muito nisso. Eu sim me preocu/ eu penso muito “ah, nossa, dinheiro”, “como é que eu vou conseguir dinheiro?”, “preciso de dinheiro”. A preocupação de todo mundo, né? “Nossa, que merda! Preciso de dinheiro”, “vou crescer e vou precisar me sustentar”, “vou crescer e vou precisar fazer alguma coisa”. Só que eu nunca me aprofundo muito nisso. É uma parada superficial. Sim eu preciso. Sei que preciso. É um pensamento que ele sempre tá ali, mas ele não é muito profundo. Ele é bem superficial. Eu não me vejo diante do mercado de trabalho agora.”</p> <p>“Não [<i>tive experiências de trabalho</i>]. Acho que não.”</p> <p>“O conceito de emprego me dá medo por aquela questão da pressão de quem “nossa, preciso arranjar dinheiro”, “preciso fazer isso, preciso fazer aquilo”. Também tenho medo de/ por exemplo, tenho muita dificuldade na vida escolar porque eu tenho doença chamada TDAH (...) Eu tenho medo disso se repetir, por exemplo. Eu não sei se eu vou conseguir lidar bem com isso. Eu não sei como é que vai ser, tá ligado? Eu tenho algumas coisas. Eu quero trabalhar de uma maneira específica. Trabalhar num lugar específico. Só que eu não sei nem se eu vou conseguir isso. Eu tenho a pretensão, mas essa pretensão ela vai mais pra questão da Universidade (segmento de texto inaudível) que eu acho que se eu entrar numa Universidade, eu acho que eu consigo. O problema é entrar na Universidade (...) Então como o emprego é uma etapa que vem depois da Universidade num mundo perfeito. Eu tenho muito medo de não conseguir lidar bem quando eu chegar lá e nem de se quer conseguir chegar lá.”</p> <p>“Então, o que eu queria era me formar em Psicologia, ter uma classificação alta, por assim dizer, e ter uma Universidade me dando suporte pra eu fazer as minhas pesquisas sobre o assunto.”</p>
Zeca	<p>“Acho que a primeira coisa que me vem à cabeça [<i>sobre o mercado de trabalho</i>] é que é difícil entrar e participar, né? Eu acho que todo mundo que eu conheço, que tem uma boa posição dentro desse mercado, eles contam que deram sorte, contatos, conheceram, por acaso, alguém que deu muita oportunidade. Não é tão simples, tipo, você tem uma boa formação e aí você, conseqüentemente, vai ter um bom trabalho, sabe? Pelo que eu vejo não é bem assim. Claro que isso é importante, mas é mais ou menos por aí. Uma boa formação é o mínimo e sorte é meio que quase que o outro mínimo.”</p> <p>“Eu me vejo/ eu não sei se eu diria preparado, mas quase preparado pra atuar na minha área. Mas pensando em outras áreas, eu não tô indo atrás, mas se aparecesse na minha frente eu me sentiria preparado (...) se acontecesse alguma coisa assim [<i>oferta de trabalho</i>] na minha vida eu me sentiria preparado pra atuar de maneira mais geral fora da minha área. Agora na minha área eu tô me formando e quando eu me formar eu já me sinto preparado.”</p>

	<p>“Desde que eu comecei a deixar de ser criança e pensar nessas coisas mais concretas, eu sempre quis trabalhar dentro da minha área ou no que eu achava que seria minha área. No começo eu queria Biologia, aí fui pra Psicologia, mas eu nunca pensei concretamente em trabalhar fora da minha área. Não sei se por privilégios de classe média mais ou menos ajeitadinha, longe de ser alta (...) E aí eu nunca tive a necessidade real mesmo de trabalhar fora da minha área. E a minha mãe também ela sempre fala: “Ah, o seu papel é estudar e quando você se formar, cê trabalha lá na sua área de escolha”. E aí eu tô indo nessa. Quase me formando e vou trabalhar. E tô ansioso, inclusive. Mas pensando em outras coisas, tipo, bolsas, estágio por fora da faculdade, eu nunca fiz. Bolsas já participei de um monte de disputas, mas nunca consegui nenhuma. Infelizmente. Mas a formação inteira eu tive atrás. Acho que por azar mesmo que eu não consegui. Uma experiência mais concreta que eu tive foi em um desses estágios obrigatórios (...) e agora que eu tô no SPA [<i>Serviço de Psicologia Aplicada (estágio curricular)</i>] é o que despertou "ah, eu tô trabalhando", sabe? Mas oficialmente não, né? Mas eu acho que é importante dizer que eu já me sinto trabalhando assim desde que eu comecei a atender no SPA.”</p> <p>“É uma coisa que todo mundo tá se preparando desde que nasce, né? Porque o trabalho é uma coisa da condição humana. É uma coisa muito presente. É um chão de qualquer cultura. É uma coisa antropológica. Muito importante. Muito presente. Quase naturalizado, sabe? É o que sustenta a vida, tanto a individual, quanto a coletiva, enfim, de uma sociedade, de uma cultura (...) Estar bem pra trabalhar e trabalhar de forma digna, saudável e tal é o ponto, sabe? É o sonho. E por mais que a sociedade capitalista dificulte muito isso, é o que eu espero pra vida. É o que eu entendo que vem junto com uma vida boa.”</p> <p>“Faz um bom tempo que eu penso em trabalhar em escola, então o estágio sendo em escola foi muito importante. Eu diria até realizador (...) Foi muito interessante (...) Eu senti como um primeiro passo pro que eu realmente eu gostaria. E o estágio agora, atendendo, é o que todo psicólogo espera. É uma clínica. Então eu tô com essa sensação de finalmente. Esses dois estágios, na clínica e na escola, tão sendo/ é o que eu quero fazer quando tiver já formado. Não sei se eu vou ter essa sorte (...), mas tendo essas experiências desses estágios eu me sinto mais seguro, com certeza.”</p> <p>“De negativo eu diria que só a falta de remuneração mesmo. É acho que só isso mesmo que vem à cabeça.”</p> <p>“Eu gostaria de tá estagiando de maneira remunerada, não necessariamente no SPA, mas poderia ser, por exemplo, num CAPS [<i>Centros de Atenção Psicossocial</i>], numa escola e, tipo, eu tô sempre atrás desses estágios que pagam 800 reais pro estagiário de Psicologia acompanhar uma turma e tal. Eu tô sempre atrás, mas nunca consegui isso. Eu não diria que eu tô atrás com tanto afinco, mas eu, tipo, mando currículo uma vez a cada dois meses pra alguma coisa dessas assim, mas nunca rolou.”</p> <p>“Gostaria de ter uns 800 reais ou uns mil reais de bolsa e tal. E também poderia estar trabalhando fora da minha área, mas eu acho que seria uma coisa que seria mais difícil e exigiria mais e não me traria tanta realização. Eu só faria se fosse necessário mesmo sabe. O que não tá sendo agora...”</p>
Clara	<p>“A minha percepção [<i>do mercado de trabalho</i>] é que tá cada dia mais sucateado, mais difícil ter um trabalho de carteira assinada, como era antigamente – convencional, né? A gente tem essa questão do <i>uber</i>, do <i>ifood</i>, que eu vejo como</p>

trabalhos muito sucateados, muito ruins, sem vínculo e tudo mais. E é um mercado que não comporta todo mundo que precisa de emprego. Muito já saturado.”

“Eu sempre me vi muito inadequada pro mercado de trabalho. Não acho que eu atendo àquilo que se espera do mercado de trabalho. Mesmo sendo formada e tendo especialização, eu acho que é uma questão de/ eu não tenho um perfil que se adequa. E sempre tive muita dificuldade de entrar no mercado de trabalho mesmo já tendo trabalhado, mas eu sempre convivi com essa questão do desemprego.”

“O meu primeiro emprego foi com 18 anos. Depois que eu já tinha acabado a escola, o ensino médio. Eu, a princípio, fiz vestibular pra alguns cursos e algumas faculdades. Até passei, mas não era exatamente o que eu queria. Então encontrei emprego numa loja [*de roupa*] de shoppingzinho de rua, aqui em Niterói, que foi até através da minha irmã. Ela já trabalhava nessa loja na época (...) e tavam precisando de alguém pra parte da manhã. Aí eu deixei meu currículo lá e trabalhei lá por uns 6 meses a um ano. Fiquei lá até entrar em Jornalismo na Estácio. Eu saí de lá porque não tava dando pra manter as duas coisas.”

“Eu acho que o trabalho significa muitas coisas para mim, porque eu acho que existe um trabalho que difere desse profissional. Na minha vida sempre esteve muito presente o trabalho com a casa, com a comida, de cuidado com as pessoas da família. Acho isso muito importante. Esse trabalho sempre esteve presente e de uma maneira muito natural. Ninguém me mandou fazer isso. É uma coisa que acontece normalmente nas nossas vidas. Porque acho que é algo intrínseco ao ser humano. Mas o trabalho relacionado ao emprego sempre representou um vazio, porque sempre foi uma coisa mal resolvida pra mim, porque eu não consegui realizar plenamente. Não consegui desempenhar essa função para qual eu estudei. Eu sempre quis trabalhar na parte editorial, com livros, e isso nunca aconteceu. Não tenho vínculo com uma empresa, isso é muito chato. Então representa essa coisa não resolvida, essa coisa pra qual eu me esforcei e não consegui realizar ainda, mesmo estando já com 28 anos. Uma idade que já era preu estar estabilizada e podendo fazer mais planos pessoais. Então, o trabalho também está muito ligado a essa liberdade, essa independência, essa autonomia da própria vida.”

“Acho que o único ponto positivo é você sentir que você tá ganhando dinheiro, tem alguma autonomia, alguma independência, nesse sentido assim. Eu ainda não tive independência através do trabalho pra sair da casa da minha mãe e poder me bancar. O que eu acho que é o maior ponto negativo nesse caso, mas o ponto positivo é você ter alguma liberdade na sua vida. De poder comprar as coisas que você precisa, que você quer. E ter alguma autonomia no seu trabalho. Ver que alguém confia em você para desempenhar tal função.”

“Eu acho que o ponto negativo [*das experiências de trabalho*] é ser desvalorizada. Porque eu não acho que eu fui valorizada em nenhum emprego. Eu via que meu trabalho não tinha valor nenhum pra a empresa ou pro empregador (...) isso dava um retorno para eles, mas para mim não voltava nem esse reconhecimento imaterial, nem o valor, porque eu não recebia de acordo com as funções. Sempre foi um salário-mínimo pra desempenhar várias funções na verdade, porque como vendedora você limpa, você lava, organiza a loja, faz vitrine, coisas que não é pra vendedora fazer. Assim como recepcionista também limpava banheiro, vendia planos, fazia várias funções que não era só

	<p>de receber, não era só de recepcionista, de atender telefone. Então, a gente é muito desvalorizado.”</p> <p>“Eu acho que eu nunca fui muito disposta a me enquadrar nesse perfil que é você viver para o trabalho. Sempre ter várias atitudes na vida e várias escolhas pensando nesse trabalho, em se capacitar pra esse trabalho ou fazer vários cursos e viagens já pensando nesse trabalho. Ou ter uma visão de mundo que pensa muito em lucro, em se dar bem, em ser bem-sucedido profissionalmente. Eu acho que sempre fui muito diferente disso. Então, acho que foi sempre muito difícil pra mim também por causa disso, mas não só por isso. Acho que é realmente difícil encontrar um emprego (...), mas, vejo essa questão do perfil como algo que eu tenho dificuldade de me adequar.”</p> <p>“[<i>O trabalho informal</i>] era uma coisa que eu fazia pra ganhar um dinheiro. Não me sustentava, não me ajudava tanto, mas, pelo menos, bancava meus gastos diários com a faculdade.”</p> <p>“Eu vejo [<i>o desemprego</i>] presente desde o começo, porque como eu nunca tive esse vínculo, essa coisa duradoura, então eu sempre lidei com o desemprego. Por eu não estar empregada em lugar nenhum. E até fazendo algum bico, eu me sinto desempregada, porque não é algo que me dá segurança nenhuma.”</p> <p>“Eu gostaria de trabalhar na minha área e ter mais segurança, ter um contrato, a carteira assinada, um plano de carreira. Isso pra mim seria o ideal. Eu estudei pra isso, mas não aconteceu.”</p>
Moacyr	<p>“Minha percepção do mercado de trabalho é uma perspectiva ruim como um todo. Porque ainda que tenham demandas, essas demandas são baseadas muito numa exploração e concentração de rendas pelas pessoas que detêm o domínio maior sobre o capital. O dono da empresa acaba que tira milhares de reais e escalonando pra baixo vai tendo uma diminuição muito severa na remuneração. Em contrapartida tem uma carga de horário muito extensa, então não é uma perspectiva muito boa, inclusive na minha área. Acaba que tem uma demanda muito grande de trabalho pruma remuneração extremamente baixa, então acaba que não compensa, muitas vezes, você adentrar no mercado privado, trabalhar pra algum outro escritório ou alguma outra empresa, porque financeiramente não compensa, tanto pela remuneração, ?ao comparar? suas horas, quanto pela saúde mental, como um todo.”</p> <p>“Eu sou qualificado, tenho plena capacidade disso, sou uma pessoa capaz, por já ter experiência em diversas áreas, mas, ainda assim, sinto uma desvalorização enorme. Tanto no mercado, como um todo. Quando se vai prestar uma terceirização de serviços na advocacia os valores são ínfimos. Acabam que pegam trabalhos que levam horas, duas horas pra fazer (...) ou um trabalho que pode levar tanto como 5 minutos, como pode levar mais de meia hora ou uma hora, mas com uma remuneração extremamente baixa: 20, 30, 40, 50 reais, com sorte. Então acaba que é uma perspectiva extremamente ruim, porque acaba que não compensa. Porque cê tendo o seu deslocamento até o serviço, tem o deslocamento pra volta de casa, mais o trabalho que você vai ter intelectual, às vezes de se realizar o trabalho no momento ali, então, acaba que pesando na balança alguns trabalhos não compensam e, também, não aparece uma demanda muito grande a ponto de ser algo vantajoso. Acaba que ficam muitos pequenos trabalhos esporádicos em momentos ruins e horas ruins que acabam que não compensam muitas vezes você realizar, então acaba que é melhor esperar por algo melhor ou se tiver um tempo livre consegue ter algum</p>

lucro, mas no momento da pandemia muitos desses trabalhos não estão acontecendo. Então acaba que mesmo me sentindo qualificado, sabendo que eu sou qualificado, fica uma dualidade da minha qualificação para prestar alguns serviços que são mais simples, que eu não tenho problema de fazer, mas algo tão simples que monetariamente não compensa, pelos motivos que eu falei.”

“(…) minha inserção começou como estagiário de forma voluntária. Eu tava no terceiro período da faculdade, fui no tribunal de justiça, perguntei se tinha alguma vaga pra estagiário, apenas pra acompanhar, pra olhar, pra tentar aprender de alguma forma e me confirmada essa disponibilidade, então fiquei alguns meses, fiquei mais ou menos seis meses (…)

Depois fiz outro estágio voluntário na Defensoria Pública, fiquei mais ou menos de cinco meses, de forma voluntária, porque não abriu vaga na época pra eu conseguir entrar, porque tinha uma lista de pessoas na frente e eu não entrei por esse motivo.

Depois desse período de, mais ou menos, acho que por quatro meses, eu fiquei sem estágio, mas eu fiquei fazendo uma pesquisa científica na faculdade, então não fiquei parado, fiquei trabalhando com iniciação científica. Depois, eu entrei num estágio – foi meu primeiro estágio remunerado (…)

Depois eu fiquei focando para fazer a OAB [*Ordem dos Advogados do Brasil*], a monografia e continuei fazendo a pesquisa. Então nesse período até me formar (…)

Depois eu fiz alguns trabalhos que não remuneraram tanto, mas nessa época a remuneração ainda era um pouquinho melhor do que a de hoje em dia, tinha uma quantidade maior de demanda – também por não estar em pandemia, o mercado pouco aquecido – e conseguia tirar um certo valor pequeno que conseguia pagar as minhas contas morando com os pais ainda, então não seria suficiente para me manter, mas como não tinha muitas despesas fiquei com uma certa tranquilidade.

Depois, eu peguei minha carteira da OAB (…)

e eu fiz uma parceria com um outro advogado mais velho, que era um conhecido. Eu fiquei trabalhando junto com ele, mas aí na concepção dele eu trabalhava para ele, então eu fiquei lá mais ou menos quatro meses, mas era uma experiência completamente ruim, porque a remuneração era extremamente baixa, um pouco mais de um salário-mínimo, vigente na época, e os benefícios seriam apenas comissões, mas nesse período, de todo o tempo que eu fiquei, eu não recebi nenhuma comissão e tinha uma carga de trabalho que não condizia com a realidade da minha profissão (…)

não tinha uma valorização grande [*por baixa remuneração e depreciação na função*]. O Escritório não fornecia estrutura de trabalho, então eu era obrigado a levar o meu próprio computador, então ficava mais uma hora de trabalho um pouquinho extensa, eu entrava à tarde mais ou menos 1 da tarde e ficava até umas 9 horas da noite, então saía de um local perigoso, não tinha auxílio de passagem, então pagava do meu bolso e fiquei nesse período em uma estrutura péssima, tendo que levar o computador de casa, comprar material, tive de comprar folha pra conseguir ter impressora, tive que pagar tinta da minha impressora, então não foi uma experiência inicialmente boa, então como falei foi uma péssima remuneração, com uma estrutura de trabalho extremamente precária.

Depois disso eu saí, fiquei trabalhando de forma autônoma para outros advigadis. Eles terceirizam serviços e eu realizava (…)

Então esse era um

trabalho que eu realizei o ano inteiro e ao mesmo tempo, por ter essa falta de perspectiva, eu resolvi focar em concurso público, já que aqui no Brasil que é uma área que te garante uma estabilidade, que te dá um certo conforto pra você conseguir usar melhor o seu dinheiro e ter uma vida um pouco mais tranquila. Então resolvi ao mesmo tempo que eu tava realizando esse trabalho para outras pessoas, eu intercalava com esses estudos.

Porém, no final do ano, um monte dessas parcerias foram cortadas, resolveram encerrar, porque alguns falaram que era porque eu tava cobrando de forma excessiva o valor pelo meu trabalho, mas eu considero que não. Eu cobrava exatamente o valor que a tabela da minha organização recomendava (...) e a organização, ela define os preços padrões o qual recomenda-se que não se cobre abaixo para não haver um aviltamento dos preços, mas ainda que tenha essa recomendação, essa vontade deles, é algo que é extremamente descumprido por todos os escritórios no Brasil (...) então acaba que precariza muito a profissão, jogando o preço pra baixo, a remuneração pra baixo (...) e eu fui tendo cada vez menos trabalho e remuneração, perspectiva.

Então resolvi focar integralmente nos estudos [*de concurso*] e depois veio a pandemia e eu fiquei completamente sem emprego, então só fiquei estudando e tendo um auxílio dos meus pais para me manter, porque o dinheiro que havia economizado ele acabou, então eu fiquei contando com esse apoio deles. E não só nesse momento, mas em vários momentos desde que eu acabei a faculdade eu ainda contei com esse apoio.”

“(...) Até o presente momento fiquei/ estou desempregado e muito esporadicamente eu faço algum bico [*na minha área*] (...) mas se for contar nesse ano, se eu fiz esse trabalho cinco vezes foi muito. Então eu tô desempregado e a minha perspectiva, no geral, acaba que hoje em dia é bem ruim.”

“Para mim o trabalho representa uma ocupação para a cabeça e uma forma de sustento, uma forma de eu conseguir atingir objetivos materiais e, também, objetivo espirituais, que acaba que para mim estão linkados. Que hoje em dia, nessa sociedade capitalista, pra a gente adquirir bens, uma tranquilidade, a gente precisa dessa remuneração, precisa do dinheiro que é essa questão de realizar troca, então o trabalho para mim representa isso – uma forma de se atingir uma tranquilidade.”

“Os pontos positivos foram agregar conhecimentos e pelo fato da minha profissão ser um trabalho intelectual, muitas vezes aparecem processos e trabalhos novos que nós somos obrigados a estarmos qualificando a todo o tempo, então se aparece uma coisa que é um pouco diferente do que eu estou acostumado eu sou obrigado a fazer uma pesquisa, a estudar sobre um assunto novo, buscar sempre me atualizar. Então, são coisas que sempre agregam um conhecimento, um novo conhecimento diário.”

“Os pontos negativos das experiências foi uma falta completa de estrutura quando trabalhei junto com outra pessoa e quando prestava serviços para terceiros era uma falta de comunicação sobre como queria que fosse realizado o serviço ou então uma discussão acerca da forma como eu estava trabalhando ou como eu estava realizando o meu serviço, coisa que eu considero um pouco inadequada, quando você contrata uma pessoa e ela realiza o trabalho. Se não é da sua área de expertise, de especialidade, eu não considero que você deve se manifestar sobre o assunto ou se está com uma dúvida acho que o correto é pedir pra pessoa explicar o porquê daquilo ser daquela forma, então muitos desses

problemas foi tanto parte de estrutura quanto da parte de um prazo que muitas vezes eram prazos impossíveis de serem cumpridos e também a questão de, como eu já havia dito, da remuneração. Às vezes é um trabalho simples, mas que levavam muitas horas e uma remuneração muito baixa (...) Então esses são os pontos negativos. É, basicamente, uma desvalorização total da minha profissão.”

“Em relação aos estágios voluntários (...) Eu só queria entender, basicamente, como funcionava a rotina do órgão principal da minha profissão que é o Tribunal de Justiça, para entender basicamente como funciona internamente para eu poder saber atuar no futuro. Depois a minha segunda experiência, mas uma das experiências ruins do Tribunal de Justiça, para mim, foi uma falta de qualificação dos próprios servidores públicos que eu lidava mais. (...) isso era uma coisa que atrapalhava meu próprio desenvolvimento, porque quando eu tinha dúvidas não tinha com quem tirar, então eu tinha que correr atrás sozinho para conseguir entender o que estava acontecendo, então esse é um ponto negativo. E o ponto positivo foi pelo simples fato de eu ser capaz de entender como funciona os órgãos públicos os quais eu trabalhei. Então todos eles os pontos positivos e negativos são, basicamente, os mesmos assim.”

“Como eu gostaria, basicamente, seria já ocupando um cargo público, baseado em um concurso público, porque é o que eu desejo no momento que eu estou vivendo (...) como eu gostaria de estar no momento seria empregado, com um salário fixo e trabalhando em um órgão público ou se aparecesse uma oportunidade boa no mercado privado, com um bom contrato, com uma certa segurança eu com certeza iria aceitar, mas teria que ser uma remuneração compatível com meu serviço, com minha qualificação, uma coisa que hoje em dia não acontece, tem que ser na base de uma exploração, uma dedicação exclusiva, sem descanso na semana, então essa é a forma como eu gostaria de estar.

Quadro B.3 – Grelha de análise - Percepção sobre o desemprego

<p>Ivone</p>	<p>“Me considero sim [<i>desempregada</i>].”</p> <p>“Desemprego para mim? eu me sinto como se fosse inferior a quem trabalha. Me sinto assim. Uma inferioridade. (...) É o que represen/ me sinto assim. Inferior mesmo. Inferior.”</p> <p>“No momento, [<i>o desemprego provoca</i>] tristeza. Isso me deixa chateada. Não estar trabalhando me deixa chateada, por já ter assim 20 anos. Ah, não pode significar grandes coisas, mas já cheguei a uma certa idade, não tenho mais 15, que é aquela coisa que não tem esse compromisso todo. Então me causa uma certa tristeza sim, às vezes.”</p> <p>“Não, [<i>o desemprego</i>] não causa [<i>implicações</i>] não. É mais bem pessoal mesmo. Eu comigo mesma.”</p> <p>“[<i>A pior parte do desemprego é</i>] deu querer certas coisas e aí se eu tivesse, no caso, com o emprego eu poderia comprar essas coisas com meu dinheiro. Fazer tais coisas com o meu dinheiro”</p> <p>“[<i>De positivo, o desemprego trouxe</i>] nessa parte dos estudos, que foi até onde eu só tive esse compromisso. Com a escola e agora a faculdade, eu só ganho tempo pra isso, pros estudos. Eu tenho esse tempo maior pra estudar. Pra fazer essas coisas. Então de positivo me causou isso. Não acordo muito cedo pra ir prum trabalho ou chego correndo, não, não tenho. Então de positivo eu tenho isso. Faço minhas coisas com calma, eu tenho todo o tempo do mundo pra estudar.”</p> <p>“Não busco [<i>trabalho</i>]. Aí tá o problema. Porque eu fico martelando muito isso dentro de mim sobre o medo, de não saber o tipo de trabalho pra pegar agora e aí não busco, ainda não busquei nada. Fico pensando, mas não vou atrás.”</p> <p>“Eu não vejo isso [<i>dificuldade de inserção</i>]. Não vejo. Eu acredito que até mesmo se eu fosse atrás buscar eu iria conseguir sim.”</p>
<p>Teresa</p>	<p>“Não me considero, assim, desempregada, porque eu tenho esses serviços, mas de certa forma dá meio que um medo porque você nunca sabe se vai ter um cliente aparecendo, se vai ter um serviço aparecendo, mas não me considero desempregada, porque às vezes recebo uma proposta, algum serviço (...) [<i>o serviço</i>] não tem regularidade. Esse é um problema. Eu tenho que, na verdade mesmo, às vezes esperar algum cliente querer o serviço, então não tem regularidade nenhuma. É meio que/ como eu ainda to começando também, ainda não tenho muitas indicações, então é só realmente os clientes que já estavam acostumados a procurar o escritório dos meus pais pra fazer serviços.”</p> <p>“Eu acho que para mim, no momento, [<i>o desemprego</i>] não representa algo que me dá medo, nem é um sentimento de frustração, porque realmente eu tenho uma situação boa no momento. Eu moro com os meus pais, então não é uma coisa que vai me dar uma angústia, um medo assim de não conseguir ter as coisas, porque eu moro com os meus pais. Então se eu tiver algum problema, se eu tiver com questão de dinheiro e tal, eu tenho a quem recorrer. Então acho que isso não é uma coisa que me afeta tanto na forma assim de ver, mas, às vezes, só pela aquela coisa de você querer ter um emprego, às vezes querer ter o seu, uma situação certa, uma coisa certa todo mês, mas não é uma coisa que/ eu não posso dizer que me dá tanto medo, porque eu sei que eu não vou sofrer com isso. Não tenho como reclamar disso.”</p>

	<p>“[A <i>irregularidade</i>] dá uma insegurança porque uma coisa que pode ter mês de não ter cliente nenhum, mas também eu sinto uma tranquilidade por já tá formada, já tá trabalhando na minha área e conseguir trabalhar na minha área, mesmo saindo da faculdade porque muita gente não consegue. Então ao mesmo tempo que eu fico tranquila com isso, feliz, eu tenho essa insegurança por ser uma coisa que não é certo de ter cliente todo mês, de ter serviço todo mês. Então é meio que dividido.”</p> <p>“Por enquanto [a <i>irregularidade</i>] não [causa <i>implicações</i>]. Porque ainda tô recém-formada, então agora quando eu me formei eu consegui serviços legais, então, por enquanto, no momento não.”</p> <p>“Todas as vezes que eu procuro [<i>trabalho</i>] na internet pra minha área mesmo, eu acho bem difícil achar. Principalmente aqui em Niterói, eu não acho em lugar nenhum quase. No Rio eu acho pouquíssimas vagas na área que eu quero mesmo.”</p>
Adoniram	<p>“Sim [<i>me considero desempregado</i>] (...) [<i>Porque</i>] tem vários pontos. Buscar oportunidade de (segmento de texto inaudível). Sempre se/ por exemplo, agora eu tô fazendo um bico, mas é por família mesmo. É no restaurante da minha vó. Eu não ganho nada, só trabalho lá só por ajudar mesmo. Mas tirando isso...”</p> <p>“Ah, [<i>o desemprego é</i>] uma parte que ninguém gosta de ver. Uma parte meio dura assim que ninguém toca muito nesse assunto assim. Quer dizer, toca, né? Geral toca nesse assunto, mas ninguém mostra nada ou 100% da verdade (...) a verdade eu diria que seria mais... como eu posso dizer? Pensa numa laranja. Eles estão mostrando só a casca, não mostra o bagaço. A maior parte, entendeu? Sempre tão passando pano, passando pano pras coisas.”</p> <p>“Cara, eu sou uma pessoa que tenho uma cabeça bem aberta, mas nesse quesito uma coisa bem triste. Pensar que tem várias famílias aí passando por necessidades sem poder trabalhar. É meio duro de pensar isso.”</p> <p>“Graças a Deus hoje em dia [<i>o desemprego</i>] não [causa <i>implicações</i>]. Hoje em dia tá tudo tranquilo. Minha mãe conseguiu um emprego dela, graças à Deus! Meu pai já tem o emprego dele também. Mas eu queria também ter o meu, né?”</p> <p>“Ah, [<i>a pior parte do desemprego é</i>] a sensação. Você tá parado. Ser inútil. Só ficar dentro de casa. É essa sensação. Pior Parte.”</p> <p>“Nada. Nada. [<i>O desemprego não trouxe</i>] nada de positivo.”</p> <p>“Eu acho que [<i>a dificuldade de conseguir trabalho</i>] é mais a questão da idade (...) Eles não querem me dar aquela oportunidade de emprego. Sempre buscam: ‘Experiência, experiência, experiência’. Isso é foda. É tipo, como que eu vou adquirir essa experiência se ninguém vai me dar essa oportunidade? Esse que é o ponto.”</p> <p>“Cara, hoje em dia a minha estratégia [<i>pra conseguir trabalho</i>]... como que eu posso explicar? Primeiramente, antes de tudo eu quero entrar num emprego como jovem aprendiz. Eu não vou entrar mais nessa burrada de/ igual eu tava fazendo antes não, mas pra isso eu tenho que me manter na escola firme. Tentar me formar. Praí sim procurar um emprego para conseguir me manter, tentar fazer faculdade no futuro. Aí eu consigo me manter certo.”</p>
Jorge	<p>“Sim. Me considero [<i>desempregado</i>]. Porque eu tava buscando emprego, estágio mais especificamente. Quer dizer, agora/ emprego também, eu vou fazer concurso mês que vem. Eu tô buscando. Tava buscando mais ativamente, agora menos, mas buscando. E não tenho. Eu não tô conseguindo. Ainda que eu seja</p>

	<p>estudante, eu tenho uma ocupação. Tenho <i>essa</i> atividade, mas eu me considero desempregado sim.”</p> <p>“[O <i>desemprego representa</i>] uma aflição porque, pensando agora, literalmente agora, não é algo que me atinja tanto assim. Atinge, mas menos do que quando eu penso depois de me formar e como que vai ser. Porque até agora eu ainda tenho em mente que eu tenho a faculdade. Eu tô na faculdade ainda, eu tô me dedicando a isso. E eu sempre botei a faculdade como primeiro lugar na verdade, porque mesmo quando eu tava buscando estágio e emprego eu sempre tentava fazer o possível/ buscava vagas que me permitisse conciliar bem com a faculdade. Eu sempre tive isso em mente. Sendo sincero, a faculdade sempre foi minha prioridade. Exatamente pelo fato de ter suporte financeiro pra poder fazer isso. Mas ao mesmo tempo fica esse nervosismo de não tá conseguindo nada agora, preocupado de não conseguir também quando me formar. Aí acho que fico um pouco essa aflição, essa certa ansiedade mesmo.”</p> <p>“[O <i>desemprego provoca</i>] essa sensação de não saber como que vai ser, tipo, não tá conseguindo emprego agora, como é que vai ser depois da faculdade? Como que vai ser pra eu me manter? Pra sair de casa e tudo isso? E, mais particularmente agora, essa questão de depender muito da família e que, por mais que esteja me dando suporte, é meio complicado. Eu acabo sentindo esse desconforto de tá nessa dependência.”</p> <p>“A essa altura [<i>a implicação do desemprego</i>] tá sendo bem mais a questão financeira mesmo. Não que eu precise do dinheiro, mas como eu disse é mais por questão de certa independência mesmo. E é isso, esse sentimento de ficar nervoso com o futuro, com o que eu vou fazer. Fica meio sem perspectiva, porque pelo menos, quando você faz um estágio durante a faculdade, às vezes, você tem algum direcionamento ou é uma experiência também, mas não fazendo, eu acho que fica ainda mais, complicado depois, eu imagino.”</p> <p>“Eu acho que [<i>a pior parte do desemprego</i>] é tanto a questão da remuneração, de não ter dinheiro ou ter menos dinheiro, no caso, e de, não sei, às vezes, eu sinto que é aquela coisa de produtividade mesmo, de sentir que não tá sendo produtivo. Mesmo que eu esteja sendo em outros âmbitos, como o de estudo. Eu sinto que eu não tô sendo produtivo pelo fato de não ter um trabalho (...) Acho que é esse sentimento de tá sendo meio que... é isso, não tá sendo produtivo, talvez, de certa maneira, ta perdendo tempo.”</p> <p>“[<i>De positivo, o desemprego foi</i>] de poder me dedicar 100% à faculdade. Fazer curso, ir a palestras, participar de projeto de extensão, de pesquisa, então tudo isso foi possível pelo fato de estar desempregado.”</p> <p>“Sim [<i>identifico dificuldade em conseguir trabalho</i>] em relação a quantidade de gente buscando emprego e a quantidade de vagas que é disponível (...) muita gente, pouco emprego e enfim, complicado.”</p>
Leci	<p>“Totalmente [<i>desempregada</i>]. Tanto no formal, quanto no informal. Estou 100% negativada.”</p> <p>“[O <i>desemprego representa</i>] falta de oportunidade no mercado. Sendo bem breve, falta de oportunidade. O que vai ocasionar na crise. Acho que é tudo um ciclo. Sem emprego você não paga conta, sem conta você fica endividado se a pessoa não tiver ninguém por trás. Então eu acho que o desemprego é falta de oportunidade no que você quer. Na área que você deseja. Coisa que não deveria acontecer.”</p> <p>“Pra mim [<i>o desemprego</i>] provoca muito da parte emocional. Que cê fica ansioso porque você não trabalha de nenhuma das formas e você não consegue</p>

	<p>dinheiro e o boleto vem, o boleto vai chegando, o boleto vai chegando e você não tem o dinheiro, então provoca muita insegurança, ansiedade. E, por certo modo, mesmo a gente sabendo que o sistema brasileiro funciona dessa forma: de quando tem uma vaga é indicar A, B ou C, a gente acaba falando “Caramba, o que não tem no meu currículo que tem no outro? O que que eu tenho que o outro não tem?”. Então, mesmo a gente sabendo que acontece isso, acaba a gente sentindo que, eles ficam num nível superior e a gente em outro nível bem abaixo. “O que realmente acontece?” Acaba acontecendo essa comparação, mas de todas as formas, de todos os aspectos que acabam fazendo com que eu me altere dessa forma é o lado sentimental da gente ficar em casa e ficar assim, sabe?”</p> <p>“Para mim, graças à Deus, [<i>a implicação do desemprego</i>] não é muito grande apesar de não ter o dinheiro pra pagar certos tipos de contas e ter certo tipo de coisas que eu poderia tá bancando pra mim, mas o que traz pra mim é a falta de ter uma organização financeira. Eu não tenho uma organização financeira, eu não posso contar. Mesmo que seja do mínimo ao máximo valor eu não consigo me organizar financeiramente.”</p> <p>“A pior parte [<i>do desemprego</i>] eu acho que é a desorganização, você não conseguir ter uma organização financeira. A pior parte é isso, você não conseguir arcar com suas responsabilidades. Na verdade, eu acho também que é você não se sentir ativo no mercado – tanto formal, quanto informal. Você se sentir meio recluso da sociedade, nesse sentido financeiro. Em questão que você não tá ativo, nem trabalhando e nem gastando, porque se você trabalha, você gasta. Tudo bem que tem gente que gasta sem trabalhar, mas enfim, é um pouco dessa lógica sabe? Você sente meio que excluído, porque mesmo que seja em mínimos exemplos: “Vamos sair?”, “Vamos fazer isso?”. Num tô ativa nessa área de gastar, de ser consumidora, porque eu também não estou ativa no mercado de trabalho, então também é um pouco disso.”</p> <p>“Ai, [<i>de positivo, o desemprego</i>] trouxe nada não. Trouxe nada não.”</p> <p>“Sim [<i>identifico dificuldade em conseguir trabalho</i>] por eu não ter um curso superior ou por não ter esses cursinhos de alguma língua estrangeira e o principal que é o “Q.I.”, o “quem indica”, porque as pessoas, às vezes, não têm nada disso e consegue (...) às vezes, tem gente que não tem nada do que eu tenho e não tá no nível que eu e tô e consegue”</p> <p>“(procuro) algo que possa me desenvolver pra um futuro pensamento de algum curso de de alguma faculdade. Algo que possa realmente me enriquecer com conhecimento.”</p>
Nelson	<p>“Partindo do pressuposto de que há desemprego onde não há emprego, sim [<i>me considero desempregado</i>]. Eu não sou empregado, então sou desempregado. Não estou trabalhando, então acredito que sim.”</p> <p>“Vira e mexe eu procuro às vezes uma maneira de conseguir, ver como é que eu faço, se tem alguma coisa que eu posso fazer para conseguir uma rendinha extra. Uma parada para ajudar a minha família (...) Então vira e mexe eu tô procurando um dinheirinho (...) Então não estar ganhando dinheiro é frustrante, tá ligado? (...) O desemprego pra mim é frustrante. Ele representa frustração ou algo do gênero.”</p> <p>“Eu tenho muito essa questão do parasita. Eu me sinto um parasita. Eu acho que eu não mereço tudo que eu tenho, se eu conseguisse dinheiro eu faria o meu.”</p>

	<p>“[A <i>pior parte do desemprego</i>] é uma qualidade de vida inferior, uma potencial baixa autoestima, é uma dificuldade no relacionamento, com a família, por exemplo, ou quem é fora da família.”</p> <p>“Eu acho que sim [<i>o desemprego trouxe algo positivo</i>]. Mas isso [<i>tempo</i>] não tá sendo aproveitado.”</p> <p>“(…) eu não me matei de procurar [<i>trabalho</i>]. Não ao ponto de encontrar uma dificuldade. Mas se eu fosse dizer alguma coisa nessa parada superficial, nessa camada superficial de busca, o que mais tem é charlatão (...) enganação, manipulação, charlatanismo etc.”</p>
Zeca	<p>“Eu tendo a ir num caminho que sim [<i>sou desempregado</i>]. Porque muita gente da minha idade, mais nova, inclusive, do meu círculo mesmo já trabalha. Então eu me sinto um pouco pra trás, mas ao mesmo tempo eu sei que os tempos são diferentes pra cada um e tal e, principalmente, desde que eu comecei o estágio [<i>curricular</i>] específico de atender no SPA [<i>Serviço de Psicologa Aplicada</i>] eu me sinto menos nisso. Mas ao mesmo tempo não é um negócio oficial pro mercado, então ainda me sinto um pouco pra trás e conseqüentemente um pouco desempregado, sabe? Mas ao mesmo tempo eu sei que eu não me formei ainda e que não é o meu objetivo principal trabalhar fora da minha área. Ao mesmo tempo também se eu tivesse num estágio [<i>fora</i>], vamos supor, eu ainda me sentiria um pouco pra trás por não ter um trabalho de carteira assinada e tal, então acho que não mudaria muito essa minha percepção em um estágio [<i>fora</i>], mesmo que me desse uma bolsinha preu dizer: “ah, eu ganho 400 reais”. Ainda me sentiria pra trás em relação a esses colegas que trabalham mesmo. <u>Mesmo</u> (fez o sinal de aspas). Então eu diria que sim me considero desempregado, mas ao mesmo tempo também não/ eu poderia estar mais desempregado. Agora quando me formar, com certeza, vou me considerar <i>full</i> desempregado. Vai bater um desesperozinho, mas tô me preparando pra isso.”</p> <p>“O desemprego representa uma ameaça, eu diria. Pra mim, pra minha família e pros meus amigos. Pensando em termos fora da saúde – saúde mais biológica – é o que tem de pior pra acontecer. É o que tem de mais angustiante, porque sem emprego uma pessoa não se sustenta e aí porra/ ainda mais em um país agora como o Brasil de hoje, porra, isso é aterrorizante. Dá para sentir o medo que a minha mãe tem de perder o emprego. Uma coisa próxima da morte. Porque sem emprego e sem a perspectiva de ter um emprego, o que resta é quase a morte. Cê não vai ter o que comer, cê não vai ter/ então é um papo bem depressivo. Um papo bem/ que dá medo. Então o que representa para mim é essa ameaça máximo de uma sociedade do trabalho.”</p> <p>“[<i>o desemprego</i>] me provoca um sentimento de urgência. Eu acho que eu sou um pouco tranquilo demais pra situação que eu tô, mas eu sinto um pouco de urgência (...) O que me tranquiliza é que eu tô quase me formando e já vou ter um mínimo de condição para correr atrás, mas sinto essa urgência de “tenho que conseguir logo”. Eu, por enquanto, tô num solo mais ou menos seguro, mas a qualquer momento pode não ser mais. E ‘vamo se formar logo pra conseguir o próprio emprego’, sabe?”</p> <p>“Tem que me segurar pra gastar, sabe? (...) Eu gasto só com o necessário mesmo. Compro muita pouca coisa pra mim, tipo, roupa. Nem pensar em comprar coisas de luxo ou de diversão, tipo um videogame. Nem pensar nisso. É uma coisa que eu pensaria se o dinheiro fosse meu (...) Pensando em vida de namorado, por exemplo, sinto que é uma vida mais contida por causa disso [<i>falta de dinheiro</i>] (...) Não me sinto seguro para viver nesse sentido mais livre.</p>

	<p>[<i>Livre</i>] num sentido mais liberal, de liberdade. Não me sinto assim. Gostaria de me sentir assim, claro. Mas, por enquanto, não. Acho que eu só vou me sentir seguro quando eu tiver, talvez, uma renda de um mestrado ou de uma residência ou do consultório mesmo. Que vier pra mim. Mas até lá a minha vida não é muito agitada nesse sentido por causa disso.”</p> <p>“Eu diria que são algumas coisas. Do pior que é estar desempregado, pra mim, na minha vida, em primeiro lugar é não ter uma segurança financeira pra chamar de minha, ter que depender dos outros, da família, enfim (...) esse é o pior, mas também sinto outros piores, por exemplo, no que diz respeito a como eu me sinto. É isso de se sentir pra trás e até se sentir mais infantil em relação a alguns amigos. Porque eu acho que começar a trabalhar te dá uma maturidade, em termos gerais. Eu sinto um pouco que eu não tinha como, pelo menos antes de começar a atender [<i>estagiar</i>] – que nesse meu caso eu sinto como eu tivesse trabalhando e, conseqüentemente, me sinto mais maduro – mas antes disso eu sentia que eu não tinha muita moral pra falar que eu sou adulto, ou pelo menos, tão adulto quanto alguns outros amigos, que inclusive que podiam ser até mais novos, mas já trabalham, já são formados ou nem formados, mas já trabalham (...) É um pouco isso que me vem, por um lado essa insegurança financeira e ter depender dos outros e nunca ser uma coisa certa. São dois lados da mesma coisa, meio que uma infantilidade, não ter a própria renda dá uma sensação de tá num estado infantil, tipo, “eu não me banco”, sabe? E o outro lado estar pra trás em relação a outros amigos, até mais novos, esse sentimento ruinzinho de “eu sou menos adulto que eles”.”</p> <p>“(...) mas a possibilidade de não estar empregado me trouxe sim [<i>algo de positivo</i>]. Eu tenho tempo para estudar, tenho tempo pra ler, tempo pra lazer. Final de semana eu posso ficar bem tranquilo, por exemplo. Geralmente. Tenho tempo pra minha namorada, pra minha mãe. Então se eu trabalhasse seria muito mais apertado. Uma vida muito mais de formiguinha, sabe? Faz as tarefas e é isso. Então eu me sinto bem privilegiado nesse sentido de poder estar desempregado. Por mais que não seja a coisa mais inteligente que eu faça nesse sentido. É um privilégio. Me sinto bem.”</p> <p>“Considero difícil [<i>conseguir trabalho</i>] sim porque mesmo eu tendo uma formação boa e um currículo ok eu nunca consegui. Mesmo tendo uma formação mais voltada pra essa entrada no campo da educação, mesmo assim não tenho conseguido. Então imagino que exija mais. Talvez um currículo com mais coisas, mais cheio, enfim. Talvez mais técnico também. Eu não diria que é o meu forte. Meu forte é mais pesquisa. Então eu imagino que o mercado não queira exatamente um acadêmico (...) Nessas entrevistas de emprego, de certa forma em educação [<i>privada</i>], as perguntas são muito/ eles querem alguém com/ eu diria até meio bobo. Voltado pra essa coisa neoliberal de produtividade e “ah, eu amo essa empresa”. Dá pra ver que eles querem alguém um pouco praí e nessas entrevistas eu nunca consigo mentir tanto. Eu acho que tem que mentir mais. Uns amigos meus eles dizem que tu tem que criar uma persona, um personagem pra entrar no mercado (...) Acho que isso explica um pouco eu não ter conseguindo ainda adentrar (...) Então é essa dificuldade [<i>de inserção</i>] que eu sinto. Em primeiro lugar por eu ser um acadêmico – e não é isso que o mercado quer – por outro de não ter feito essa personalidade ainda pro mercado.”</p>
Clara	<p>“Sim [<i>me considero desempregada</i>]. Porque eu não tenho vínculo com nenhuma empresa nem com uma pessoa e tal. E eu não considero os bicos como</p>

	<p>um emprego pleno, sabe? Eu considero como bicos, como uma oportunidade de ganhar dinheiro, mas não como emprego. Então me considero desempregada.”</p> <p>“Eu acho que o desemprego representa essa falha do Estado com as pessoas, com os cidadãos.”</p> <p>“[<i>o desemprego provoca</i>] acho que impotência principalmente. Porque se fala muito desse mérito, de correr atrás, de se esforçar e conseguir. A gente vê na prática que não é isso. Então você é impotente em relação a isso, porque por mais que você se dedique, procure emprego, estude, se especialize como eu fiz, corra atrás, nem sempre essa oportunidade vem. Eu acho que é uma grande impotência.”</p> <p>“Acho que a maior implicação [<i>do desemprego</i>] é essa falta de independência na minha vida. Ter que morar com a minha mãe, ainda ter que depender dela para muitas coisas numa fase que eu já gostaria de tá muito estabilizada, fazer planos, viajar, pensar em ter filhos. É uma vida que se adia sempre. Uma vida muito adiada por causa do desemprego.”</p> <p>“A pior parte [<i>do desemprego</i>] é essa frustração de procurar emprego, de estar sempre nessa expectativa e ver o tempo passando e as coisas não acontecendo. Essa frustração com a vida profissional de uma maneira geral.”</p> <p>“Acho que o que [<i>o desemprego</i>] trouxe para mim de positivo foi um olhar crítico pra meritocracia, pro próprio mercado de trabalho, como ele existe. Acho que um olhar mais cuidadoso com as pessoas que estão na mesma situação que eu. Porque, às vezes, a pessoa que tá empregada pode achar que a pessoa tá naquela situação por culpa dela mesma, então, quando você passa pela situação a gente vê que não é isso. E eu acho que uma vivência dentro de casa que talvez eu não teria tido se eu fosse empregada desde que eu saí da escola. Hoje eu vejo o valor de cuidar de uma casa, de estar presente em casa todos os dias, o valor que isso tem, como isso deveria ser, por exemplo, ter um salário pra isso. Porque acho que o cuidado com a casa é muito importante, bem como das pessoas que estão na casa. Acho que talvez essa seja a coisa positiva do desemprego. É ter tempo, né? Tempo pra viver a vida. No meu caso, que sou privilegiada e posso ficar em casa e viver isso.”</p> <p>“Muita [<i>dificuldade de conseguir trabalho</i>]. Eu acho que o mercado é muito reduzido, principalmente na minha área de editorial. As editoras estão fechando depois do advento da Amazon, é uma coisa, assim, surreal. As editoras menores principalmente. Normalmente a própria pessoa abre a empresa e ela desempenha todas as funções dentro da empresa como editora. Então é muito difícil conseguir emprego nessa área e eu acho que precisa de muito contato, coisa que eu não tive, porque eu sempre trabalhei fora da minha área. Não consegui fazer esses contatos na minha vida, então ficou mais difícil ainda. Acho bem restrito. É difícil até de procurar o emprego, porque não são vagas que estão no LinkedIn, não são vagas que estão anunciadas na internet. É realmente essa rede de contatos que talvez eu não tenha e eu não fico sabendo dessas oportunidades. É muito difícil.”</p> <p>“eu gostaria muito que fosse com carteira assinada. Porque, normalmente, na minha área é muito trabalhador autônomo, mas eu gostaria de ter mais segurança.”</p>
Moacyr	<p>“Hoje eu não me considero como desempregado pelo fato de eu estar tendo uma ocupação útil, que é o estudo [<i>pra concurso</i>], então como estou sempre estudando eu não me considero desempregado, mas tirando o estudo eu me consideraria desempregado sim, porque antes de eu estar estudando eu estava</p>

mandando currículo e procurando emprego. Então, não considero só por esse detalhe de estar estudando, é a ocupação que eu estou tendo no momento.”

“Para mim [*o desemprego*] representa uma situação de desespero. É uma situação depreciativa do próprio ser humano, porque se você não tem emprego você não tem perspectiva de nada. Você não consegue o mínimo para você ter uma dignidade. Então, pra mim, o desemprego é a própria indignidade que é proporcionada ao ser humano. A pessoa que não tem emprego não tem renda, se a pessoa não tem renda, você não consegue atingir o mínimo da sua dignidade humana. Então, pra mim, é isso que o desemprego representa.”

“Ah, [*o desemprego provoca*] uma ansiedade, um estresse, uma falta de perspectiva pessoal minha no futuro. Uma insegurança total de como vai ser na minha vida. Do que está sendo a minha vida, porque é um momento que é de incerteza, então é uma incerteza total, uma falta de perspectiva total, assim. E junto com medo de um futuro, é isso que representa.”

“Bom, [*as implicações do desemprego*] afetam em diversas áreas. Vai desde a questão que é de autoestima como um todo assim, porque afeta tanto na parte emocional, quanto da parte física, então é uma situação que causa um estresse constante. Eu vivo sempre tenso, estressado com o cenário, não no sentido de raiva, mas no sentido de um medo e uma insegurança, assim (...) Sim, gera [*consequências na vida*]. Porque é uma situação que fica limitativa das minhas vontades. As minhas vontades elas são/ os meus desejos são completamente limitados pela falta de emprego e, conseqüentemente, pela falta de um trabalho. Então é uma forma extremamente limitante das minhas possibilidades (...) [*que vão*] desde adquirir um imóvel, seja alugado ou próprio. Vontade seria de adquirir bens materiais que me propiciariam felicidade. Ou bens, mais assim, como viajar, como poder estar junto com os amigos em alguns momentos que envolve uma questão material, mas para mim vai além, seja ajudando as pessoas que eu amo, que eu me importo.”

“A pior parte [*do desemprego*], como eu dependo dos meus pais, é um sentimento de estar sugando eles muito. De estar sendo uma pessoa, um peso para eles. Então, essa pra mim é a pior parte.”

“[*O desemprego*] não [*trouxe algo de positivo*].”

“Sim, existe um tipo de dificuldade [*em conseguir trabalho*], pois muitas dos escritórios que contratam, muitas das vezes, eles exigem um currículo e um conhecimento muito extenso, além do que realmente seria necessário para realizar o trabalho.”

Quadro B.4 – Grelha de análise - Perspectiva em relação ao futuro

Ivone	<p>“Eu espero estar bem realizada com uma profissão que escolhi. Estou estudando pra isso. E eu espero estar muito feliz. Só isso mesmo. Só espero felicidade do futuro.”</p> <p>“Me sinto em um processo. Construindo bastante coisa ainda para chegar até lá.”</p> <p>“Eu acho que conhecimento é tudo e se você tem acesso, se você consegue ter aquilo, então você vai pra garantir alguma coisa ali no seu futuro porque se/ tá difícil hoje em dia. Se para quem já tem uma faculdade, formado, já está difícil, às vezes, algum emprego, alguma coisa, imagina você não ter conhecimento nenhum?”</p>
Teresa	<p>“Eu espero manter o que eu sempre mantive, assim, focar muito em mim, focar em aprender, sempre estudar, trabalhar, crescer no meu ramo – na arquitetura – e construir, poder fazer/ ter o meu espaço, ser independente, acho que é o meu maior foco agora é esse.”</p> <p>“No momento não [<i>me vejo próxima do “futuro”</i>]. Na questão de ser independente, totalmente, não vejo tão próximo não.”</p> <p>“Eu acho que no estágio, que foi uma coisa que eu trabalhei ali todo dia, que era certo, eu tinha que estar lá todo dia, eu já criei essa coisa da/ já sempre fui muito responsável, mas eu acho que veio uma responsabilidade maior porque eu estudava, eu tinha aulas, às vezes de manhã, eu tinha meu estágio à tarde, estudava à noite às vezes, então acho que eu criei uma rotina e muito mais responsabilidade. Eu acho que é isso, no meu futuro eu vejo isso, sabe? eu quero ter uma rotina de trabalho, de vida, tudo direitinho assim. Eu sempre fui muito responsável, então manter essa linha assim. Eu acho que no trabalho isso me ajudou a melhorar esse lado meu. E é o que eu pretendo que no futuro só melhore.”</p>
Adoniram	<p>“Eu espero que eu consiga, primeiramente, antes de tudo, ser sempre o que eu fui: uma pessoa humilde, tranquila, mas para frente. Eu espero alcançar meus objetivos de fazer minha faculdade, ter minha casa, ter meu carro, construir uma família. Mas isso depende de mim de certa forma, mas também depende, querendo ou não, dos outros, ne? Digo, uma situação mútua.”</p> <p>“Hoje em dia eu sou uma pessoa que mantenho ainda minhas atividades. Eu faço academia, faço várias coisas, tipo, eu pretendo fazer uma faculdade de educação física ou nutrição (...) Como que eu posso dizer? É que eu nunca parei pra pensar nisso. Eu não sei. Eu nunca parei pra pensar nessas coisas. Foi a primeira vez, sério mesmo (...) Eu sou uma pessoa que me preocupo, mas eu sou uma pessoa que deixo a vida me levar. O que ela trazer, o que ela tirar... só o destino. Mas sempre buscar melhorar, sempre buscar aprender cada vez mais.”</p> <p>“Com certeza [<i>me sinto próximo do futuro</i>]. Cada dia é um dia de aprendizado, cada dia é um dia que eu dou 100% de mim, mas é aquilo, se dedicar ao máximo pra conseguir.”</p> <p>“Uma sensação de ansiedade. De não conseguir esperar, entendeu? E querer tá lá antes mesmo acontecer.”</p>

<p>Jorge</p>	<p>“Não sei exatamente o que eu espero assim. Eu acho que eu tenho mais preocupação do que qualquer coisa. Por causa dessa questão mesmo de emprego e tal. E no meu caso, como psicólogo mesmo, minha ideia sempre foi ter um emprego, concurso ou carteira assinada e também atender particular. Mas ao mesmo tempo fica essa: eu vou conseguir? Porque concurso também é uma parada difícil. Será que consigo carteira assinada? Como que eu consigo paciente? Será que eu consigo paciente?”</p> <p>Então eu fico um pouco nessa, tipo, eu eu namoro, né? Eu e minha namorada, a gente costuma fazer alguns planos pra tentar sair de casa (...) mas é muito complicado, porque a gente vai olhar preço de aluguel, vai pensar quanto que é em relação a contas e tudo isso. E ao mesmo tempo pensa em emprego e como tá. É difícil conseguir um emprego. Eu fico um pouco preocupado, assim, bastante. Eu sinto que eu fico um pouco sem perspectiva nesse sentido, porque parece que vai ser difícil pra conseguir alguma coisa.”</p> <p>“O fato deu ter demorado bastante pra conseguir estágio. Tudo bem que não tô estagiando agora por questões que vão pra além do meu controle. Mas isso foi, na verdade, algo que me deu algum otimismo pensando: ‘tá, eu consegui entrar’ e ‘eu consegui passar, né?’ (...) Deu uma sensação de: ‘ah, dá pra fazer, ta ligado?’. Mas ao mesmo tempo eu penso que/ porra, demorei bastante para conseguir. Porra, tô, sei lá, uns dois anos, dois anos e meio pra conseguir... e procurando, assim. Em alguns momentos nesse período de 2 anos, 2 anos e meio, eu procurei mais estágio, em alguns momentos menos, mas eu tava sempre procurando, era uma coisa constante, demorou bastante e tal. Então fica um pouco nessa nesse ‘acho que é possível, mas ao mesmo tempo é complicado’.”</p>
<p>Leci</p>	<p>“A gente sempre pensa o melhor pra gente, né? Mas a gente olha a realidade e acaba tendo que se submeter à certo tipo de coisas, a gente quer ou espera certo tipo de emprego, mas não tem e por conta pra sustentar nossos sonhos a gente tem que submeter a outro, mas o que eu espero, quero e pretendo é que eu tenha um emprego na minha área que permita me desenvolver profissionalmente, que aquilo venha desencadear pra certas informações de uma possível faculdade e que esse trabalho possa contribuir de forma positiva pra certas informações acerca do mercado, de como tá o mercado (...) acaba que o mercado hoje não é o mercado da geração antiga, então eles passam essa informação pra gente de acordo com a informação do mercado antigo. Hoje o mercado já se atualizou, empregos que tem hoje não tinha antigamente, empregos que tinham antigamente, não têm hoje. Então isso tudo influencia pra gente ter a própria experiência. Acaba que a gente é influenciado pra certo tipo de trabalho ou escolha profissional de faculdade, pra uma futura jornada de trabalho, de acordo com informações de outra geração.”</p> <p>“Eu sou uma pessoa muito positiva independente se eu não tô conseguindo trabalho (...) então até o último minuto do segundo tempo eu sou positiva em relação a querer certos objetivos na minha vida. Então o que espero é que eu consiga sim um emprego numa área que eu seja feliz, que eu seja tranquila, mesmo que não tem ali um horário saudável de vida (...) Eu sou esse tipo de pessoa, uma pessoa positiva, mas não sou aquela pessoa sonhadora, aquela pessoa de se iludir (...)”.</p> <p>“Essas experiências de mercado formal e informal acabou gerando experiência para eu requerer mais informações pra eu requerer algo melhor pra mim”.</p>

Nelson	<p>“Eu sou uma pessoa que tem muita dificuldade de visualizar meu futuro, sendo bem sincero. Tipo, eu sei o que eu quero fazer, mas não consigo me ver fazendo isso (...) Eu sou uma pessoa bastante insegura em questão da minha capacidade”.</p> <p>“Eu tenho um pouco de aversão, inclusive, ao futuro. Eu já tenho muita dificuldade pra visualizar. E eu acho que essa dificuldade ela existe, porque é meio frustrante visualizar. Porque eu não consigo visualizar um futuro. Eu tenho muita dif/ não é questão de que eu não consigo, é que eu tenho muita dificuldade de visualizar um futuro positivo para mim, tá ligado? É frustrante. Uma aversão que eu tenho ao futuro. Não gosto de pensar nisso, por mais que eu pense, é meio inevitável. Eu prefiro ignorar. Fingir que não existe. Cada vez que passa o tempo é mais assustador (...) Dá muito medo. Eu tenho um pouco de aversão ao futuro. É assim que eu me sinto quando penso no futuro. Tenho medo. É meio desesperador”</p> <p>“Medo. Aversão. Preocupação. Frustração. Frustração no presente. Eu acho que eu vou me foder no futuro, então eu me frusto aqui agora no presente.”</p>
Zeca	<p>“O mínimo que eu espero é tá empregado. E mesmo sendo o mínimo é uma coisa um pouco sonho. Acho que tá um pouco nesse campo dos sonhos. Tipo, ‘o sonho da casa própria’, sendo não deveria ser um sonho, deveria ser o básico, mas não é. Então eu acho que o emprego tá meio junto com isso. Então basicamente pra vida adulta eu espero ter uma casa e ter um emprego e uma condição, uma segurança financeira. Eu não espero nem ser, tipo, classe média alta (...) Eu atualmente eu até sinto como pedir muito uma condição financeira à ponto de me sustentar, por exemplo, sem um relacionamento, sem um casamento, sem alguém para dividir as coisas. Se eu conseguir essa condição, ótimo. Dá mais segurança.”</p> <p>“Eu acho que é isso sim. De perspectiva para o futuro eu quero trabalhar na minha área. Trabalhar bem. Não odiar o meu emprego. Claro que eu tô longe de achar que eu vou amar o meu emprego e que nada de ruim vai acontecer. Nenhuma forma de mal-estar vai vir desse emprego, mas ao mesmo tempo também não quero odiar ele e eu também quero ter uma condição de ter uma casa. Basicamente isso. Não acho que é pedir muito.”</p> <p>“<i>[Quando penso em futuro]</i> eu sinto uma certa segurança devido a minha formação (...) Espero também que a situação política vá melhorando e aí eu vou sentindo mais segurança (...) Sinto uma angústia porque nada é certo e tudo pode dar errado a qualquer instante. A situação política pode piorar ainda mais. E aí fica bem difícil mesmo com uma formação boa.</p> <p>Mas de forma nenhum quando eu penso no futuro eu me sinto totalmente seguro, como eu acho que eu me sentiria se eu fizesse direito ou engenharia, esses cursos clássicos, medicina. Que no pior dos casos tu vai tá bem. Vai ter emprego pra você (...) Eu diria que a minha situação é bem média. Não é tão ruim, mas também não é nada tão boa. Eu acho que eu tô numa coisa “ah, depende de mim”, sabe? Se eu conseguir trabalhar bem eu vou ter uma vida ok.”</p> <p>“Eu tenho voltado a minha formação mais extracurricular, de curso, até o estágio que eu escolhi é voltado pra educação (...) a minha formação tem sido voltada para educação que é uma coisa com a qual pretendo trabalhar (...) Eu consegui voltar a informação pra isso e eu acho que vai colaborar assim pra eu conseguir atuar nesses campos.”</p>

<p>Clara</p>	<p>“Hoje eu tento não esperar muita coisa, justamente por tá nessa situação de não poder fazer planos. Então, eu não crio muitas expectativas. Eu não posso pensar em ter filhos, não posso pensar muito em sair da casa da minha mãe. É uma coisa que eu penso e planejo, tento juntar dinheiro (...) Mas, o que eu espero é conseguir sair da casa da minha mãe. Acho que seria o primeiro passo, então, hoje é o que eu planejo. Mas ainda não tenho muita estrutura para isso, é uma coisa que está no plano das ideias. Estou tentando me organizar para isso. Mas de uma maneira geral, assim, o plano é esse.”</p> <p>“<i>[Quando penso sobre o futuro]</i> eu me sinto frustrada. Por não poder fazer muitos planos e viver coisas que eu gostaria. Por não ter a independência financeira. Da vida sendo adiada. Me sinto constantemente adiando os planos e baixando as expectativas para não sofrer tanto.”</p> <p>“Eu acho que como foi uma vida profissional que não aconteceu ainda, não se realizou, que eu ainda não tenho um emprego na minha área, é uma vida que está sendo adiada por isso não ter sido realizado. Se relaciona dessa maneira assim, diretamente. Como eu não tenho a vida profissional realizada eu não consigo pensar em futuro, eu não tenho a independência financeira, então é difícil.”</p>
<p>Moacyr</p>	<p>“Eu sinto esperança. Eu acredito que as coisas vão caminhar para algo positivo pra mim. Que eu tô trabalhando pra isso, eu tô me esforçando, então é o que eu gosto de acreditar.”</p> <p>“Pelo que eu vejo do futuro e a minha trajetória profissional não tem relação. Pelo simples fato de como eu quero concurso público, é uma questão extremamente diferente do que se eu fosse seguir para área privada da advocacia. É uma questão que é simplesmente pessoal, de cada pessoa. Tem a pessoa que tá se preparando para uma prova, para um exame e realizar o exame. Então, a experiência adquirida, ela apenas conta como uma qualificadora para você poder prestar alguns concursos. Você precisa de uma experiência anterior, então pré-requisitos, então a única coisa que realmente serviu seria essa, porque de outra maneira não ajudou em nada assim.”</p>